

Cleber Bianchessi
Organizador

GÊNERO E DIVERSIDADE EM FOCO

Diálogos e
reflexões necessárias

Vol. 3



GÊNERO E DIVERSIDADE EM FOCO

Diálogos e reflexões necessárias

Vol. 3





AValiação, Parecer e Revisão por Pares

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Maria Alice Benevides CRB-1/5889

E26 Gênero e diversidade em foco: diálogos e reflexões
necessárias – vol. 3 [recurso eletrônico] /
[org.] Cleber Bianchessi. – 1.ed. – Curitiba-PR,
Editora Bagai, 2024, 153p.

Recurso digital.

Formato: e-book

Acesso em www.editorabagai.com.br

ISBN: 978-65-5368-530-7

1. Gênero. 2. Diálogos. 3. Diversidade.

I. Bianchessi, Cleber.

CDD 370.7

CDU 37.01

10-2024/105

Índice para catálogo sistemático:

1. Gênero e Diversidade: Interdisciplinaridade; Diálogo.

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-530-7.23.12.24>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da Editora BAGAI por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reproduções, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

Cleber Bianchessi
Organizador

GÊNERO E DIVERSIDADE EM FOCO

Diálogos e reflexões necessárias

Vol. 3



1.ª Edição – Copyright© 2024 dos autores.
Direitos de Edição Reservados à Editora Bagai.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).
As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Prof. Dr. Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Capa & Diagramação</i>	Luciano Popadiuk
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOESC Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC - UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPB Dr. Carlos Alberto Ferreira – UTAD - PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti - PUCPR Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elisa Maria Pinheiro de Souza – UEPA Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPi Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodríguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Hélder Rodrigues Maiunga - ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre - PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. João Paulo Roberti Junior – UFRR Dr. Joao Roberto de Souza Silva - UPM Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jose Manuel Salum Tome, PhD – UCT - Chile Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya - CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger - IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis - UFLA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luísa Maria Serrano de Carvalho - Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE - POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPB Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. María Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira - IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPeI Dr. Nicola Andrian - Associação EnARS, ITÁLIA Dra. Patricia de Oliveira - IF BAIANO Dr. Paulo Roberto Barbosa – FATEC-SP Dr. Porfirio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Cauica Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dr. Stelio João Rodrigues - UNIVERSIDAD DE LA HABANA - CUBA Dra. Sueli da Silva Aquino - FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo – UEM Dr. Walmir Fernandes Pereira – FLSHEP - FRANÇA Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissell López Bestard- SEDUCRS

APRESENTAÇÃO

As propostas dos capítulos da presente coletânea observam e expressam, na sua constituição e percurso, os elementos teóricos, práticos e conceituais sugeridos no título da obra. As produções expressam relatos de pesquisas e/ou de práticas pedagógicas bem como prevenção e manejo de violências. Analisam e demonstram avanços e desafios, reflexões teóricas ou conceituais que por meio das diferentes linguagens e espaços e que de alguma forma esteja relacionada ao Gênero ou Diversidade.

Destarte, esta obra oferece introspecções intelectuais e extrospecções didáticas dos autores das diversas áreas do conhecimento imersos nos fazeres docentes e aprendizagens discentes enquanto resultados de pesquisas e experiências educacionais e outras áreas do conhecimento.

Por conseguinte, o primeiro capítulo expressa reflexões sobre políticas afirmativas para pessoas trans no setor laboral brasileiro. Na sequência, o segundo capítulo reflete sobre as perspectivas feministas nas cartas políticas dos encontros nacionais de agroecologia (2002- 2018). Por sua vez, o terceiro capítulo destaca reflexões sobre a existência feminina a partir do filme “As Horas”. O quarto capítulo, na sequência, ressalta a educação sexual enquanto alternativa para a proteção contra violências e garantia de direitos.

Em continuidade, o quinto capítulo enfatiza algumas perspectivas sujas para repensar a universalidade do saber. No que lhe concerne, o sexto capítulo apresenta a complexidade do feminino e a clínica do limite. Por sua vez, o sétimo capítulo focaliza a importância do uso de redes sociais e questões de gênero, o oitavo capítulo, por sua parte, analisa a atuação do psicólogo escolar no enfrentamento ao racismo por meio de um relato de experiência de estágio, o nono capítulo enfatiza os comportamentos de autolesão e normatividade de gênero e, por fim, o décimo capítulo apresenta disserta sobre a diversidade sexual e de gênero nos planos de desenvolvimento de instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Deste modo, os capítulos contribuem com reflexões teóricas e práticas referentes a Gênero e Diversidade enquanto conceitos amplos, conexo às múltiplas experiências, vivências e manifestações da sexualidade humana ao englobar aspectos pertinentes ao sexo biológico e à identidade de gênero e que levam em conta elementos biológicos, psicológicos e sociais.

Perante o exposto, recorrendo aos capítulos sintetizados acima, a presente coletânea reúne capítulos que incentivam e promovem diversas ações e reflexões dentro e fora do ambiente escolar em diversos níveis de escolaridade e áreas do conhecimento que valorizam o gênero e a diversidade bem como o respeito às diferenças e que robusteçam e adotem os princípios da dignidade humana.

Equipe editorial

SUMÁRIO

POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA PESSOAS TRANS NO SETOR LABORAL BRASILEIRO: TRAJETÓRIAS E CONQUISTAS DO MOVIMENTO POLÍTICO DAS TRANSGENERIDADES	9
Kyury Assis Agnes de Sousa Arruda Claudia Rosa Acevedo	
“NÃO MATEM AS FORMIGAS, NÃO MALTRATEM AS MULHERES”: PERSPECTIVAS FEMINISTAS NAS CARTAS POLÍTICAS DOS ENCONTROS NACIONAIS DE AGROECOLOGIA (2002- 2018)	23
Augusto César M. Moutinho Célia Maria Pedrosa	
REFLEXÕES SOBRE A EXISTÊNCIA FEMININA A PARTIR DO FILME “AS HORAS”	39
Dayane Santos Silva Edla Maria Campos Cruz Maria Clara Ferreira Souza Maria Luisa Fernandes de Oliveira Bruno Robson de Barros Carvalho	
EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA ALTERNATIVA PARA A PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIAS E GARANTIA DE DIREITOS?	53
Maria Eduarda Vicente da Silva Caroline Kern	
PERSPECTIVAS SUJAS PARA REPENSAR A UNIVERSALIDADE DO SABER: GERONTOLOGIA EM PAJUBÁ E OUTROS RECURSOS PARA LER O MUNDO67	
Dandara Camélia da Silva Domingues Edna Maria Severino Peters Kahhale	
A COMPLEXIDADE DO FEMININO E A CLÍNICA DO LIMITE: DESAFIOS NA PRÁTICA PSICANALÍTICA.....	81
Elizabeth Fátima Teodoro Wilson Camilo Chaves	
USO DE REDES SOCIAIS E QUESTÕES DE GÊNERO: ENTRE O DISCURSO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	95
Lorena França Leal Thiago Augusto Galeão de Azevedo	
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	109
Marília Maia Lincoln Barreira Tamyres Soares de Souza	
COMPORTAMENTOS DE AUTOLESÃO E NORMATIVIDADE DE GÊNERO: REVISÃO INTEGRATIVA	121
Michelle Luiza de Rosso Elis Maria Teixeira Palma Priotto	
DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	137
Sabrina Fernandes Pereira Lopes Raquel Quirino	
SOBRE O ORGANIZADOR	150
ÍNDICE REMISSIVO	151

*“A diversidade é a beleza da humanidade,
e a inclusão é a harmonia da convivência”.*

Greg Taunt

POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA PESSOAS TRANS NO SETOR LABORAL BRASILEIRO: TRAJETÓRIAS E CONQUISTAS DO MOVIMENTO POLÍTICO DAS TRANSGENERIDADES

Kyury Assis¹
Agnes de Sousa Arruda²
Claudia Rosa Acevedo³

INTRODUÇÃO

No campo das políticas públicas sociais, há uma atenção central no estudo das políticas de ações afirmativas, especialmente em relação à polarização entre políticas focalizadas e políticas universais (KERSTENETZKY, 2006). As políticas de ação afirmativa em direitos humanos representam a concepção contemporânea introduzida pela Declaração Universal de 1948, enfatizando a universalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos, com foco na igualdade, diversidade e três vertentes distintas: igualdade formal, igualdade material (associada à justiça social e distributiva) e igualdade baseada no reconhecimento de identidades (PIOVESAN, 2005).

Judith Butler (2003) destaca como os domínios da representação política e linguística estabelecem critérios predefinidos para a formação dos sujeitos, limitando a representação apenas ao que é reconhecido como sujeito. A imposição da cisgeneridade como único modelo de representação resulta na criação de uma hierarquia social, marginalizando corpos que não se enquadram nessa condição naturalizada (NASCIMENTO, 2021). Corpos trans, não reconhecidos pelo modelo único de representação, enfrentam marginalização e violência, refletindo a ineficácia das políticas universais. Essa negligência se traduz em transfobia, repressão e violência, sucateando a cidadania desses grupos.

¹Doutoranda em Ciências Sociais (UNIFESP). CV: <http://lattes.cnpq.br/8641499702717632>

²Doutora em Comunicação (UNIP). CV: <http://lattes.cnpq.br/8244076537003218>

³Doutora em Administração de Empresas (FGV). CV: <http://lattes.cnpq.br/7970180882025380>

A conquista de um pequeno espaço por pessoas transgêneras é resultado de mobilizações pelo respeito aos seus direitos, e tem sido impulsionada pela participação de coletivos trans em novos movimentos sociais (LACLAU, 1986; GOHN, 2005; JESUS, 2012). Esses movimentos articulam questões públicas e privadas, construindo espaços de expressão que enfatizam tanto semelhanças quanto diferenças por meio de mobilizações sociais, abordando os estigmas atribuídos a eles (MACHADO, 2007; JESUS, 2012). Um exemplo notável é o Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil, uma organização contestadora durante o regime autoritário do final da década de 1970, confrontando uma política conservadora que vigiava os corpos por meio de dispositivos jurídicos (QUINALHA, 2010; PASSOS, 2022).

Nesse sentido, faz-se necessário olhar para a evolução do movimento político e social em torno das transgeneridades que apresentam demandas específicas relacionadas a essa população, entre elas, as de trabalho; isso porque no Brasil, hoje, pessoas trans ainda enfrentam exclusão no mercado de trabalho. Conforme a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% da população trans brasileira recorrem a trabalhos sexuais como principal fonte de renda (BENEVIDES; SIMPSON, 2018). Para isso, tem-se um panorama histórico das lutas dos movimentos, desde meados da década de 1980, até os dias atuais, refletindo acerca das políticas públicas relacionadas ao trabalho e direcionadas para as pessoas trans.

A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, derivada de uma pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes, objetiva-se a compreensão do fenômeno para posterior proposição de caminhos e soluções de atuação na área. O presente trabalho está dividido em três partes: Movimento Político; As Relações com o Estado; Políticas Públicas e Projetos de Lei para população trans. Para chegar neste resultado, seguiram-se os seguintes procedimentos metodológicos: A leitura bibliográfica sobre o Movimento Político de Travestis e Mulheres Transexuais partiu de Passos (2022) que para além de apresentar através da recuperação histórica sobre a formação do movimento em sua obra, também discorre sobre suas aproximações com o estado através de suas referências.

Quanto à transição para a exposição dos resultados referentes às políticas afirmativas, à sistematização dos projetos de lei - no Brasil e países vizinhos - e à identificação das ações conduzidas por Alvez e Semente (2023), essa abordagem nos proporcionou fontes documentais fundamentais para a pesquisa. A discussão sobre essas políticas no Brasil ainda são recentes, fruto do início da nova década, em comparação às legislações da Argentina e Uruguai como exemplo. Os movimentos políticos das transgeneridades frente às demandas de seguridade social e saúde trouxe a formação e avanços para discussão política sobre cidadania, visto a negligência e marginalização histórica direcionada às dissidências de gênero, em especial, de pessoas trans, que neste capítulo, parte-se da literatura no pós-redemocratização.

MOVIMENTO POLÍTICO DE TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS NO BRASIL

Durante o regime autoritário na década de 1970, as travestis enfrentaram violência e perseguição policial em São Paulo, destacando-se a Portaria nº 390/1976 da Delegacia Seccional do Centro. Essa medida permitia prisões arbitrárias e catalogava travestis com trabalhavam na cidade de São Paulo a partir dos anos 1970, a Portaria nº 390/1976 da Delegacia Seccional do Centro autorizou prisões arbitrárias visando a realizar “averiguações” (OCANHA, 2016, p. 1 apud FONSECA, 1977, p. 75). Essa mesma portaria determinava que o cadastro policial das travestis deveria incluir fotos, para que os juízes pudessem avaliar seu suposto grau de periculosidade (OCANHA, 2014, p. 47), conferindo às imagens um papel crucial nas investigações policiais e levantando preocupações sobre a circulação livre dessas imagens na cidade (PASSOS, 2022). Ana Flor Fernandes Rodrigues, em conversa com Rafael Ocanha, destaca que as instituições policiais estavam impregnadas com um projeto transfóbico de higienização social liderado pelo delegado José Wilson Richetti:

É possível encontrar relatos nos quais as travestis mencionam que estavam sendo agredidas e atacadas pela equipe de policiais liderada por Richetti, com apoio de estabelecimentos como empresas, bares e restaurantes, os quais não permitiam que as mulheres trans trabalhassem como profissionais do sexo nas proximidades de seus locais. As

travestis, intencionalmente ou não, desafiavam as ordens e os regimes estabelecidos por ditaduras que não apenas moldavam um modelo de sociedade, mas também um modelo de vida e de corpo (RODRIGUES, 2019, p. 199).

A repressão persistiu mesmo após a redemocratização, como na intensa violência contra travestis e trabalhadoras sexuais nas regiões conhecidas como Boca do Lixo e Boca do Luxo, em São Paulo. O delegado José Wilson Richetti liderou a perseguição a travestis na região, independentemente do envolvimento com trabalho sexual. Em contrapartida, em Vitória, as trabalhadoras sexuais começaram a se organizar politicamente após a Operação Pente-Fino, fundando a Associação Damas da Noite e buscando tratamento digno e direitos (BONOMI, 2019).

ONGs e associações desempenharam um papel crucial na defesa dos direitos das travestis, oferecendo acesso à assistência jurídica e promovendo a formação de associações, como a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) no Rio de Janeiro, em 1992. Essa entidade foi fundamental para proporcionar às mulheres cisgêneras e travestis aprendizado sobre ações coletivas e atuação política-institucional, bem como a garantia de seus direitos (SILVA, 2021). Em relação às prisões arbitrárias e à busca por outras formas de trabalho, acordos foram estabelecidos, incluindo a oferta de capacitação profissional promovida pelo estado.

As trabalhadoras sexuais, por sua vez, comprometeram-se a zelar pelos espaços públicos onde atuavam (SILVA, 2021). Apesar dos avanços democráticos, a violência do Estado persistiu, levando as travestis a redefinirem conceitos de cidadania e participação política por meio do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais, buscando reconfigurar a democracia e combater a opressão (PASSOS, 2022; QUINALHA, 2010; OCANHA, 2016; BONOMI, 2019; SILVA, 2021; RODRIGUES, 2019; DAGNINO, 2017; ALVAREZ ET AL., 2001).

APROXIMAÇÕES: ESTADO E O MOVIMENTO POLÍTICO

A fundação da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) inaugurou uma esfera política onde a cidadania ganhou destaque, permitindo a emergência de novos sujeitos sociopolíticos nos movimentos sociais brasileiros (PASSOS, 2022). O primeiro Encontro Estadual de Travestis

e Liberados do Rio de Janeiro, em 1993, marcou a revisão dos interesses coletivos dessas comunidades (PASTERNOSTRO, 1999), culminando no 1º Encontro Nacional de Travestis e Liberados, reunindo representantes de vários estados (PASSOS, 2022). Figuras como Keila Simpson, Janaína Dutra, Indianarae Siqueira e Marcelly Malta desempenharam papéis históricos, conscientes da situação de travestis infectadas pelo HIV, motivando iniciativas educativas para prevenção (CARVALHO e CARRARA, 2013).

Os Encontros Nacionais de Travestis e Liberados na Epidemia da AIDS (EITLAIDS) se tornaram espaços para reivindicações e identificação dos desafios dessa comunidade no acesso à cidadania (CARVALHO e CARRARA, 2013; PASSOS, 2022). A partir de 1994, esses encontros se consolidaram como locais de construção democrática, especialmente sobre questões como “violência policial/HIV/AIDS” durante a epidemia dos anos 90 (CARVALHO e CARRARA, 2013; PASSOS, 2022).

As travestis desempenharam papel crucial em ONGs e colaboraram com o Ministério da Saúde no combate à AIDS, influenciando políticas públicas (CARVALHO e CARRARA, 2013). Esses eventos passaram a receber apoio financeiro do Programa Nacional de DST e Aids, facilitando a participação de travestis de diferentes regiões (PASSOS, 2022). O diálogo entre o Movimento e o Estado se fortaleceu, consolidando a legitimidade de seus interesses coletivos (PASSOS, 2022). Após o período centrado na HIV/AIDS, os Encontros Nacionais permitiram debater outras demandas, familiarizando as travestis com políticas públicas (PASSOS, 2022).

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência, em 2003, ampliou as oportunidades para os movimentos sociais progressistas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). No entanto, houve assimetrias dentro do Movimento, evidenciando diferenças de interesses (CARVALHO e CARRARA, 2013). O período de FHC viu avanços, mas houve sobreposição de interesses e disparidades sociais (PASSOS, 2022), já a gestão de Lula resultou no programa Brasil Sem Homofobia (BSH), apesar das insuficiências das propostas anteriores (DANILIAUSKA, 2011). O diálogo entre travestis, transexuais e o Estado foi crucial para a implementação de ações voltadas para a saúde dessa população (CARVALHO, 2015).

A década de 2000 representou um amadurecimento do Movimento de Travestis e Mulheres Transsexuais em relação às suas formas de interação com o Estado e a Sociedade. Enquanto isso, o Congresso Nacional da Argentina aprovou, em 19 de maio de 2012, o Expediente número 75/11 (ARGENTINA, 2012), uma legislação inovadora sobre a identidade de gênero de pessoas transsexuais e travestis. Essa legislação garante direitos fundamentais, como a possibilidade de alterar seus registros civis sem a necessidade de autorização judicial ou de realizar cirurgias, reconhecendo a importância da vivência interna de gênero, independentemente da anatomia genital externa e interna (JESUS e ALVES, 2012)

POLÍTICAS AFIRMATIVAS: BRASIL E VIZINHOS CONTINENTAIS

Sobre um possível histórico dos planejamentos de cotas para pessoas trans no mercado de trabalho, após seis anos de articulação dos movimentos sociais, o parlamento argentino aprovou a lei N° 27.636, publicada em 2021 (ALVEZ; SEMENTE, 2023), de Promoção do Acesso ao Emprego Formal para Travestis, Transsexuais e Transgêneros “Diana Sacayán – Lohana Berkins”, que objetiva estabelecer medidas de ação positiva a conseguir maior inclusão laboral das transgeneridades, a fim de promover a igualdade real de oportunidades em todo o território da República Argentina (ARGENTINA, 2021, art 1).

[...] En cumplimiento de las obligaciones del Estado argentino en materia de igualdad y no discriminación, la presente ley adopta medidas positivas para asegurar a las personas travestis, transsexuales y transgénero el ejercicio de los derechos reconocidos por la Convención Americana sobre Derechos Humanos y su Protocolo Adicional en materia de derechos económicos, sociales y culturales; las recomendaciones específicas establecidas en los Principios de Yogyakarta sobre la aplicación de la legislación internacional de los derechos humanos en relación con la orientación sexual y la identidad de género; la Opinión Consultiva N° 24 de la Corte Interamericana de Derechos Humanos sobre identidad de género, e igualdad y no discriminación [...]. (ARGENTINA, 2021, art. 2).

Sobre a disponibilidade das vagas da política de cotas na Argentina, compreendida pela mesma, no Estado nacional, ou seja, os três poderes compostos pelos Ministérios Públicos, organizações descentralizadas ou autárquicas, entidades públicas não estatais, as empresas e empresas do Estado, devem ocupar uma proporção não inferior a um por cento (1%) de todo seu quadro de funcionários pelas transgeneridades, em todas as modalidades vigentes de contratação regular (ARGENTINA, 2021, art. 5). Ainda mais, sobre a esfera privada, o Estado nacional deve priorizar, pelo mesmo custo, e na mesma forma, a aquisição de insumos e provisões de pessoas jurídicas ou humanas que incluam as transgeneridades (ARGENTINA, 2021, art. 10).

Incentivo este, no setor privado, sobre as contribuições patronais geradas pela contratação dos(as) beneficiários(as) desta lei serem consideradas como pagamento por conta dos impostos nacionais (ARGENTINA, 2021, art. 11). E, ademais às políticas de cotas como promoção ao mercado formal de trabalho na perspectiva da pessoa trans como operária na esfera pública ou privada, o décimo segundo artigo de mesma lei, discorre sobre o acesso às linhas de crédito, como possibilidade de empreendimento, “El Banco de la Nación Argentina debe promover líneas de crédito con tasa preferencial para el financiamiento de emprendimientos productivos, comerciales y/o de servicios, individuales o asociativos” (ARGENTINA, 2021, Art. 12), medida totalmente destinada a pessoas trans interessadas.

Já o parlamento uruguaio aprovou a lei N° 19.684, publicada em 2018, garantindo o direito das pessoas trans residentes em todo o território da República, a uma vida livre de discriminação e estigmatização, garantindo mecanismos, medidas e políticas integrais de prevenção, proteção, promoção e reparação (URUGUAI, 2018, art. 3), formulando a implementação de políticas públicas e ações afirmativas nas esferas pública e privada, dirigidas as transgeneridades, reconhecendo que historicamente foram vítimas de violência devido à sua identidade de gênero (URUGUAI, 2018, art. 2). Sobre a política de cotas no Uruguai, o percentual de cargos a serem preenchidos por pessoas trans corresponde a um por cento (1%) destinadas pelo Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas, o Tribunal Eleitoral, o Tribunal do Contencioso

Administrativo, os Governos Departamentais, as Entidades Autônomas, os Serviços Descentralizados e as pessoas de direito público não estatais (URUGUAI, 2018, art. 12).

Assim, discurrido no artigo seguinte, de mesma lei, sobre os Programas de formação e qualificação, atribuído ao Instituto Nacional de Emprego e Formação, fixar uma quota não inferior a um por cento (1%) para pessoas trans, nos vários programas de qualificação a mesma implementa (URUGUAI, 2018, Art. 13). O intermédio educacional na lei N 19.684, ou a promoção à inclusão educacional destinadas as trans-generidades, são competidas aos órgãos e entidades responsáveis pelas políticas educacionais em todos os níveis, no âmbito de suas atribuições, assegurarão a inclusão de pessoas trans em todo a sua vida educacional (URUGUAI, 2018, art. 15).

O acesso a esse direito é realizado por bolsas e apoio estudantil, pelos órgãos, organizações e instituições que atribuem bolsas e apoio estudantil ao nível nacional e departamental, qualquer que seja sua fonte de financiamento, devem fornecer cotas de dois por cento (2%) para pessoas trans (URUGUAI, 2018, art. 17). Assim, todos os estabelecimentos e organismos intervenientes no sistema educativo devem

A) Asegurar que las personas trans no sean excluidas del sistema educativo nacional por razones de identidad de género. B) Prestar apoyo psicológico, pedagógico, social y económico, en su caso conforme a la reglamentación respectiva, a las personas trans, con el fin de concretar efectivamente su desarrollo académico y social. C) Incorporar a personas trans en sus programas para culminar estudios a nivel de educación primaria, educación media básica y media superior así como terciaria, facilitándoles el acceso a los cupos disponibles y becas que se otorguen en los casos pertinentes (URUGUAI, 2018, art. 15).

Já no Brasil, consoante ao mapeamento feito pela ALVEZ; SEMENTE (2023), associação que produz e distribui jornalismo e informação orientados por dados e análises, existem pelo menos 15 projetos de lei em tramitação que preveem a reserva de vagas de trabalho para pessoas trans: sete em capitais de estados, quatro em Assembleias Legislativas estaduais e no Distrito Federal, e outros quatro no âmbito federal, informações

estas coletadas a partir de buscas em casas legislativas de todas as capitais e unidades federativas do Brasil, assim como no Senado e na Câmara dos Deputados do país (ALVEZ; SEMENTE, 2023).

Existem duas iniciativas que estão em vigor no Brasil. No município de Mariana (MG), a lei Nº 3.578, publicada em 2022, dispõe sobre a abertura de cotas de empregos destinados à população trans, no município e em empresas prestadoras de serviço (MARIANA, 2022). Assim como, em seu primeiro artigo, instituído o município de Mariana a conceder cotas de empregos exclusivos para as transgneridades, promovendo os direitos humanos, o acesso ao trabalho, renda e qualificação profissional a travestis e transexuais, em situação de vulnerabilidade social (MARIANA, 2022, art.1).

Art. 5º - As empresas terceirizadas prestadoras de serviço com mais de cem empregados que gozam de incentivos fiscais, que participem de licitação ou que mantenham contrato ou convênio com o Poder Público Municipal e com os entes que aderirem à Política Nacional de Emprego e Renda para a População Trans deverão contratar pessoas autodeclaradas travestis e transexuais na proporção de, no mínimo, 3% (três por cento) do total de seus empregados (MARIANA, 2022, art. 5).

Já no Rio Grande do Sul, o governador Eduardo Leite (PSDB) publicou o decreto Nº 56.229, de 7 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a ação afirmativa de reserva de vagas para as pessoas com deficiência, para as pessoas trans, para as pessoas negras e para as pessoas integrantes dos povos indígenas no âmbito dos concursos públicos para o provimento de cargos efetivos e empregos públicos, bem como nos processos seletivos para a contratação por tempo determinado, objetivando atender necessidades temporárias de excepcional interesse público no âmbito dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Portanto, sobre esse decreto, as transgneridades em políticas de cotas:

III - às pessoas trans, compreendidas as mulheres trans, as travestis e os homens trans, na proporção de 1% (um por cento) do total de vagas ofertadas no âmbito de cada

carreira, cargo ou emprego isolados previstos no edital de abertura do concurso público ou processo seletivo ou providas durante todo o período de validade do concurso; e (RIO GRANDE DO SUL, 2021, art. 2)

Os quatro projetos submetidos à consideração da Câmara dos Deputados estão agora apensados à proposta mais antiga, o PL 5.593/2020, do ex-deputado Denis Bezerra (PSB/CE). Ainda em estágio inicial de tramitação, esses projetos aguardam a análise da Comissão dos Direitos da Mulher para avançarem em seu processo legislativo (ALVEZ; SEMENTE, 2023). Este projeto de lei objetiva alterar a Consolidação das Leis do Trabalho, adicionando em seu primeiro artigo um parágrafo, reservando pelo menos cinquenta por cento (50%) das vagas destinadas à contratação de aprendizes prevista no caput de mesmo artigo para a contratação alternada de negros, mulheres e LGBTQI+ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Uma das proponentes é a deputada Natália Bonavides (PT/RN), sobre o PL 2.345/2021 (ALVEZ; SEMENTE, 2023), que pretende instituir a Política Nacional de Emprego e Renda para a População Trans, o Transcidadania, destinado a promover os direitos humanos, o acesso ao trabalho, renda e qualificação profissional a travestis e transexuais, em situação de vulnerabilidade social (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, art. 1). Para além da implementação do Programa Transcidadania, o projeto de lei 2.345/2021 prevê implementar três por cento (3%) de vagas de emprego para empresas que possuem mais de 100 funcionários, empresas estas que gozam de incentivos fiscais, licitações e/ou mantêm contratos com o poder público federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, art. 9).

Ainda sobre a plena integração das transgeneridades, discorrido no segundo parágrafo de mesma lei, as empresas em colaboração com a União e demais entes que aderirem à política, assim garantam processos formativos direcionados à toda a equipe, para tratamento adequado, acompanhamento e monitoramento das contratações, de modo a evitar qualquer discriminação no ambiente de trabalho (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, art. 9). A proposta mais recente apensada aos demais PLs no Congresso é da deputada federal Duda Salabert (PDT/MG), uma das primeiras deputadas trans da Câmara (ALVEZ; SEMENTE, 2023).

O projeto de lei 960/2023 dispõe sobre a reserva de vagas do Sistema Nacional de Empregos para pessoas em situação de rua, travestis e demais pessoas trans, assim, objetivando quarto por cento (4%) das vagas ofertadas para intermediação para travestis e demais pessoas trans, como mencionado no segundo parágrafo de mesmo artigo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023, art 1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um por cento. Este é o espaço ocupado pelas pessoas trans nas parcas políticas públicas sobre trabalho. É assim no Brasil e é assim em seus países vizinhos que este trabalho se dedicou a estudar: Argentina em Uruguai. No Brasil de 2024, em que a representatividade trans em cargos eletivos é a maior já registrada (POLO, 2022), cresce a perspectiva de políticas que garantam não apenas o mínimo, mas realmente o acesso à dignidade às pessoas trans a partir do trabalho, no entanto. Espera-se, ainda, que essas políticas venham no escopo estadual e federal, e não apenas restrito a iniciativas municipais. O que fica evidente, no entanto, é que mesmo que pareça irrisória, nem essa parca política de cotas existiria não fosse o movimento de travestis e mulheres transexuais que ao longo dos anos vêm se articulando social e politicamente pela conquista de direitos. Não apenas de viver, mas de existir em sua plenitude, como a música de 1987 do grupo Titãs nos diz: “A gente quer inteiro e não pela metade”.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325–357, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>

ALVAREZ, S. E. *et al.* **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

ALVEZ, S.; SEMENTE, M. **Projetos de lei buscam cotas para pessoas trans no mercado de trabalho**. Gênero e Número, ano 23, 19 jun 2023. Disponível em: <https://is.gd/CIzjEj>.

ARGENTINA. Lei nº 27636, de 08 de julho de 2021. **Ley de Promoción del acceso al empleo formal para personas travestis, transexuales y transgénero “Diana Sacayán - Lohana Berkins”**. Argentina. 2021. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27636-351815/texto>

BENEVIDES, B.; SIMPSON, K. **Mapa de assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasília: ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), p. 1–119. 2018. Disponível em: <https://is.gd/VCWEOz>

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BONOMI, C. **Mulher da Vida, É Preciso Falar**: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Campinas, 2019. p. 192. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UNICAMP.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei PL 5593/2020**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para reservar pelo menos 50% das vagas destinadas à contratação de aprendiz para a contratação de negros, mulheres e LGBTQI+. 2020. Disponível em: <https://is.gd/suC6vM>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei PL 2345/2021 PL 2345/2021**. Institui a Política Nacional de Emprego e Renda para a População Trans - TransCidadania, destinado à promoção da cidadania de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social. 2021. Disponível em: <https://is.gd/xbWoKY>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei PL 960/2023**. Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a reserva de vagas do Sistema Nacional de Empregos para pessoas em situação de rua, travestis e demais pessoas trans. 2023. Disponível em: <https://is.gd/MxkWy6>

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 14, p. 219-351, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>

CARVALHO, M. **Muito prazer, eu existo!: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), UFRJ. Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2024, ISSN 2179-510X 12

COACCI, T. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, v. 1, p. 134-161, 2014.

DAGNINO, E. **Movimentos sociais e permeabilidade estatal na construção de encaixes institucionais**. 41º Encontro Anual da ANPOCS, São Paulo, 2017.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática. In: DAGNINO, Evelina. (Orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp. p. 13-75, 2006.

DANILIAUSKAS, M. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. São Paulo: USP, 2011. 161 pp. Dissertação (Mestrado em Educação).

FONSECA, G. **Relatórios da Polícia Civil**. São Paulo: Tomo XXX, 1977.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimento de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, p. 1-12, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária**. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. 2012.

KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: focalização ou universalização? **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, n. 4, p. 564–574, out. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000400006>

LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, p. 41-47, 1986.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n. 18, p. 248-285, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>

MARIANA (município). **Lei Nº 3.578, de 09 de junho de 2022**. Lex: Legislação do município de Mariana, Minas Gerais, n. 2136, Jun. 2022.

NASCIMENTO, L. C. P. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

OCANHA, R. F. **Travestis paulistanas na mira da Polícia Civil**: a prática da Contravenção Penal de Vadiagem (1976-1977). XXIII Encontro Estadual de História, São Paulo, 2016.

OCANHA, R. F. **Amor, feijão, abaixo camburão**: imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). São Paulo: PUC-SP, 2014. 217 pp. Dissertação (Mestrado em História).

PASSOS, M. C. A. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43–55, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000100004>

POLO, JP. Representatividade na política: 2022 tem recorde de pessoas LGBTI+ eleitas. **In Exame**. v. 22, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3TXKCXq>.

QUINALHA, R. Uma ditadura hétero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: QUINALHA, R.; GREEN, J. N.; FERNANDES, M.; CAETANO, M. (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2010, pp. 17-25.

QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes**: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIO GRANDE DO SUL (estado). **Decreto N° 56.229, de 7 de dezembro de 2021**. Lex: Legislação do estado do Rio Grande do Sul, v. 2, p. 16-29, dez. 2021.

RODRIGUES, A. F. F. Quem não quer as travestis nas escolas? Uma volta até a ditadura militar no Brasil. **Revista Semana Pedagógica**, v. 1, n. 1, pp. 198-200, 2019.

SILVA, J. B. C. **Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil**. Piauí: Picos, 2021.

URUGUAI. **Lei n° 19684, de 26 de outubro de 2018**. Aprobacion de la ley integral para personas trans. Uruguai. 2018. Disponível em: <https://is.gd/0ULuzs>.

Nota: o estudo foi originalmente apresentado e publicado nos anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13, Florianópolis, 2024, ISSN 2179-510X.

“NÃO MATEM AS FORMIGAS, NÃO MALTRATEM AS MULHERES”: PERSPECTIVAS FEMINISTAS NAS CARTAS POLÍTICAS DOS ENCONTROS NACIONAIS DE AGROECOLOGIA (2002-2018)

Augusto César M. Moutinho¹

Célia Maria Pedrosa²

INTRODUÇÃO

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) – como a própria instituição se define no site de apresentação – “é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações [...] engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural” (ANA, <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 07/2020). Ao longo da sua trajetória, a ANA realizou quatro Encontros Nacionais de Agroecologia – ENAs: Rio de Janeiro – RJ, 2002; Recife – PE, 2006; Juazeiro – BA, 2014; e Belo Horizonte, 2018. Interessamos entender e analisar o conteúdo compartilhado nas Cartas Políticas, documento coletivo que representa a síntese analítica dos Encontros.

Portanto, este estudo tem como objetivo identificar e compreender a presença de pautas feministas - e a natureza do seu conteúdo - nas Cartas Políticas dos Encontros Nacionais de Agroecologia promovidos pela Articulação Nacional de Agroecologia durante os anos de 2002 a 2018, interpretando a relação entre agroecologia e feminismo.

A Agroecologia se assenta em propostas que vão além das práticas que não agredem o meio ambiente, envolvendo também aspectos relacionados à resistência ao agronegócio, ao latifúndio e à especialização agrícola, bem como o apoio à agricultura familiar. Assim, está agregado ao conceito, uma forte preocupação com o desenvolvimento de processos

¹ Mestre em História Social (UFBA). Professor (UNEB). CV: <http://lattes.cnpq.br/5555663841466833>

² Doutora e mestra em Ciências Sociais (PUC-Minas). Professora (IF Baiano). CV: <https://lattes.cnpq.br/9890343113554250>

isonômicos que garantam a sustentabilidade em todos os sentidos. Não seria leviano afirmar então que a Agroecologia se pretende holística nesse sentido, já que o alcance dessa proposta se mostra tão amplo quanto a própria constituição do conhecimento científico. Todas as ciências estão convocadas para essa finalidade! As rígidas fronteiras estabelecidas pela academia perdem parte do seu sentido quando postas frente aos seus obstáculos mais triviais: o *modus vivendi* de homens e mulheres numa complexa relação de interação sócio-histórica.

Esta articulação de lutas e práticas que permeiam as manifestações agroecológicas têm reflexos significativos nas resistências ao grande latifúndio e suas estruturas que atuam através do patriarcalismo, mandonismo e concentração de renda. Por outro lado – ou paralelo a isso - os movimentos feministas embora tenham pautas diversas, possuem uma agenda comum de lutas contra o patriarcado e a opressão de gênero, a favor da democracia e da justa transformação social. Sob esse ponto de vista as pautas da agroecologia e do feminismo possuem convergências, tornando-se relevante compreender como a Articulação Nacional de Agroecologia-ANA se posiciona nessa temática, a partir de suas cartas políticas aprovadas em seus encontros nacionais de Agroecologia – ENAs.

PROTAGONISMO FEMININO E A MULHER AGRICULTORA

Apesar do alargamento das fronteiras temáticas e epistemológicas ligadas aos Estudos Rurais nos últimos anos, ainda existem lacunas importantes na pesquisa vinculada ao campesinato. A sistematização de experiências agroecológicas fomenta um volume considerável de estudos acadêmicos, mas, em sua enorme maioria, histórias protagonizadas por homens e, não raras as vezes, narrativas que secundarizam o papel da mulher mesmo quando esta tem posição relevante na trama social.

As experiências masculinas, mesmo quando consideradas de forma relacional, prevalecem discursivamente como modelos universais em vários âmbitos. Outrossim, a sabedoria feminina, suas experiências cotidianas, suas trajetórias históricas são invisibilizadas, posicionando as mulheres na periferia dos processos históricos. Muitos estudos - em áreas como a Antropologia, História e Sociologia - salientam como a mulher foi ocultada e/ou posta à margem na produção acadêmica. A concepção do “homem

universal”, representada por arquétipos fundamentalmente masculinos, contribuiu para a sedimentação de um processo alienatório e secundarizante das experiências femininas. A propósito disso, a própria fragilidade desse ângulo de observação contribui como combustível para o fortalecimento das pautas feministas. Como afirma Rachel Soihet:

Em que pesem aos esforços no sentido de acomodar as mulheres numa história que, de fato, as excluía, a contradição instaurada revelou-se fatal. A história das mulheres [...] implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal. (SOIHET, 1997, p. 86)

É preciso salientar que, no Brasil, a luta das mulheres por igualdade sempre foi marcada por contextos fortemente patriarcais que predominaram desde a colonização e ainda persistem na contemporaneidade. Mulheres engajadas em movimentos organizados - ou isoladamente - buscam de diversas formas a igualdade de gênero, pautando a conquista de direitos à educação, à participação política, ao trabalho, acentuando também melhores condições laborais, luta contra discriminações e assédio; direito ao divórcio e ao corpo (acesso à métodos contraceptivos) e direito às políticas de proteção contra a violência doméstica. Embora a Constituição da República de 1988 trate a questão da igualdade de gênero em seu art. 5º, há ainda muito a ser conquistado: a descriminalização do aborto e a justa distribuição das tarefas da casa, por exemplo, estão também na ordem do dia.

E o que dizer das mulheres agricultoras, em especial as pertencentes à agricultura familiar? Elas também conciliam o trabalho da casa e cuidado com os filhos com atividades remuneradas. Além disso, desenvolvem práticas agroecológicas, algumas relacionadas à “agropecuária de quintal”, caracterizada pelo plantio de hortaliças, frutas, tubérculos, feijões, pimentas, dentre outros, além da criação de alguns animais no entorno de sua moradia. Elas possuem questões específicas que não estão contempladas nas pautas gerais das lutas feministas e necessitam, com urgência e assertividade, de prospecção social.

As mulheres agricultoras são desprovidas de poder porque enfrentam uma “dupla dependência”. A primeira dependência está relacionada ao fato de serem camponesas [...] E a segunda dependência está relacionada ao fato de

serem mulheres imersas em relações familiares desiguais e hierárquicas, onde a opressão feminina é naturalizada. (FERREIRA; MATTOS, 2017, s.n.t)

ECOFEMINISMOS E AGENDAS POSITIVAS

Segundo Emma Siliprandi (2015), desde a década de 1960 os movimentos de mulheres dialogam e estabelecem conexões com os movimentos ecológicos. A contraposição aos grandes modelos políticos e econômicos – capitalismo e socialismo – e, de forma mais pontual, à opressão dos aparelhos institucionais, ao controle e normatização dos valores e comportamentos, a um estado constante de guerra, ao racismo estrutural, ao sexismo, à irresponsabilidade da humanidade para com o meio ambiente, esboçou um cenário consistente, relevante e extremamente justificável de questionamento ao modelo civilizatório.

Esse contexto produziu também uma reestruturação no interior dos movimentos feministas. Alicia Puleo (2000) denomina de a “segunda onda” a secessão de prioridades e de pautas vinculadas a grupos com agendas liberais, radicais e socialistas, ocorrida no final da década de 1960. Segundo a autora, as ecofeministas – setor importante e atuante do feminismo radical – esboçavam um estado de luta constante contra o androcentrismo que estruturava o alicerce das sociedades patriarcais. Assim, o ecofeminismo concentrou seu conteúdo e esforço na superação dessa estrutura com a finalidade de implodir todas as amarras que impediam a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

O termo – ecofeminismo – surge no início dos anos de 1970, na França, cunhado por Françoise D’Eaubonne, importante autora feminista. Fortemente ambientado em um contexto de ecocríticas – como já sinalizado anteriormente – o ecofeminismo representa a síntese do feminismo intrinsecamente atrelada ao ambientalismo. No centro das principais pautas, a constante e intermitente luta contra o patriarcalismo exploratório; contra as relações de dominação pautadas nas identidades de gênero, tão historicamente sedimentadas.

Não obstante as inúmeras tendências do ecofeminismo despontadas ao longo do segundo quartel do século XX (ecofeminismo clássico, ecofeminismo espiritualista do terceiro Mundo, ecofeminismo construtivista,

por exemplo), na década de 1990, teóricos como Barbara Gates, Greta Gaard e Patrick Murphy questionam conceitos e abordagens relacionadas às essas tendências, provocando uma ampla revisão nas propostas:

A partir de então, o postulado principal do ecofeminismo passou a defender a idéia de que todas as questões de dominação estão interconectadas. Portanto, para compreender como acontece a opressão das mulheres e a destruição dos recursos naturais é preciso dirigir o olhar às relações entre os vários sistemas nos quais o poder está constituído. (TORRES, Maximiliano, 2009, p. 9)

Vale notar, com a ênfase que merece o tema, que o ecofeminismo não se resume em associar de forma rasteira e frugal, mulheres à natureza, como bem destaca Maximiliano Torres (2009, p. 11). Trata-se de uma convergência tratativa (ecologia/feminismo) que questiona fundamentalmente os “alicerces do sistema capitalista patriarcal mundial”. O movimento - reforça o autor – “estimula uma transformação no relacionamento homem-mulher-natureza e se instaura, silenciosamente, nas bases de nossa cultura, como uma possibilidade de modificação da estrutura civilizacional”.

Parece haver uma profunda e constante compatibilidade histórico-contextual que associa as pautas ecofeministas à um estado de constante menosprezo pela igualdade de gênero em países como o Brasil. Essa conjuntura absurdamente desfavorável, sobretudo às mulheres camponesas, também criou um ambiente propício para resistências. Esse ambiente distópico, *per si*, já justifica e amplia a importância e necessidade do ecofeminismo! Há um cenário positivo de crescente participação e envolvimento de mulheres agricultoras em movimentos que buscam reivindicar a identidade empoderada, combativa e socialmente atuante, mas, invisibilizada pela violência e misoginia ao longo da androcêntrica história. Mais uma vez, Emma Siliprandi (2015) sinaliza para a importância dessa movimentação no sentido de amplificar o discurso e a prática da igualdade. A autora constata a organização e a participação das mulheres camponesas não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também – e principalmente – nas associações, grupos de produção e troca, nas cooperativas; nas vivências de agroecologia, nos centros de formação e estudo, nas feiras agroecológicas, nas ecovilas. Todo esse conjunto de demandas

e ações somam-se para produzir um efeito potente: a pressão por políticas públicas adequadas e compatíveis com a agenda de inclusão e igualdade de gênero. A despeito disso, a reafirmação para o conjunto social das suas especificidades enquanto mulheres, trabalhadoras e produtoras do campo.

“SEM FEMINISMO(S) NÃO HÁ AGROECOLOGIA”

Nas últimas décadas, a Agroecologia tem revelado uma interface de grandes possibilidades de transformação socioambiental, principalmente no que diz respeito à desconcentração da geração de renda no campo. A conexão entre as pautas macroestruturais dos movimentos feministas e a transformação via modelos alternativos de produção agrícola, parece ser um caminho seguro e viável para a efetivação de uma mudança relacional entre homens e mulheres camponesas. Essa sedutora aproximação não exclui, no entanto, o grande desafio de conciliar – pragmaticamente – a “dureza” do conceito, do verbo, da letra com as práticas e fundamentos que se estabelecem no dialético cotidiano rural.

Interação tão importante quanto necessária - sobretudo sob o ponto de vista da emancipação e empoderamento feminino – essa questão figurou embrionariamente desde o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002. A Carta Política, síntese do Encontro, indica não apenas uma “tendência repensada”, mas, a forte e ativa incursão de mulheres dentro do movimento, reivindicando representatividade e presença. A propósito disso, a Carta é epigrafada com a citação de Antônia Vieira de Souza, quebradeira de coco-babaçu (AMTR-MA – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais):

Que o documento do ENA seja considerado e apresentado pelas autoridades pra que seja implantada uma política pra que os agricultores possam continuar sua proposta. Não seja aquela política que foi apresentada, de exploração, que acabou, que devastou. Que essa seja uma ajuda de recuperação, pelo menos pra quem quer. (Encontro Nacional de Agroecologia. Anais. 2002, p. 194)

O documento já sinaliza, mesmo que timidamente, para um alargamento das fronteiras epistemológicas, incluindo na pauta agroecológica questões apontadas pelo feminismo. Essa abordagem, já proposta por

Altieri (1989), passou a indicar que as questões de classe, por exemplo, são tão importantes quanto necessárias para compreender a dinâmica das relações estabelecidas entre homens e mulheres no ambiente rural. No entanto, apesar de o I Encontro, realizado em 2002, comportar um Grupo de Trabalho (GT) responsável por discutir ‘A Questão de Gênero no desenvolvimento agroecológico’, apenas duas alusões foram feitas às mulheres na Carta Política, enquanto pauta reivindicatória. A primeira, uma constatação teórica que parte do princípio da “igualdade das relações entre homens e mulheres” como condição para a sustentabilidade da produção agroecológica familiar; a segunda, indica uma necessidade de reestruturação fundiária que leve em consideração as relações sociais de gênero como fundamento primário para a garantia da equidade do direito à terra.

Não obstante a acanhada – ou ausente – presença de uma narrativa feminista, sistêmica e reivindicatória na Carta do I Encontro, parece ter havido um importante processo de ebulição epistemológica durante a Jornada. Isso inclui debates e produções nos Grupos de Trabalho (GT’s), diálogos e compartilhamento de ideias, experiências e estudos acontecendo em ambientes formais e não formais do Evento. No mínimo, essa movimentação contribuiu para pavimentar caminhos futuros, ao colocar no radar da Agroecologia, problemas e discussões da alçada dos movimentos feministas. Assim, para além da simplificação do papel e importância da mulher na agroecologia, o reconhecimento do protagonismo histórico do feminismo e dos movimentos de auto-organização das mulheres esboçou uma tendência linear e processual ao longo de todos os Encontros Nacionais de Agroecologia, a partir de então.

Esse cenário já se mostra acentuadamente diferente em 2006, no II ENA. A Carta Política destaca a participação de 46% de mulheres no Evento, ampliando de forma considerável a narrativa pautada nas problematizações e pleitos feministas. Em um documento com dez laudas, dez parágrafos fazem alusão às mulheres e ao debate em torno das relações de gênero no ambiente rural. Os movimentos coletivos de mulheres são acentuados pela sua importante e ativa promoção da agroecologia e suas necessárias variáveis de análise. Esse salto qualitativo no texto deu visibilidade a questões como a luta pela valorização do trabalho feminino e compartilhamento das responsabilidades da casa e da família, luta contra a

violência e misoginia e defesa do direito de reconhecimento das mulheres enquanto agricultoras, camponesas e agroextrativistas.

O documento incorpora questões assertivas e que estavam no topo das discussões feministas da época. Fomentando a valorização do papel histórico das mulheres campesinas na construção da agricultura e na garantia da segurança alimentar, a Carta manifesta-se contrária a “reforma agrária de mercado”, defendendo a “garantia do direito das mulheres à terra nos assentamentos rurais (titulação conjunta e cadastro)”. O documento ainda condena as práticas de distribuição desigual de alimentos entre homens e mulheres, ainda presentes no meio rural e reivindica crédito rural desburocratizado, com autonomia e sem discriminação, através do “Pronaf Mulher”.

A Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2014, segue na esteira dessas questões. Com uma diagramação mais atraente e ilustrada, o texto utiliza imagens do Evento, dando visibilidade justa e considerável às mulheres ao longo de todo o documento. Segundo a Carta, houve uma “participação paritária entre homens e mulheres” e um esforço antecipado – por meio de encontros regionais – para dar respostas à pergunta central do III ENA: “Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?”

O texto salienta a importância da participação das mulheres jovens como sujeitos políticos da agroecologia, para combater e estancar o “esvaziamento do campo”. Auto-organizadas e atuando em diversos movimentos e redes, as mulheres do III Encontro reafirmaram o lema: “Sem feminismo não há agroecologia”, enfatiza a Carta.

A agroecologia é indissociável de uma vida sem violência, regida pelo respeito e pela igualdade, o que implica a garantia do direito das mulheres à plena participação na vida social e política de suas comunidades, bem como a garantia de seu acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade. (III ENA, 2014, p. 07)

O direito a posse da terra é novamente destacado na III Carta, sugerindo que existe uma distância considerável entre aquilo que está escrito na fria letra da lei e a dura realidade vivenciada por homens e mulheres campesinas. O documento salienta a importância de reafirmar as conquistas

de instrumentos que “garantam a titulação conjunta da terra e a revisão dos títulos anteriores em que não conste a obrigatoriedade da titulação conjunta”. Assinala também a inclusão das mulheres como associadas no caso de títulos coletivos.

Outro ponto proposto é a ampliação de ações da gestão e estocagem de água para beber, produzir e consumir, considerando o desenvolvimento de tecnologias sociais e, principalmente, a participação ativa das mulheres no processo, afim de atenuar a sobrecarga de trabalho cotidiano, já tão potencializada por fatores associados à própria condição de ser mulher. O reconhecimento desse volume de trabalho e da contribuição estratégica das mulheres para o abastecimento alimentar, fundamenta o debate em torno do abastecimento e da construção social dos mercados. Nesse contexto, o documento questiona os paradigmas normativos da legislação sanitária, que considera os alimentos vivos e naturais como perigosos em detrimento dos produtos químicos e industrializados. Esse problema, na melhor das hipóteses, inibe o acesso da produção vinculada à agricultura familiar aos mercados formais. Por conseguinte, “parte considerável da produção das mulheres, como ovos, galinhas caipiras, derivados de leite, polpas de frutas e panifícios, está excluída desses mercados” (III ENA, 2014, p. 37).

O acesso das mulheres a linhas de crédito também é destaque na III Carta:

O reconhecimento dos projetos e da organização produtiva das mulheres deve se traduzir em condições objetivas para o acesso a linhas de crédito e fomento que incluam os quintais produtivos e a produção para o autoconsumo, que se reverte em renda familiar (III ENA, 2014, p. 39).

Sobre a necessidade desse reconhecimento, a alusão às dificuldades e à perseverança de jovens mulheres na busca de alternativas para o acesso as linhas de crédito e fomento que viabilizem com autonomia projetos de vida e de produção agroecológica, reforçam a tese de uma reconfiguração consistente nas relações de gênero, afim de vencer os desafios e obstáculos de ordem institucional e sociocultural.

A III Carta faz um alerta para o risco do desaparecimento de saberes ancestrais, historicamente vinculados às mulheres. Reforça a luta incan-

sável das mulheres em comunidades rurais e assentamentos de todas as regiões do país pelo resgate e ressignificação dessas experiências ancestrais.

A luta das mulheres, a partir da perspectiva feminista e agroecológica, fortalece a organização e as experiências que buscam promover, a partir de uma alimentação saudável e diversificada, a saúde integral, entendendo o ser humano como par te do ambiente em que vive. (III ENA, 2014, p. 40).

O IV Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2018, produziu uma Carta Política que amplificou consideravelmente questões pontuadas nos encontros anteriores, incorporando novas perspectivas de análise para as questões de gênero. Com diagramação didática e atraente, a Carta publiciza de forma muito equilibrada as imagens de mulheres participantes da Jornada, apresentando-as em ângulos favoráveis à constatação de uma participação ativa e protagonista durante todo o trabalho. Paritária também foi a presença de homens e mulheres no evento, segundo o documento.

Além de fazer alusão às causas das mulheres ao longo de todo o texto, a novidade nessa edição é a apresentação de uma seção exclusivamente voltada para a discussão e problematização do feminismo enquanto aporte teórico da agroecologia. Reafirmando o aforismo “sem feminismo não há agroecologia”, o documento expõe as experiências do GT Mulheres da ANA para defender a importância da “auto-organização das mulheres na “luta pelo reconhecimento e valorização de sua contribuição histórica para a agricultura, a preservação dos bens comuns e o trabalho de sustentabilidade da vida [...]” (IV ENA, 2018, p. 26).

Nessa seção são apresentadas as experiências de sistematização da produção de mulheres rurais e urbanas realizada pelas Cadernetas Agroecológicas e a “Campanha pela justa divisão do trabalho doméstico”, como potentes instrumentos de ressignificação e valoração do trabalho feminino. Ambas as experiências, salvaguardando as suas especificidades, surgem da necessidade de discutir a invisibilidade dos trabalhos das mulheres. São instrumentos de luta “para que as mulheres possam se apropriar da discussão sobre a divisão sexual do trabalho e, coletivamente, pautar esse debate para toda a sociedade” (IV ENA, 2018, p. 26).

Importantes divisas são reafirmadas no documento: Conquanto houver violência, opressão, invisibilização, isolamento e discriminação, “não matem as formigas, não maltratem as mulheres”. Dois componentes poderosos se somam a esse repertório: as pautas vinculadas ao debate étnico-racial que destaca a representatividade e presença das mulheres negras e a defesa de um feminismo plural que incorpore as lutas antirracista, antiLGBTIfóbica e anticapitalista. Esse conteúdo – até então inédito nas Cartas políticas – ampliou as fronteiras de uma agroecologia holística, ativista e devidamente inserida no tecido social. “[...] As mulheres negras afirmaram o quanto ainda é mais cruel a violência sofrida por elas e apontam a urgente necessidade de que o movimento agroecológico levante a seguinte bandeira: “Se tem racismo não há agroecologia” (IV ENA, 2018, p. 40).

A IV Carta enfatiza os primeiros passos dados pelas políticas afirmativas no sentido de enfrentar desigualdades históricas entre homens e mulheres no mundo rural, mas assinala com destaque questões pendentes, problemas persistentes e retrocessos sociais:

Os números relacionados à violência contra as mulheres, LGBTIs e jovens negros/as das periferias urbanas também se multiplicam. [...] Ondas de conservadorismo se disseminam na sociedade, impulsionadas por um perfil de mídia que desinforma, despolitiza e estimula a intolerância. (IV ENA, 2018, p. 08).

Questões que vinculam o trabalho das mulheres à luta pela soberania alimentar também aparecem com muita força no texto. O documento defende o fortalecimento dos quintais produtivos e do trabalho das mulheres sob uma perspectiva feminista como instrumentos para a potencialização das organizações e redes de agroecologia voltadas para o manejo da biodiversidade. A saúde das mulheres e as práticas tradicionais de cuidado também são citados no texto, apresentando as mulheres como protagonistas nas ações de zelo, articulação das redes de cuidadores e na proteção e transmissão desses conhecimentos.

Como nas edições anteriores, a IV Carta ressalta a importância do acesso ao crédito. Citando a “Revolução Verde” como plataforma de indução à implementação de projetos técnicos que, em última análise, reforcem o patriarcado, o documento aponta a exclusão das demandas das mulheres e dos jovens:

Políticas públicas de financiamento ainda se mantêm, em grande medida, como instrumentos para difusão dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. [...] Dessa forma, o financiamento público, frequentemente, é insensível às necessidades e sonhos das famílias agricultoras e suas organizações. (IV ENA, 2018, p. 32).

CARTAS, CONTEXTOS E CONVERGÊNCIAS

Impossível desvincular a produção e conteúdo intelectual das Cartas Políticas dos seus respectivos contextos históricos. Os Encontros Nacionais de Agroecologia incorporam na sua atmosfera todas as nuances dos cenários políticos, macro e micro econômicos, ideológicos e sociais do seu tempo. A Carta Política é um documento síntese, mas também processual. A sua narrativa acaba absorvendo a quentura daquilo que é produzido nos debates em plenária, nos GT's e nos espaços informais do evento. Noutras palavras, a Carta se abastece de “conteúdo vivo”, elaborado a partir das demandas que aparecem na troca de saberes e experiências! Assim, o documento se apresenta como um termômetro das questões que envolvem homens e mulheres do campo, em todas as partes do país.

De uma forma geral, podemos mensurar um avanço gradual das conquistas no campo da agroecologia quando analisamos as Cartas Políticas. Os três primeiros Encontros Nacionais de Agroecologia (2002, 2006 e 2014) estão inseridos em contextos razoavelmente favoráveis. Apesar “da não realização das reformas estruturais necessárias para a democratização do acesso aos bens da natureza”, como enfatiza a IV Carta (2018, p. 06), importantes políticas públicas foram implementadas nesse período. Os Encontros absorveram esses cenários e projetaram futuros a partir da problematização desses panoramas. Isso já se mostra evidente na I Carta Política, quando se explicita a relação entre as pautas agroecológicas e a plataforma presidencial de Luís Inácio Lula da Silva. As Cartas de 2006 e 2014 já apresentam avanços consideráveis nessa seara, mas como apresentado anteriormente, inúmeras questões envolvendo a presença e participação da mulher camponesa permanecem latentes.

A IV Carta Política (2018) apresenta um repertório muito mais consistente e plural no que diz respeito aos discursos feministas. Várias categorias sociais aparecem no texto dando visibilidade à problemáticas que

atingem de forma muito mais específica esses grupos. Na medida em que as vozes das mulheres negras surgem relatando suas mazelas, mas também suas potências e perspectivas, LGBTI's apresentam dados alarmantes de violência e homofobia, reforçando pautas históricas de inclusão e respeito à diversidade de gênero e orientação sexual, o documento escancara a necessidade e urgência de enfrentar essas questões de forma muito mais propositiva. A reverberação dessas vozes faz justiça ao fundamento primaz da agroecologia de democratizar e respeitar saberes, olhares e experiências. A IV Carta apresenta um amadurecimento compatível com as discussões que gravitavam em torno dos meios acadêmicos, da comunicação midiática e da sociedade em geral.

Não obstante à “positividade inclusiva” do seu texto, o documento está inserido em um cenário conturbado e muito pouco promissor de ares democráticos. A “trajetória virtuosa marcada por conquistas” – como ressalta a Carta – “sofreu uma ruptura com o golpe parlamentar-jurídico-midiático que destituiu, em 2016, o governo eleito com mais de 54 milhões de votos” (IV Carta, 2018, p. 06). Esse contexto, definitivamente, não pode ser omitido sob pena de não alcançarmos a intensidade das mudanças contrárias às conquistas democráticas da primeira década do século XXI. É visível o tom de pesar, mas ao mesmo tempo, profético no que diz respeito ao célere desmonte das conquistas sociais caso não haja uma forte mobilização no sentido contrário. Uma atmosfera de conservadorismo se prolifera na sociedade, forças usurpadoras da democracia proclamam um estado excludente, intolerante e classista, salienta a Carta. Em 2018, já são visíveis as consequências desse processo. De forma panorâmica – mas consistentemente convincente – o texto destaca a rápida ampliação de um cenário despolitizante que estimula a intolerância e violência, muito pouco favorável às questões pautadas pelas lutas feministas, por exemplo.

Esse estado de retrocesso destacado na IV Carta revela os sintomas de um liberalismo agressivo, que ignora os anseios e conquistas daquelas parcelas sociais que estão localizadas na periferia do sistema. Manifestações explícitas de machismo e intolerância, o retorno do flagelo da fome, desemprego e desalento, aumento substancial da violência contra mulheres e LGBTI's, conspirações político-midiáticas compõe o retrato do ano de 2018. Ademais, a dedicação de exclusividade a um projeto nacional de agronegócio que esmaga sem piedade a agricultura familiar domina esse

cenário, e é debatido incansavelmente no Encontro. Nesse panorama, vale ressaltar os qualitativos - e políticas - que subalternizam a agricultura familiar, “célula-tronco” da abordagem agroecológica. No documento, a constatação é de que se trata de um desafio a mais quando pensamos no fundamental papel das mulheres nesse contexto. A invisibilidade intencional, a desqualificação da proposta e tudo o que está relacionado à uma política pública de subvalorização, leva consigo a participação da mulher para a periferia desse processo.

Assimilando com ciência e ceticismo questões contemporâneas aos seus respectivos Encontros, as Cartas Políticas revelaram um enlace teórico fundamental na medida em que as mulheres foram posicionadas com presença e representatividade social. Assim, ganha a agroecologia quando insere no seu fundamento elementos que permitem a (auto) organização das mulheres em torno de questões de ordem também estruturais. A propósito da camada filosófica que sustenta essa abordagem, é exatamente isso que se espera.

[...] É na gestão estratégica da sustentabilidade, em suas várias dimensões – social, econômica, ecológica – como condição para a promoção da agroecologia e o desenvolvimento de projetos socioambientais que a igualdade de gênero precisa afirmar-se. (<https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/construindo-um-dialogo-feminismo-e-Agroecologia/>. Acesso 07/09)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas políticas aprovadas nos encontros nacionais da ANA revelam um crescente avanço de pautas feministas. A última Carta reconhece as políticas afirmativas que deram os primeiros passos no enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres e faz a defesa de uma sociedade plural, o respeito à diversidade social e a luta contra toda forma de violência contra mulheres, LGBTIs e jovens negros e negras das periferias. Valoriza o trabalho da mulher camponesa na agroecologia, no que se refere ao abastecimento alimentar; a atuação das mulheres na agroecologia urbana e os riscos de extinção dos saberes ancestrais culturalmente vinculados às mulheres. As cartas expressam um caráter progressivamente holístico e

humanista, ressaltando uma práxis agroecológica capaz de ampliar seus horizontes para incluir a justiça social, a luta contra o patriarcado e toda sorte de mandonismo, a defesa da igualdade de gênero e a justiça social.

REFERÊNCIAS

I ENA. Carta Política. Rio de Janeiro, 2002.

II ENA. Carta Política. Recife, 2006.

III ENA. Carta Política. Juazeiro, 2014.

IV ENA. Carta Política. Belo Horizonte, 2018.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p.

ANA, <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. [s.n.t.]. Acesso em: 07 set. 2020.

AVILA, B. **Mulher e Trabalho**. S.O.S Corpo, 2005.

BORDALO, Caroline Araújo. **Camponesas e trabalhadoras rurais**: uma análise de duas tradições de participação e representação política. Disponível em: <https://is.gd/wn4RwV>. Acesso em: abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia**. Políticas para as trabalhadoras rurais: relatório de gestão. Brasília: MDA, 2007.

CARDOSO, Elisabeth; SCHOTTZ, Vanessa; PACHECO, Maria Emilia (coord.). **Mulheres construindo a agroecologia**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ANA, 2008. 76p.

CINTRÃO, Rosângela; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline. **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luís Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. In: **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, 2017.

FISCHER, Isaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 2006.

MELLOR, Mary. **Feminismo y ecología**. México: Siglo XXI, 2000.

NORGAARD, Richard; SIKOR, Thomas. Metodologia e prática em agroecologia. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 53-83.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Construindo um diálogo: feminismo e agroecologia (entrevista)**. Revista Proposta, Rio de Janeiro, ano 28/29, n. 103/104, dez./mar. 2005a.

_____. Dignidade: uma questão de gênero? In: PACHECO, Tânia (org.). **Linha de dignidade: construindo a sustentabilidade e a cidadania**. Rio de Janeiro: Fase/BSD/Programa Cone Sul Sustentável, 2005b.

PAULILO, Maria Ignez S. **Trabalho familiar**: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, v. 12, n. 1, 2004.

PULEO, Alicia. Luces y sombras del ecofeminismo. Asparkía. **Investigació Feminista**, nº 11. 2000.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SOIHET, Raquel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma: **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

TORRES, Maximiliano. O ecofeminismo: “um termo novo para um saber antigo”. In: **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, Número 20, janeiro/julho 2009.

REFLEXÕES SOBRE A EXISTÊNCIA FEMININA A PARTIR DO FILME “AS HORAS”

Dayane Santos Silva¹
Edla Maria Campos Cruz²
Maria Clara Ferreira Souza³
Maria Luisa Fernandes De Oliveira⁴
Bruno Robson de Barros Carvalho⁵

INTRODUÇÃO

O filme “As horas” roteirizado por David Hare e dirigido por Stephen Daldry (2002), trata-se de uma adaptação cinematográfica do romance de Michael Cunningham, *The Hours*, que revisita o universo de Virginia Woolf, contando um dia na vida de três mulheres em tempos históricos diferentes. Começando em 1923, na Inglaterra, com a personagem Virgínia escrevendo o livro *Mrs. Dalloway*, depois mudando para Los Angeles, em 1951, com a personagem Laura Brown lendo o mesmo romance no aniversário do marido dela, Dan Brown. O tempo muda mais uma vez para Nova Iorque em 2001, para o dia em que Clarissa Vaughan (apelidada de Clarissa Dalloway) organiza uma festa em comemoração ao prêmio pelo conjunto da obra do escritor Richard Brown.

Através de três personagens femininas, em épocas diferentes, mas unidas pelo mesmo livro, *Mrs. Dalloway*, a obra “As Horas” incorpora nesses três universos questões existenciais profundas, das quais a temática sobre o feminino, muito presente no filme, será analisada neste trabalho. O objetivo é compreender, a partir do filme “As horas”, questões existenciais do feminino em articulação com o pensamento de Simone de Beauvoir.

Este trabalho é produto da disciplina “Psicologia Fenomenológica Existencial 1”, do curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio São Francisco – UNIRIOS e teve como metodologia, primeiramente,

¹ Psicologia (UNIRIOS). CV: <https://lattes.cnpq.br/9268351936000011>

² Psicologia (UNIRIOS). CV: <http://lattes.cnpq.br/3692486043602467>

³ Psicologia (UNIRIOS). CV: <http://lattes.cnpq.br/1097592634468088>

⁴ Psicologia (UNIRIOS). CV: <http://lattes.cnpq.br/9343328100938869>

⁵ Doutor em Psicologia Clínica (UNICAP). Docente (UNIRIOS). CV: <http://lattes.cnpq.br/4091903533583111>

as transcrições de três diálogos do filme que conversam com o tema do feminino para, em seguida, produzir uma articulação teórica com a fenomenologia existencial, em especial, as obras da autora existencialista e feminista Simone de Beauvoir.

LAURA BROWN E A CONDIÇÃO DE SER “O OUTRO”

Esse diálogo faz parte do último ato do filme, a personagem feminina que se apresenta é a Laura Brown, interpretada por Julianne Moore. Ela vive na década de 50, nos Estados Unidos, e está grávida do segundo filho. Mora em uma boa casa, e é casada com Dan, um herói da segunda guerra mundial. Contudo, ela sente-se vazia e uma forasteira nessa existência. É aniversário de seu esposo e ela passa o dia preparando um bolo para ele enquanto lê o romance *Mrs. Dalloway*. Na cena a seguir vemos a família (Laura, Richie e Dan) reunida na mesa, a cozinha está decorada para o aniversário de Dan. Junto ao aniversariante, está o bolo preparado por Laura. Ao assoprar as velas eles conversam:

Laura: Feliz aniversário!

Richie: Parabéns, papai!

Dan: Isso é perfeito, simplesmente perfeito! (prova o bolo)

Laura: É mesmo? Você acha mesmo?

Dan: É claro, deve ter trabalhado nele o dia inteiro

Laura: É isso que ficamos fazendo. Não é mesmo filhão? Trabalhando duro o dia inteiro.

Dan: Tudo isso é fantástico, como eu sempre desejei.

Richard, um dia eu te conto como tudo aconteceu...

Laura: Não, Dan...

Dan: Eu quero. Quero contar para ele a nossa história. Quando eu estava na guerra. Na guerra eu ficava pensando naquela garota que eu tinha conhecido e nunca tinha visto no colegial. Essa garota estranha e de aparência frágil chamada Laura. É.. Ela era tímida e bem interessante. E a sua mãe não vai se importar se eu te contar. Ela era aquele tipo de garota que ficava sentada sozinha. E eu vou te dizer mais, as vezes quando estávamos no Pacífico Sul eu me pegava pensando nessa garota.

Laura: Dan...

Dan: Pensava em dar-lhe uma casa, uma vida, bem parecida com essa. E pensar nesta felicidade, nesta mulher e nesta vida era o que me fazia continuar a lutar. Eu imaginava como seria nossa felicidade.

Sob a ótica existencialista de Simone de Beauvoir, conforme observado em sua obra “O segundo sexo”, antes de se tornar homem ou mulher, sujeito ou Outro, o indivíduo simplesmente existe. Para Beauvoir (, a mulher é, em contexto, “o segundo sexo”, o Outro, em relação ao homem, que está posicionado como sujeito absoluto. Essa situação, para Simone, não é formada apenas pela singularidade do indivíduo, por suas escolhas, mas também pelo mundo que predetermina seu lugar antes mesmo de seu nascimento.

A dinâmica entre homem e mulher nessa situação é uma relação entre Sujeito e Outro, uma relação entre sujeito e objeto, respectivamente, que, sob a perspectiva da autora, jamais invertem suas posições. Simone de Beauvoir explora essa diferenciação entre homens e mulheres, onde o feminino é visto como o “outro” e a mulher é reconhecida como o segundo sexo. Na visão masculina, ela é apenas uma sombra do ser real, estando em um nível inferior. Ela escreve:

No homem não há nenhum hiato entre a vida pública e a vida privada: quanto mais ele afirma seu domínio do mundo pela ação e pelo trabalho, mais revela viril; nele, os valores humanos e os valores vitais se confundem; ao passo que os êxitos autônomos da mulher estão em contradição com sua feminilidade, porquanto se exige da “verdadeira mulher” que se torne objeto, que seja o Outro (Beauvoir, 2019a, p. 338).

Devido à busca por dominação, o homem tenta subordinar a mulher, transformando-a em objeto para que o masculino possa exercer controle e dominância. A mulher é socialmente determinada em relação ao homem, sendo considerada inferior para que ele possa exercer poder sobre ela, como diz Beauvoir: “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Beauvoir, 2019a, p. 12-13). Para o homem, a transição na sociedade é mais serena, pois não há imposições rígidas de comportamento social, uma vez que a sociedade é moldada em torno dele.

Para explicar a relação de dominação de um sexo sobre o outro, Beauvoir diz: “[...] não é o Outro que, se definindo como Outro, define o Um. Mas para que o outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio.” (Beauvoir, 2019b, p. 14).

A condição da mulher como o Outro manifesta-se na vivência prática. É definida de maneira que não existe uma alternativa para a presença feminina no mundo a não ser nessas circunstâncias. A mulher é obrigada a transformar-se no Outro e a convencer-se de que é esse Outro, pois as informações divulgadas na sociedade e os registros históricos reiteram incessantemente essa circunstância.

Na cena em questão, como dito, Laura Brown tinha acabado de considerar o suicídio, mas reconsiderou considerando como isso afetaria sua família. Ela vivia o “sonho americano”, que foi amplamente perseguido nos anos 50. No entanto, o sentimento fundamental de afogamento e desespero não poderia estar mais presente. Ela estava esperando outro filho, enquanto seu marido Dan não percebia seu sofrimento. Ela se esforça ser a esposa que Dan espera, tenta fazer o bolo perfeito para este dia, é como se o valor da sua existência fosse medido pela satisfação que sua existência deixa nos outros. A situação de Laura evidencia as declarações de Simone de Beauvoir sobre o existencialismo feminista, quando argumenta que as mulheres eram vistas apenas como o Outro e o não essencial. Podemos dizer que Laura Brown é vista apenas como esposa de Dan, e parte de seu sonho americano, tanto que ela tem que admitir ao filho que fazer um bolo é a única maneira de Dan “amá-lo”.

Laura está tentando encontrar um propósito em sua existência como esposa. Na cena anterior ela diz “Estamos fazendo um bolo para mostrar a ele que o amamos.” E aqui o jovem Richard mais uma vez vai direto ao ponto, sem malícia, n exercício de sua inocência, “caso contrário, ele não saberá que o amamos?”. Seu questionamento inocente serve apenas para destacar o absurdo do ato feminino, o desempenho que Laura deve defender para garantir a felicidade de sua família, mas nunca a sua própria.

No diálogo da mesa, voltamos para o bolo, que foi feito sobre um misto de sentimento de fracasso e humilhação. O bolo não é apenas um bolo, mas um símbolo do seu propósito, a justificação de que estes homens que regressaram da guerra a “mereciam”. Ela é o prêmio vencedor e deve

continuar sempre fazendo acreditar ao mundo e a si mesma que é o prêmio que foi buscado e conquistado, que está feliz por ter sido capturada e domesticada, que só por seu sexo, fazer um bolo é, bem, um pedaço de bolo. Quando Dan expressa que o bolo estava perfeito é o único momento nessa cena que os olhos de Laura demonstram algo. Mas no decorrer da história de conquista contada ao filho, seu olhar volta a ficar inexpressivo, ali ela vê o quando a sua existência foi reduzida a viver na sombra de Dan, que deixa claro na sua fala, que ela não era o padrão perfeito de mulher, nerd e de poucos amigos “Essa garota estranha e de aparência frágil chamada Laura [...] Ela era aquele tipo de garota que ficava sentada sozinha”. Tudo que era feito nos moldes dos papéis domésticos era para distraí-la da própria existência, da perfeição feminina inalcançável.

Na verdade, a interação entre Laura e o marido é como se ele fosse um estranho e ela deve manter um senso de educação reservada. Quando ele sai, é como se ela tivesse mergulhado num turbilhão de confusão à medida que a construção social do seu papel é removida - a sua ausência significa que ela está consigo mesma novamente e não pode mais fingir uma “vida normal”, ela deve mais uma vez tentar viver com o que e quem ela é.

Clarissa e a condição de ser mulher

[A campainha toca]

Clarissa: Sim?!

Louis: Clarissa, é o Louis

Clarissa: Louis? Oh, meu Deus! Está adiantado!

Louis: Você se importa? posso entrar?

Clarissa: Por que eu me importaria? Estou encantada.

[Clarissa abre a porta e os dois vão para cozinha enquanto ela termina os preparos]

[...]

Louis: Ainda está com...?

Clarissa: Sim, ainda estou com a Sally. Dez anos. É uma loucura.

Louis: Por que uma loucura?

Clarissa: Eu não sei... Quer tomar alguma coisa?

Louis: Um pouco de água. Ainda trabalha como editora?

Clarissa: Claro!

Louis: Na mesma empresa?

Clarissa: Uhum.

[...]

Louis: Você se lembra da casa? Ainda está lá.

Clarissa: Acho que você é corajoso. Você teve coragem de encarar o fato de que perdemos esses sentimentos para sempre.

[Clarissa acaba derrubando coisas na cozinha.]

Louis: Clarissa?! Está tudo bem?

Clarissa: Eu não sei o que está acontecendo, desculpe. Estou com os nervos à flor da pele. Eu sinto muito, estou sendo indelicada, acho que perdi a compostura.

Louis: Acho que eu não deveria ter vindo.

Clarissa: Não, não é você. Acho que estou nervosa por causa da festa. Mas que anfitriã!

[Clarissa começa a chorar e se encolher no chão.]

Louis: Clarissa, o que está acontecendo, quer que eu vá embora?

Clarissa: É muita coisa de uma vez só, você vem de São Francisco enquanto eu venho cuidando do Richard há anos, e todo esse tempo eu mantive as minhas emoções controladas. Uma manhã, naquela cidade, você estava lá. Eu tinha dormido com o Richard e estava na varanda, ele veio por trás de mim, colocou a mão no meu ombro e disse: “Bom dia, Sra. Dalloway”. Desde aquele dia eu fiquei presa. Presa ao nome. E agora você volta, vê-lo voltar assim... De qualquer forma não tem importância, foi com você que ele ficou, foi com você que ele viveu, eu só tive um verão.

Louis: O dia que o deixei, resolvi pegar um trem e cruzar a Europa, eu me senti livre pela primeira vez em anos.

As mulheres de “As horas” pertencem ao interior doméstico. A introspecção é reservada ao quarto, enquanto na vida doméstica perdem o senso de identidade, estando vinculado à sua rotina doméstica. Notadamente, todas as três personagens femininas permanecem no espaço da domesticidade, embora cada um responda de forma diferente: Virgínia tem pavor das empregadas; Laura sente desconfortável em casa porque ela se sente desconfortável em seu papel de esposa, mãe e dona de casa;

Clarissa abraça duas casas: a dela e a de Richard. Essa é a condição da mulher que Beauvoir (2019b) fala. A mulher tem sido criadora, doadora e mantenedora da vida.

No encontro entre Clarissa com Louis, ela fica exposta diante das suas próprias escolhas, refletindo sobre sua identidade e o que a felicidade significava para ela. Ela tem consciência de estar viva e de que isso implica escolhas, e tem consciência também da sua infelicidade pautadas nas suas escolhas.

A chegada antecipada de Louis é um símbolo do tempo, pois Louis apareceu ‘fora do tempo’, em uma hora inesperada, ele subitamente ascendeu do passado trazendo todos os sentimentos que estavam sendo compartimentados, organizados e arquivados por Clarissa.

Assim que Louis aparece, Clarissa fica hesitante sobre si mesma, a mulher confiante desmorona para a jovem que competiu com Louis décadas atrás pelo amor e atenção de Richard, e a Clarissa que conhecemos se desintegra precisamente porque Louis a conhecia naquela época, e pode vê-la claramente agora- ela foi capaz de esconder seus sentimentos de todos até este exato momento, e sua entrada repentina, apologética, quase patética, a desarma. Ele pergunta se ela está bem e ela tenta desviar: “não é nada, acho que é a festa”. Ela diz isso quase para si mesma - afirmar o óbvio é apenas uma estratégia para se desviar e se assegurar de que o chão ainda está abaixo dela, de que ainda há coisas para fazer, mas também de que ela está distante. Ele pergunta sobre ela e ela responde “ainda com ela”, “ainda editora”, “com a mesma editora”. Este uso de ‘ainda’ é uma acentuação da atemporalidade - é Louis inadvertidamente lembrando-a de que ela não seguiu em frente.

“Temos que encarar o fato de que perdemos esses sentimentos para sempre”, diz Clarissa. Este momento não é apenas sobre a perda de tempo e juventude, mas sobre a perda de sentimentos, é como se todos esses anos ela estivesse apenas desempenhando o papel de Clarissa, alguém desprovido dos verdadeiros sentimentos de Clarissa. Ela diz que teme ser uma ‘má anfitriã’ e é com essas palavras que ela desmaia completamente. As expectativas e o nada de sua vida a atingiram de repente. Ela cai no chão e pede a Louis que explique por que isso está acontecendo. “É muita coisa de uma vez só... todo esse tempo eu mantive as minhas emoções controladas...”

Ela se lembra de uma manhã perfeita com Richard, o dia em que Richard disse a ela “Bom dia, Sra. Dalloway”, e ela diz que “desde então estou presa”. Naquele dia, Richard a determinou, naquele dia em que ela se sentiu mais livre foi justamente quando ela começou a se perder nos desejos de Richard e na determinação de ser dele, como a Sra. Dalloway. Ela continua a falar, que Louis foi embora, mas que ela viveu naquele momento durante toda a sua vida, como um inferno eterno, repetindo aquele momento uma e outra vez, considerando-o como o único farol brilhante de amor e verdade e seus anos se afastaram dela, ainda com Sally, ainda editora... Ainda lá, presa no tempo. O sentimento de uma verdadeira Clarissa permaneceu naquela casa naquela manhã perfeita enquanto Richard a beijava e ela olhava para um futuro em que tudo era possível, enquanto isso, sem que ela percebesse, ela se separava em outra realidade onde desempenhava um papel para justificar o tique-taque das horas.

Ela olha para seu antigo rival e continua: “Não importa, foi com você que ele ficou, com você ele viveu”. E aí está, a velha ferida revelada—ela perdeu um amor e, em vez disso, passou anos cuidando de Richard, perdeu sua juventude para a maternidade, seus anos foram consumidos pelos outros e ela parou de abordar seus sentimentos e desejos. E para piorar a situação, embora Richard tenha escolhido Louis, Louis teve a chance e a oportunidade de se afastar, de começar de novo, de se reinventar e não amar sob a sombra do visionário, a sombra do passado. Louis diz sobre sua saída de Richard: “Eu me senti livre pela primeira vez”. Foi negada a Clarissa essa liberdade, essa escolha—ela sentia que tinha que ficar, cuidar de todos, se conter, fazer festas intermináveis para não ter que enfrentar sua perda, confrontar as decisões que tomou e a vida que ela acabou vivendo.

Essa cena e todo esse diálogo riquíssimo pode servir de base para inúmeras análises, e entre elas, o aprisionamento da domesticidade e a opressão de gênero, análogas a um estado de morte dentro da vida. E, de fato, as personagens de “As Horas” expressam formas de morte em suas vidas, pois se sentem sufocados por suas vidas, suas condições enquanto mulheres.

A condição da liberdade com Laura e Clarissa

No segmento final do filme, Richard acaba de se suicidar e Clarissa encontra o telefone de sua mãe na agenda dele, imediatamente a

contatando. O espectador é então surpreendido com a informação de que Laura Brown estava viva e é a mãe problemática de Richard da qual ouvimos falar. Descobrimos que Laura, após desistir do autoextermínio, decidiu esperar o nascimento da filha e abandonar sua família, indo para o Canadá, onde se tornou bibliotecária no Canadá.

A campainha toca e Clarissa abre a porta

Clarissa: Você é a Laura Brown?

Laura: Sim, sou a mãe do Richard

Clarissa: Claro. Eu sou Clarissa Vaughn. Por favor entre. Minha amiga Sally está na cozinha com a minha filha. Estávamos dando uma festa. Vamos dar uma festa

[...]

Laura: É um fardo pesado, senhora, quando você vive mais que a sua família.

Clarissa: O pai do Richard morreu Laura: Ele morreu de câncer ainda jovem. A irmã do Richard morreu. E obviamente você se sente inútil, você tem a sensação de que não serve mais para nada. Você sobrevive e eles não.

[...]

Laura: Ele [Richard] me matou no livro. Eu sei por que ele fez isso. Magoa-me, claro, e não quero fingir que não, mas eu sei por que ele fez isso.

Clarissa: Você deixou Richard quando ele era criança.

Laura: Deixei meus dois filhos, eu os abandonei. Dizem que é a pior coisa que uma mãe pode fazer. Você teve uma filha.

Clarissa: Sim, mas nunca conheci o pai da Júlia.

Laura: Você queria muito um filho.

Clarissa: Isso mesmo.

Laura: Você é uma mulher de sorte. Às vezes você se sente isolada do mundo e pensa em se matar. Uma vez eu fui a um hotel. Naquele dia eu tomei uma decisão, o plano era que deixaria minha família quando meu segundo filho nascesse. E foi o que eu fiz. Acordei em uma manhã, fiz o café, fui até o ponto de ônibus, entrei no ônibus. Deixei um bilhete. Consegui um emprego em uma biblioteca no Canadá. Seria maravilhoso dizer para você que me arrependo, facilitaria. Mas o que significa este remorso quando você não teve escolha? Você tem que aguentar. É isso mesmo. Ninguém vai me perdoar. Era a morte. Escolhi a vida.

A questão da liberdade é muito presente no pensamento de Beauvoir. O existencialismo de Simone mostra uma busca da autonomia do ser e a resistência às imposições da sociedade. No entanto, há uma contraposição: ao optar por não viver a liberdade, o indivíduo se torna um objeto. Especificamente para as mulheres, essa escolha as coloca na posição de objetos em relação aos homens e implica na renúncia à luta por direitos. A autora faz um comparativo com a vida de um escravo, relacionando com a vida das mulheres que também sofrem com a desigualdade social:

O escravo é submisso quando se conseguiu enganá-lo de tal maneira que sua situação não lhe parece imposta por homens mais imediatamente dada pela natureza, pelos deuses, por potências contra as quais a revolta não tem sentido; então não é por uma demissão de sua liberdade que ele aceita sua condição, uma vez que não pode imaginar outra: e no interior deste mundo no qual encerra sua ignorância ele pede, em suas relações com seus amigos, por exemplo, viver com homens moral e livre (Beauvoir, 2019b, p. 72).

No entanto, ela estabelece uma distinção entre a opressão vivida pelo escravo e aquela experimentada pela mulher ocidental. Conforme expresso em “O Segundo Sexo”: “...eu acredito que ela [a mulher] tem o poder de escolher entre a afirmação de sua transcendência e sua alienação como objeto; ela não é a gangorra de direções contraditórias. Ela delinea soluções de diversas posições na escala ética...” (Beauvoir, 2019b, p. 56). Portanto, a situação da mulher é mais complexa, pois, mesmo apresentando condições pouco satisfatórias para sua transcendência, enquanto um ser para si, ela tem oportunidades de escapar e viver de maneira livre e autônoma.

No entanto, muitas vezes, opta por permanecer sob a tutela do homem, sujeitando-se a restrições que a fazem ser consideradas como o outro. Em seu livro “Moral da Ambiguidade”, Beauvoir retoma o tema: “desde que a liberação se apresenta como possível, negligenciar essa possibilidade é uma renúncia à liberdade...” (Beauvoir, 1970, p. 32).

Segundo Simone de Beauvoir, a mulher deve fazer uma escolha e agir entendendo que é uma pessoa independente e responsável por sua vida. O princípio fundamental do existencialismo feminista é a liberdade, sobre a qual todos os outros princípios são construídos. Envolve a crença de que uma mulher deve recusar-se a aceitar passivamente papéis atribuídos

a *priori* e, em vez disso, criar o seu próprio destino. Ao mesmo tempo, Beauvoir enfatizou constantemente que as mulheres deveriam assumir a responsabilidade pelas suas decisões.

Assim, a liberdade feminina, segundo Beauvoir, envolve uma capacidade de escolha, de se lançar ao mundo, de ser uma protagonista de sua própria vida e, conseqüentemente, de assumir a responsabilidade por ela. Ou, por outro lado, opte por recolher-se e viver recusando sua existência e experimentando uma paz que se assemelha à morte. Para Simone, as mulheres são oprimidas, mas não eram totalmente privadas de liberdade; elas fizeram escolhas dentro dos limites impostos a elas. Essa situação também reflete a má fé dos homens, que, na tentativa de manter as mulheres como objetos submissos, sem vontade própria, utilizam recursos teóricos, como a ideia de uma suposta natureza feminina determinante de sua condição humana, ou conceder favores que, na verdade, visam desestimular a força feminina e inibir sua autoafirmação.

Laura até agora era aquela que estava no meio, aquela que vivia em uma época de restrição e liberdade, ela vivia prisioneira da ideia de felicidade do marido, uma escrava administrando as necessidades do marido lutando com o medo de desaparecer e a percepção de que pode ter uma vida, uma vida que é dela e somente dela.

Ela representa o pivô, o ponto de inflexão. Ela foi o nosso elo com o passado através da leitura e da vivacidade das palavras de Virgínia, mas também é o elo com o futuro, afinal ela é a mãe. Clarissa se refere a ela como ‘Laura Brown’ e Laura a corrige dizendo: “Sim, sou a mãe de Richard”. Mesmo tendo deixado os filhos, ela foi e sempre será a mãe deles. Até agora, porém, pensávamos que o seu futuro era simplesmente a extensão do seu filho, mas com a morte de Richard, ela regressa para nós, idosa, mas a verdadeira visionária. “Você se sente indigno, você sobrevive e eles não”.

A fala da Laura é uma fala que rompe todos os paradigmas dos conceitos que foram trazidos aqui, que remetem ao aprisionamento da mulher. A fala de Laura é sobre vida e liberdade. Para todos aqueles que sentiram o peso das expectativas, da vida designada por outros, existindo para o bem dos outros. Esta mulher deu vida aos seus filhos, mas também recuperou a sua vida. Dada a escolha entre a existência tranquila desprovida de toda a vida e a liberdade desprovida de quaisquer expectativas, quantos de nós escolheríamos verdadeiramente a primeira?

Nesse encontro, confrontam-se duas subjetividades femininas. A primeira delas é a de Laura, que escapou de uma obrigação que a mantinha em um determinado estilo de vida inflexível, vinculado à ideia de mãe e família. Ela diz que o abandono de uma mãe diante dos filhos seria a pior coisa que uma mãe poderia fazer. Esta reflexão é bastante ilustrativa da forma de produção de subjetividade presente na sociedade disciplinar, que se baseia na fixação e na submissão do indivíduo a uma identidade. Laura, portanto, diz não estar arrependida de ter deixado sua família, pois a vida anterior simbolizava a morte. O abandono representa, para Laura, uma escolha pela vida.

Para Clarissa Vaughn, a família nuclear já não se apresenta como um modelo obrigatório. Ela optou por ter uma filha, foi uma escolha consciente, um desejo dela. O papel da mulher na sociedade que Clarissa vive não é mais rígido, e sua identidade não está mais rigidamente ligada ao papel de mãe. A própria noção de identidade torna-se inadequada, pois não permite variações, mas sim definições fixas. Novas práticas sociais estão em jogo, resultando em diferentes formas de constituição da subjetividade feminina.

A história de Clarissa se desenrola em 2001, e a formação da subjetividade feminina no mundo pós-moderno pode ser refletida por meio dela. A mulher possui um papel mais ativo na sociedade, tanto que as cenas são todas de preocupação da Clarissa organizando uma festa. Mas apesar das mulheres não estarem mais obrigatoriamente confinadas no âmbito privado, é uma escolha também permanecer debaixo da tutela da domesticidade e do cuidado, conforme diz Beauvoir, a renúncia da liberdade também é uma escolha. Clarissa é uma personagem mais independente, mas que se vê presa às suas obrigações para com as pessoas ao seu redor e à sua crença de que precisa estar constantemente presente para as pessoas em sua vida, sem pensar em si mesma.

Assim como a Sra. Dalloway do livro, Clarissa organizava festas para encobrir seu próprio silêncio. Ela se apresentava como uma mulher confiante, dando a todos a impressão de que estava bem, mas essa não era a realidade. A subjetividade fluida da mulher, portanto, também gera sujeições. A multiplicidade da subjetividade da mulher pós-moderna também a impede de encontrar a essência da vida.

Enquanto Laura escapou de sua identidade ao abandonar família e casa, conseguindo emprego em uma livraria no Canadá, Clarissa não teve

essa oportunidade. Ela tenta encontrar a felicidade dentro das suas próprias relações construídas há anos: com o Richard, com a Sally, com sua filha. Não existe mais um “fora”, e a alternativa de uma relação diferente da família nuclear, com outra mulher, já foi assimilada pela sociedade de controle e demarcada como as demais. A luta pela vida da mulher pós-moderna não comporta mais as escapadas que a sociedade disciplinar permitia. Resta a possibilidade da construção de novas linhas de fuga, que devem, assim como na sociedade de controle, deformar-se e modificar-se continuamente.

No final entendemos que apesar do cerne do filme ser o aprisionamento, todas as personagens conseguiram a coragem de fazer escolhas, não recusaram a existência e optaram pela liberdade, evocando o pensamento de Beauvoir. Laura escolheu continuar viva, mesmo que isso tenha implicado o abandono da família. Para Clarissa, é a escolha de ficar com Sally e continuar mais um dia, apesar do suicídio de Richard e do cancelamento da festa.

Somos levados a acreditar que Laura se suicidaria na cena do Hotel. Mas como ela explica nessa cena poderosa, onde encontra-se com Clarissa após o suicídio de Richard, “Foi a morte. Eu escolhi a vida”. Clarissa poderia repreendê-la, mas em vez disso, opta apenas por ouvir. Esse silêncio é cheio de significado, fala do sofrimento partilhado pelas mulheres ao longo da história. A escolha de Laura em abandonar a família, quando vista dentro do contexto histórico, é absurdamente corajosa. As Horas mostra-nos as escolhas limitadas que as mulheres ao longo da história foram capazes de fazer pela liberdade e as celebra por terem feito o que tinham de fazer para sobreviver.

CONSIDERAÇÕES

A partir da transcrição e análise de três diálogos do filme “As horas”, objetivamos compreender questões existenciais próprias ao feminino, sob a ótica da filósofa existencialista Simone de Beauvoir. Nosso olhar se voltou para a condição feminina em mutação. Onde se percebe toda a revolução dos papéis tradicionais desempenhados especialmente pelas mulheres. O que se mostra é a dicotomia entre o papel tradicional exigido da mulher e o exercício de sua singularidade, a busca de sua identidade, não só a repetição de um papel esperado.

A temática da depressão e outros problemas de ordem psíquica é muito presente. Essa atmosfera pode ser lida como a incapacidade do

exercício da própria singularidade, da individualidade, da subjetividade que cada uma busca. É uma obra sobre o mundo feminino e seus profundos conflitos.

As mulheres aqui retratadas estão confinadas à esfera doméstica. Quer seja em 1923, 1951 ou 2001, permanecem muradas no espaço interior e quase identificadas com as portas que as cercam. Porém, todas elas tentam num ato de coragem transgredir esses espaços.

Virginia atravessa o espaço privado duas vezes: para buscar inspiração em uma caminhada, mas não sem a permissão de Leonard; e na segunda ocasião ela sai por vontade própria, para cometer suicídio, um passo que ela ousa dar em um único momento de liberdade, que coincide também com a anulação da sua voz no exercício da escrita.

Laura atravessa uma vez o espaço privado para decidir sobre sua vida. Grávida, ela permanece mulher, esposa e mãe, de acordo com sua condição social. Só depois, após o nascimento da filha, ela se permitiu encontrar uma profissão e conquistar independência.

Clarissa Vaughan tem autonomia financeira e profissional, mas é editora da escrita de outra pessoa. Sua escolha na vida é ser a anfitriã perfeita. Aparentemente livre para decidir abandonar um relacionamento heterossexual, Clarissa conhece Sally.

Nem o filme “As horas”, nem nossa análise abarcam a complexidade das experiências do ser mulher. O filme aborda uma feminilidade branca, centrada nos Estados Unidos e na Inglaterra e de classe média alta. Todavia, o filme contribui para reflexão em torno de questões existencialistas em torno do feminino ao longo do tempo. Apenas um dia. Um dia na vida de três mulheres, capaz de evocar tantos sentimentos e reflexões profundas.

REFERÊNCIAS

As horas. The hours. Stephen Daldry. Imagem Filmes. Estados Unidos da América/Inglaterra: 2002. Nova York: **Miramax & Paramount Pictures**, 2002.

Beauvoir, Simone de. **Moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

Beauvoir, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a.

Beauvoir, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2019b.

EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA ALTERNATIVA PARA A PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIAS E GARANTIA DE DIREITOS?

Maria Eduarda Vicente da Silva¹
Caroline Kern²

INTRODUÇÃO

Os contextos de violências³ aparecem em toda a sociedade, ou seja, estão presentes em lugares públicos, privados e em instituições sociais. Não existem territórios livres, embora, cotidianamente, sejam questionadas pela mesma sociedade que, contraditoriamente, a produz. Mesmo com a existência de órgãos governamentais de defesa dos direitos dos cidadãos e cidadãs e com a legislação vigente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei n.º 8069/1990 (BRASIL, 1990), que garante o direito a proteção de todas as pessoas, em especial às crianças e aos adolescentes, a recorrência ainda é evidenciada nas instituições escolares e sociais, como já afirmado.

Dado esse contexto, a necessidade do ensino gradativo de prevenção, conhecimento do corpo, cidadania, direitos, igualdades e diferenças, higiene, coletividade, ética do cuidado torna-se fundamental, quando pensamos em alternativas para uma sociedade menos violenta. Assim, pode-se considerar que a educação sexual apresenta-se como uma possibilidade de enfrentamento das violências, por transversalizar os currículos escolares com saberes que, potencialmente, tanto na educação básica, quanto no ensino superior, poderiam servir de amparo às crianças para o enfrentamento dessas situações. Sobretudo, é um conteúdo que se faz necessário na formação de professores.

Dessa maneira, o objetivo do estudo em tela foi analisar como a educação sexual pode auxiliar na prevenção de contextos de violências, especialmente da educação infantil, sob a ótica de conselheiros tutelares.

¹ Pedagoga (UDESC). Professora (CEMJ). CV: <http://lattes.cnpq.br/1092068505113692>

² Doutora em Educação (UFSC). Professora (UDESC). CV: <http://lattes.cnpq.br/6245603709883207>

³ No presente estudo, violências será apresentado sempre no plural, em acordo com Ana Maria Borges de Sousa (2002), que considera que as violências são plurais, não respeitam territórios e estão presentes em todo tecido social.

Pode parecer óbvio que conselheiros tutelares sejam a favor da educação sexual na infância, dada a natureza protetiva de sua função. Porém, na sociedade atual, com o crescente fundamentalismo religioso vinculado, geralmente, à política de extrema direita, percebe-se que considerar a manifestação desses profissionais sobre o assunto se caracteriza como uma forma de reiterar o conhecimento científico associado ao desenvolvimento de ações daqueles que vivem cotidianamente a relação com as violências. Dessa forma, suas vozes permitem-nos, em certa medida, o afastamento do senso comum que replica as falácias produzidas por grupos políticos e religiosos que disseminam Fake News⁴ sobre o lugar social de professores e da educação sexual no Brasil.

Além disso, parte-se do pressuposto que há a necessidade de uma disciplina voltada centralmente para a temática das violências nas instituições de ensino superior. Mesmo que esta temática apareça interdisciplinarmente, a falta de um olhar mais preciso impede a progressão de uma abordagem mais sistêmica, pois deixa de promover conhecimentos e a sensibilização dos/as estudantes para a temática. Com isso, a formação inicial pode perder a oportunidade de formar um/a profissional imbuído/a de um olhar crítico e sensível para trabalhar o tema nas salas de aula. Isso porque, como ressalta (MIGUEL, 2010, p. 21), é importante:

[...] que os/as educadores/as percebam que, muitas vezes, na vida de crianças e adolescentes imersas em contextos de violências, podem ser as únicas pessoas capazes de protegê-las de alguma forma, especialmente por meio da denúncia, que pode ser anônima.

Compreendida a importância da pesquisa, no tocante aos aspectos metodológicos, o estudo em questão se caracterizou pela abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário semiestruturado, contendo questões abertas e fechadas. No instrumento, foram apresentadas nove perguntas para quatro profissionais do Conselho Tutelar de Florianópolis. Quanto ao perfil do grupo, todos se autodeclararam brancos, sendo três do sexo feminino e um masculino. Todos apresentaram ensino superior completo com especializações, nas seguintes áreas:

⁴ A palavra “fake” tem origem no inglês e significa “falso”. É utilizada para referir-se a algo que não é genuíno ou autêntico. *Fake News* é um termo composto que se refere a notícias fabricadas e divulgadas com o intuito de enganar ou manipular a opinião pública.

o/a conselheiro/a 1^o tem graduação em Serviço Social e especialização em Serviço Social no Trabalho; o/a conselheiro/a 2 possui graduação em Pedagogia, tendo especialização em Psicopedagogia; o/a conselheiro/a 3 tem graduação em Pedagogia, com especialização no Direito da Criança; e, por fim, o/a conselheiro/a 4 declarou apenas sua área de especialização em Gestão de Resíduos Sólidos.

Para dar conta das reflexões propostas, o presente capítulo está organizado em seções, a saber: “A legislação brasileira frente às violências, a educação sexual e o sistema de proteção em Florianópolis”, “As violências: tipos, conceitos e relevância em Santa Catarina” e “Violências, currículo e educação sexual”.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS, A EDUCAÇÃO SEXUAL E O SISTEMA DE PROTEÇÃO EM FLORIANÓPOLIS

O Brasil, estruturado como fruto do colonialismo mercantil, marcado por uma perspectiva eurocêntrica do mundo, fundou suas raízes em condições sociais que tinham como base a exploração e os maus tratos. Isso gerou relações de submissão dos mais vulneráveis àqueles que detinham poder para que a manutenção do capital se concentrasse nas mãos da classe burguesa, garantindo a poucos a riqueza e bens.

Atravessados/as que somos pelas relações históricas e sociais, sabemos que a estrutura capitalista patriarcal é alicerce das sociedades. Submergidos em uma sociedade baseada em princípios de desvalorização dos grupos mais vulneráveis, a posição das crianças e suas garantias de direitos passaram a ser motivo de conscientização social apenas no final do século passado.

Diversos órgãos, criados por toda extensão do século XX, traziam dentro de suas ementas princípios de uma suposta educação e assistência para os denominados “menores delinquentes”. De modo a propagar o processo de higienização da sociedade, as políticas de atenção voltavam-se àqueles que provinham de ambientes marginalizados, de famílias miseráveis, pobres e negras, em situação de rua. A expressão objetiva dessa questão está no Código de Menores de 1927, definido pelo Decreto

⁵ Utiliza-se a ordem numérica para identificar o/a conselheiro tutelar, sem definir o sexo e o nome, para que as identidades sejam preservadas.

17943-A, de 12 de outubro de 1927 (BRASIL, 1927), sancionado pelo então presidente Washington Luís. O decreto estabelecia o direito de tutela aos chamados “menores em situação irregular”. Além disso, pelo documento, o Estado assumiu-se como responsável legal pela “criança abandonada”. Leia-se nesse perfil: pobres, negros, periféricos, à mercê de políticas públicas que de fato fizessem sua função de amparar e oferecer recursos que significassem uma possibilidade de transcender a exclusão social. Ressalta-se que grande parte delas não estavam em situação de abandono ou desamparadas por suas famílias, mas, sim, pelo Estado e pela sociedade burguesa, que enxergavam nas populações periféricas um risco à suposta segurança.

Foi apenas na década de 1980 que órgãos não governamentais (ONG) começaram um processo de mobilização e conscientização de como as crianças estavam sendo tratadas e atendidas em espaços institucionais administrados pelo Estado, como a Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (FEBEM). Nesse contexto histórico, no ano de 1988, foi promulgada a Constituição Federal, também conhecida como Constituição Cidadã. Essa se tornou fundamental para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, implementado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), com objetivo de assegurar a proteção, o cuidado, a garantia de direitos, bem como, garantir a infância de cada criança brasileira, sem que sua realidade social, étnica e familiar sejam motivos de interrupção. Como define a Lei 8.069/1990, art. 18-A, a criança e o adolescente,

[...] têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (BRASIL, 1990).

Com a Constituição Federal (1988), os direitos das crianças passam a ser diferentes daqueles do passado, gerando uma grande responsabilidade da sociedade em proporcionar e assegurar o direito à vida, à educação, à cultura e o atendimento a muitas outras necessidades para seu

desenvolvimento. Além disso, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, Lei nº8069/1990), problematizou-se o compromisso da sociedade e se estabeleceu um controle mais rigoroso em relação à responsabilidade mútua para com as crianças e adolescentes. Como explica o Art. 4º do ECA, é,

[...] dever público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Além do grande compromisso de promover a cidadania de direito e de fato, o ECA também se dispõe a manifestar o direito de crianças e adolescentes de exercerem seus papéis sociais sem a presença de agressões e maus tratos. Coloca-se em vigor, assim, que qualquer criança ou adolescente em contextos de violências deve ser amparado e encaminhado para órgãos responsáveis, como o Conselho Tutelar e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Como um dos órgãos governamentais responsáveis pela proteção e prevenção de direito dos cidadãos, tem-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que, por meio da Lei Orgânica da Assistência Social, corrobora para uma efetiva ação dos direitos e deveres dos/as cidadãos /ãs.

A Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, art. 2º, define que a assistência social tem como objetivo: “a proteção social, que garante a vida e a prevenção de acontecimentos de riscos principalmente com à infância, à maternidade, à adolescência, à velhice e à família”. (BRASIL, 1993).

Sobre o cumprimento do ECA, é pertinente, também, salientar a existência do Conselho Tutelar que, como é descrito em lei, é um órgão autônomo e permanente que zela pelo cumprimento adequado dos direitos e deveres infantojuvenil. Segundo as atribuições definidas no art. 131, o Conselho Tutelar é “[...] encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente [...]” (BRASIL, 1990). Ademais, esse órgão é responsável por estar ciente de casos de violências contra crianças e adolescentes, tendo a incumbência de realizar medidas de proteção e encaminhamentos necessários à proteção integral desses

sujeitos. No Conselho Tutelar de Santa Catarina, mais especificamente em Florianópolis, há a presença de quatro conselhos tutelares, sendo localizados um na região central, um na região continental, em Capoeiras, um na região norte, em Canasvieiras, e outro na região sul, no Campeche.

Em relação às denúncias, como identificado na pesquisa realizada, o/a Conselheiro/a1 explicou que “no atendimento realizado em Florianópolis, as formas mais utilizadas são por meio de telefonemas, por relatórios e via disque 100”. Conforme o/a Conselheiro/a 3, “com a realização deste primeiro contato, o Conselho Tutelar visa identificar a violação e o violador, além de realizar o encaminhamento a serviços específicos”.

É importante destacar, também, que o Conselho Tutelar trabalha em ambientes diversos, já que as violências são ações sem território, podendo ocorrer em bases familiares, locais públicos e privados, além de instituições educacionais como creches e escolas. Essas últimas são as mais importantes no que se refere a casos de denúncias contra situações de violências. Entretanto, a baixa procura por informações quanto ao trabalho do Conselho Tutelar, por parte dessas instituições acende um alerta. Segundo dois dos/as conselheiros/as, as escolas não procuram convidar o Conselho para formação de professores e apenas um deles confirmou essa atuação.

Se, por um lado, as escolas de Florianópolis pouco procuram o Conselho Tutelar para orientações e formações, por outro, como nos explicam os conselheiros, as denúncias de violências contra crianças efetivadas por essas instituições são frequentes. Dentre elas, as escolas públicas são as que mais procuram o Conselho, segundo afirmaram três dos/as respondentes; apenas um/a conselheiro/a informou a procura por parte de instituições privadas de ensino.

A escola, sendo uma das instituições responsáveis pela integração de conhecimentos na formação das crianças e adolescentes, precisa assegurar que os/as estudantes tenham consciência sobre os atos de violências que ocorrem na sociedade da qual são parte e todo. Como afirma (SOUSA, 2002, p. 184),

[...]acredito que a escola é a instituição, por excelência, responsável pela gestão do cuidado na formação humana e na capacitação de crianças e jovens. É especialmente na

escola que esses sujeitos aprendem, pela convivência, a construir mundos possíveis, pautados em relações éticas de prestígio do outro em sua legitimidade, constituído por diferenças, singularidades, limites e possibilidades e, ainda, constituído por impregnações estéticas que lhes fazem desenvolver um sentimento de grupo à medida que desenvolvem, no processo pedagógico, o sentimento de pertencimento à coletividade.

Além disso, a conscientização sobre a responsabilidade mútua pelas denúncias e tomada de providência também recai sobre os/as professores/as e profissionais que trabalham dentro do ambiente escolar. Por isso a necessidade de formação continuada, posto que é de responsabilidade das instituições promoverem palestras e conteúdos acerca da temática para o corpo docente.

Como nos ressalta o/a conselheiro/a 4, para uma positiva prevenção de contextos de violências contra crianças é preciso “trabalhar com a precaução, que se caracteriza por gerir riscos desconhecidos”. O/A conselheiro/a 3 nos explica que, para uma prevenção de excelência, há a necessidade da “atuação efetiva da família em relação às suas atribuições, assim como do Estado e sociedade para respeitar e garantir direitos”.

Nesta perspectiva, considera-se ainda que é dever do/a próprio/a professor/a, de forma individual, se atualizar constantemente, além de proporcionar momentos pedagógicos com os/as estudantes sobre as violências, suas características, consequências e sobre como tomar providências acerca delas. Como nos explicita o Art. 18 do ECA, “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990).

Nessa esteira, o/a conselheiro/a 3 explica que, para uma ação preventiva de enfrentamento das violências, as escolas poderiam proporcionar “orientação aos pais [famílias] e profissionais para que identifiquem sinais (emocionais e comportamentais) de violências além de atuar na educação sexual para pais e estudantes”. O/A conselheiro/a 1 complementa, dizendo que é necessário, por parte das instituições, elaborar “palestras, cursos e trabalhos lúdicos, repassando informações e leis”.

Além disso, o/a conselheiro/a 4 também corrobora com as propostas, de forma reflexiva, ao falar da importância de “desmistificar a ideia de pecado [referindo-se à educação sexual] e fornecer conhecimentos para que as vítimas possam buscar seus direitos”.

AS VIOLÊNCIAS: TIPOS, CONCEITOS E RELEVÂNCIA EM SANTA CATARINA

Etimologicamente, violência se origina do latim *violentia*, significando força. Já *violare* diz respeito a tratar com violência, transgredir. Tratar violências como força retrata uma demarcação incoerente com a realidade, já que utilizamos o termo na forma plural por considerarmos os diversos tipos e por essas situações não respeitarem as margens sociais e de territórios. Além disso, o significado “força” parece se restringir às violências físicas, desconsiderando as outras formas de violências, fazendo-se necessário que outras interpretações sejam dadas ao termo, a fim de compreender como as violências são caracterizadas e analisadas atualmente.

Além disso, o estudo das violências deve considerar o período histórico. Por esta razão é visto que, além da grande diferença de significados epistemológicos, também deve-se levar em conta o nível de complexidade que o assunto tinha na época de cada abordagem, pois

[...] não se trata de colocar os modos como as violências apresentam-se nos diferentes tempos históricos como equivalente, por exemplo: a palmatória, signo ideológico do século 17; e a câmara de gás, signo ideológico do holocausto, mas sim buscar compreendê-las sempre vinculadas ao contexto social no qual ambas revelam dominação. Os sentidos podem extrapolar o momento histórico, já que a perspectiva histórica não encara a história como linear, mas como um processo que contém em todos os seus tempos o “germe” daquilo que ideologicamente organiza um modo de produção social. E, por isso, a palmatória e a câmara de gás, embora não equivalente em termo do que desferem e provocam, semiotizam um tempo. E para que diga dessas como violências, não é preciso explicá-las, pois elas contém todas as “representações” de sua força como signo ideológico, que não nos deixam esquecer o sentido da dor, da intolerância, das relações de poder e da capaci-

dade humana em se sobrepor às realizações do outro para afirmar seus objetivos, como no caso da eugenia. (KERN, 2019, p. 73, grifos no original).

Dessa forma, as violências não devem ser definidas de forma delimitada, já que cada definição levará em conta o momento histórico, bem como todo o contexto em que as violências ocorrem. Ainda que façamos uma descrição didática das violências, não podemos ignorar o lugar social das pessoas envolvidas.

Dentro das chamadas violências, podemos citar cinco principais formas que ocorrem em qualquer ambiente e envolvendo qualquer pessoa. Elas podem ser caracterizadas como violências físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e, por fim, morais. Como nos explica o (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018), as violências físicas são caracterizadas pelo uso de agressões, maus tratos, utilização de objetos para agressão, enforcamento ou tortura. Esse tipo de violência é considerado um dos mais utilizados contra crianças e adolescentes, dentro de ambientes escolares ou familiares.

Segundo dados publicados no Informativo de Violência Interpessoal Infantojuvenil, resultantes de pesquisa realizada pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina, entre os anos de 2011 e 2020, o estado registrou 197,1 casos de violências físicas (por 100 mil habitantes) contra meninas e 152,7 casos (por 100 mil habitantes) envolveram meninos, ambos na faixa etária de 15 a 19 anos (SANTA CATARINA, 2022).

O Instituto Maria da Penha (IMP) (2018) ressalta que as violências psicológicas são caracterizadas por humilhações, manipulações, ameaças, vigilância e monitoramento, perseguição, isolamento e *gaslighting* que se baseia na distorção e omissão dos fatos para que a vítima duvide de suas lembranças.

As violências sexuais são caracterizadas por ações que envolvam o cunho sexual, como abusos, assédios, estupros, além de tentativas de obrigar a vítima a se relacionar à força ou por meio de manipulação. Também são violências sexuais a obrigação de realizar um matrimônio, gravidez ou prostituição, bem como a impedição de utilização de métodos contraceptivos ou forçar a mulher a abortar (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018). Segundo os dados compartilhados pelo Ministério Público de Santa

Catarina, publicados no portal NSC Total, em 23 de outubro de 2023, em média “500 crianças e adolescentes sofrem abuso sexual por mês em Santa Catarina [...]”. No período de janeiro de 2019 a maio de 2023 foram registrados 21,4 mil casos de violência sexual [...] sendo 85,61% contra vítimas do sexo feminino” (MAGNABOSCO, 2023, s/p, grifos nossos).

As violências patrimoniais são aquelas que ocorrem quando o violentador tende a reter os bens materiais, direitos, objetos pessoais, recursos econômicos que a vítima possui. Além disso, o controle financeiro também é considerado violência patrimonial, já que restringe o acesso da vítima à sua renda financeira, conforme descreve o (IMP, 2018). As violências morais, ainda segundo descrição do (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018), são caracterizadas por qualquer ato de difamação, exposição, desvalorização, a fim de prejudicar a identidade da vítima.

O Informativo de Violência Interpessoal Infantojuvenil (SANTA CATARINA, 2022) explicita que, entre os anos de 2011 e 2020, em Santa Catarina, uma taxa de 79,9 casos de violências psicomorais (por 100 mil habitantes) ocorreram contra vítimas do sexo feminino e 29,5 casos contra vítimas do sexo masculino, ambos entre a faixa etária de 15 a 19 anos.

Vale ressaltar também que, no mesmo documento (SANTA CATARINA, 2022), é possível analisar que a parcela de negligência contra a criança e/ou abandono quando comparada com outras formas de violências infantojuvenis no estado de Santa Catarina, apresentando uma taxa de 191,6 casos (por 100 mil habitantes) contra meninas e 213,5 casos contra meninos, ambos na faixa etária de zero a quatro anos.

Por fim, vendo a grande variedade de violências presentes na sociedade em que vivemos, temos a noção de que uma definição única e limitada sobre o termo violências, vinculada unicamente à agressão física, não dá conta do cenário. Dessa forma, destaca-se a necessidade de buscar alternativas para a compreensão e educação das crianças e adolescentes para a formação de cidadãos conscientes e não violentos.

VIOLÊNCIAS, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO SEXUAL

A educação sexual foi, por muito tempo, uma temática considerada tabu. Atualmente, ainda se enfrenta muita dificuldade para a efetivação

com êxito do tema nos currículos e nos planejamentos pedagógicos de professores. O termo “educação sexual” é erroneamente ligado a significados como a vida sexual e ensinamentos sobre relações sexuais, o que corrobora para uma desvalorização da área e um aumento no preconceito em torno da temática, fazendo com que seja apresentada com menos frequência para as crianças e adolescentes.

Diferentemente do que se pensa, a educação sexual traz abordagens extremamente necessárias para a formação da criança e adolescente como cidadão e parte/todo de uma sociedade. Ela contribui com conhecimentos diversos sobre o respeito às outras pessoas e a si mesmo, empatia, coletividade, igualdades e diferenças, direitos e diferentes constituições de famílias. Enfim, toda a diversidade e questões interseccionais de gênero, raça, etnia e classe social são parte indispensável dessa área da educação.

A educação sexual aparece como pertinente nas vozes dos sujeitos desta pesquisa, como nos explica o/a conselheiro/a 3, essa deveria abordar alguns temas específicos, como o “uso da internet em relação à exposição e riscos, abuso sexual e quem/onde/como buscar ajuda”. O/A conselheiro/a 2 afirma que é importante trabalhar “tipos de violências, violência doméstica, o que é importunação sexual e abuso sexual de forma didática e reflexiva”. Esses temas abordados pela educação sexual nos mostram que, com a implementação da temática, o estudante terá um conhecimento aprofundado sobre si, sobre seus direitos e valores. Ainda, podem gerar nas crianças e adolescentes um entendimento mais aprofundado de atos de violências, como preveni-los e como combatê-los. Segundo (FURLANI, 2017, p. 75, grifos no original), as atividades de

[...] educação sexual, sobretudo, aquelas que discutem o corpo humano voltadas ao desenvolvimento da autonomia pessoal e corporal, podem ajudar as crianças a identificarem o momento em que a pessoa adulta “ultrapassa” os limites da sua intimidade, causando-lhes constrangimento.

Segundo o/a conselheiro/a 3, a educação sexual pode auxiliar na prevenção de contextos de violências, já que “muitas crianças não reconhecem uma violência por nunca terem mencionado informações sobre seu corpo, o corpo do outro em relação ao consentir”, como também alerta (FURLANI, 2017) sobre os limites que não podem ser ultrapassados.

Além disso, a apresentação da educação sexual se torna fator indispensável para combater atos violentos, pois, como nos explica o/a conselheiro/a 4, “educar liberta e oferece meios para solucionar algumas demandas”.

Por outra perspectiva, com a inclusão da educação sexual desde a educação infantil, com continuação nos anos iniciais e ensino médio, proporciona-se um conhecimento mais aprofundado sobre a infância e suas diferenças. Na puberdade e no início da vida sexual, a educação sexual permite segurança e entendimento sobre as mudanças do corpo, relações afetivas e os relacionamentos. Como ressalta (FURLANI, 2017), ao contrário do que imaginam muitos professores/as, pais e mães:

[...] a educação sexual infantil não estimula a vivência de uma sexualidade supostamente precoce. Conversar com as crianças sobre essas temáticas é respeitar suas necessidades de informação, é reconhecer seu desenvolvimento, é tornar sua adolescência mais tranquila, mais conhecida, mais responsável; é definir e implementar, na escola, um espaço permanente, de discussão da sexualidade, iniciado na infância, para o surgimento de uma cultura de atitudes frente à vida sexual futura [...]. (FURLANI, 2017, p. 105, grifos nossos).

Dessa forma, é notória a importância da educação sexual na vida escolar para a formação de crianças e adolescentes, já que provê ensinamentos que buscam recorrer à informação de diversos temas que acompanham o desenvolvimento pessoal e social, além de acompanhar toda vida do indivíduo.

Conforme o/a conselheiro/a 3, a apresentação da educação sexual desde a educação infantil pode corroborar para a diminuição das taxas de violências contra crianças e adolescentes, já que “é importante naturalizar o natural e falar de educação sexual é falar/informar sobre o que pode ou não em relação ao meu corpo e do outro.” Além disso, o/a conselheiro/a 1 nos explica que, com o ensino gradativo da educação sexual, a probabilidade de os casos de violências diminuírem são altas, já que “a criança pode identificar do que se trata e falar para os adultos”.

Segundo o Informativo de Violência Interpessoal Infantojuvenil (SANTA CATARINA, 2022), entre os anos de 2011 e 2020 no estado de Santa Catarina, a proporção de encaminhamentos de casos de violências

contra crianças e adolescentes notificados pelas vítimas ocorreram com mais frequência em Serviços da Saúde, tendo 33,06% de ocorrências, enquanto para o Conselho Tutelar a proporção foi menor, sendo de 31,02%. Isso nos faz pensar que a educação informacional e protetiva não se faz presente da forma esperada dentro das instituições escolares, tornando crianças e adolescentes vítimas sem o amparo e encaminhamento corretos para o combate das violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta pesquisa apontam que, perante a visão dos/as conselheiros/as tutelares respondentes, a inclusão de temas abordados pela educação sexual é benéfica quando pensamos na prevenção de violências. Esse tipo de conhecimento revela para as crianças percepções mais precisas do seu corpo e do outro, além de contribuir sobre o consentir e o analisar de possíveis situações violentas e de caráter abusivo. Também contribui para o conhecimento de como agir perante as situações de violências, bem como onde/como denunciar.

É importante ressaltar que, sob o olhar dos/as conselheiros/as, uma das alternativas para o combate às violências seria a inclusão da educação sexual desde a educação infantil, já que as temáticas apresentadas podem direcionar o olhar mais atento das crianças às situações do seu cotidiano. Dentre eles estão as palestras e formações adequadas para os/as profissionais da educação, bem como para as famílias. Além disso, é importante desenvolver projetos para/com a comunidade escolar sobre as violências de forma lúdica e reflexiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Guia de atuação do Ministério Público na fiscalização do processo de escolha do conselho tutelar**. 2. ed. Brasília: CNMP, 2023. Disponível em: <https://is.gd/3PCsDw> Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. **Código de Menores de 1927** Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <https://is.gd/NMI39R>. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://is.gd/Ma34cO>. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. **SUAS**: Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: <https://is.gd/EoPBPz>. Acesso em: 31 maio 2024.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula** - Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://is.gd/Lymjs8>. Acesso em: 08 nov. 2023.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Tipos de violências**, 2018. Disponível em: <https://is.gd/t1KaIH> Acesso em: 31 maio 2024.

KERN, Caroline. **“Olha pra mim!”**: inclusão, exclusão e violências nas memórias de estudantes de um curso de Pedagogia. São Paulo: Giostri, 2019.

MAGNABOSCO, Maria. SC tem em média 500 casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes por mês. **NSC Total**, 23 de out. 2023. Disponível em: <https://is.gd/nZ9Rbt> Acesso em: 10 abr. 2024.

MIGUEL, Denise Soares. Violências Domésticas e Silêncio: uma reflexão sobre o papel da escola na gestão do cuidado. In: MIGUEL, Denise Soares; LIMA, Patrícia de Moraes (org.). **Violências em (Com)Textos**: Olhares. Florianópolis: Editora da Udesc, 2010. p. 11-26.

SANTA CATARINA. **Barriga Verde**, Informativo Epidemiológico. Violência interpessoal infantojuvenil no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Gerência de Análises Epidemiológicas e Doenças e Agravos não Transmissíveis (GADNT). Disponível em: <https://is.gd/VYWcK3> Acesso em: 28 abr. 2024.

SOUSA, Ana Maria Borges de. **Violência e fracasso escolar**: a negação do outro como legítimo outro. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 3/4, p. 179-188, 2002.

PERSPECTIVAS SUJAS PARA REPENSAR A UNIVERSALIDADE DO SABER: GERONTOLOGIA EM PAJUBÁ E OUTROS RECURSOS PARA LER O MUNDO

Dandara Camélia da Silva Domingues¹

Edna Maria Severino Peters Kahlale²

INTRODUÇÃO

A Gerontologia, como campo multidisciplinar, surgiu para compreender o envelhecimento e suas implicações, considerando as transformações ao longo da vida humana. O envelhecimento não afeta apenas o aspecto biológico, mas também as dimensões sociais, econômicas e políticas, exigindo uma revisão de práticas e planejamentos éticos, científicos e sociais (SILVA et al., 2023). Silva e Araújo (2020) defendem que a Gerontologia deve se expandir para compreender as particularidades do envelhecimento das diversidades sexuais e de gênero, com foco na população LGBTQIA+, especialmente nas trans-travestilidades³, área que ainda carece de maior atenção na literatura acadêmica.

O envelhecimento das pessoas LGBTQIA+ enfrenta desafios devido à cisnormatividade predominante e ao estigma tanto da LGBTfobia quanto do etarismo, levando a uma dupla discriminação (SILVA et al., 2023). No caso das trans-travestilidades, esse processo é ainda mais complexo, marcado por um envelhecimento precoce em comparação aos corpos cisgêneros, com expectativas de vida reduzidas pela violência, transfobia e etarismo (LIMA, 2019). Essas violências contribuem para uma visão negativa do envelhecimento entre essas populações, que frequentemente são estigmatizadas como impotentes e desvalorizadas.

¹Doutoranda em Psicologia Clínica (PUC/SP). Psicóloga (USJT). Cientista Social (UFPE). CV: <http://lattes.cnpq.br/7691420422005998>

²Doutora em Psicologia Experimental (USP). Psicóloga (PUC/SP). CV: <http://lattes.cnpq.br/9594834790186708>

³Optou-se pelo uso do termo “trans-travesti” para evitar o apagamento da identidade “travesti” no contexto latino-americano, que tende a ser ofuscada pelo termo guarda-chuva “trans” (IAZZETTI; MASCARENHAS, 2024).

Assim, esta pesquisa se orienta pela seguinte questão central: Como a Gerontologia pode ser repensada para incorporar as experiências de trans-travestilidades, utilizando categorias analíticas como “sujeira” e “pajubá” para romper com as perspectivas cisnormativas e colonialistas do saber? Especificamente, a pesquisa teve como objetivo analisar criticamente as lacunas na literatura existente e sugerir novos caminhos epistemológicos que reconheçam e valorizem as experiências trans e travestis no envelhecimento, desafiando as narrativas normativas e excludentes.

METODOLOGIA

Este estudo teórico crítico buscou revisar a literatura sobre Gerontologia, envelhecimento e identidades de gênero dissidentes, com ênfase nas trans-travestilidades. O objetivo foi questionar as narrativas cisnormativas e colonizadoras na academia, utilizando as categorias analíticas “sujeira” e “pajubá” como recursos epistemológicos (FAVERO, 2022). A pesquisa focou em artigos, dissertações, teses e livros, com ênfase em publicações recentes (2000-2023), extraídas de bases como SciELO, LILACS e CAPES, abordando temas-chaves como “envelhecimento”, “violência cisgênera”, “pajubá” e “cisnormatividade”.

Ao buscar um contraponto às teorias eurocêtricas dominantes, o estudo privilegia intelectuais que desafiam a noção de uma experiência humana universal e que questionam as hegemonias acadêmicas e a impureza das teorias dominantes, defendendo novas abordagens teóricas que contestam a cisnormatividade e suas exclusões. Nesse sentido, a academia é vista como um espaço ambíguo, capaz tanto de promover a cura quanto de perpetuar a marginalização (CAVALCANTI, 2022; PFEIL; PFEIL, 2024).

Por fim, foram revisadas cerca de 50 publicações acadêmicas, destacando-se as produções mais recentes. A tabela a seguir apresenta um resumo das principais fontes consultadas. Devido ao número limitado de páginas deste estudo, não foi possível incluir todas as fontes na tabela, mas as referências completas estão disponíveis na bibliografia ao final do trabalho.

Tabela 1: Apresentação dos(as) principais autores e autoras tomados para a discussão.

Título	Autoria	Tipo de publicação, Objetivos, metodologia e resultados
Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense	RODRIGUES; ANDRADE, 2023.	Tipo de Publicação: Livro digital; Objetivo: Produzir um vocabulário pajubeiro palmense com 250 palavras, baseado em corpus coletado durante o PIBIC da Universidade Federal do Tocantins; Metodologia: Pesquisa de campo com coleta de dados linguísticos diretamente da comunidade palmense, focando no Pajubá; Resultados: Criação de um vocabulário que socializa a língua pajubeira palmense, refletindo a comunicação do grupo e suas vivências.
Psicologia Suja	FAVERO, 2023.	Tipo de Publicação: Livro; Objetivo: Explorar a potência de afetos infames (como raiva, culpa e tristeza) como formas de transformar a experiência de ser minorizada, propondo uma leitura psicológica sobre as humilhações e sujeitamentos vividos por pessoas trans; Metodologia: Diálogo com a negatividade queer e os estudos críticos da branquitude, articulando conceitos como pulsão de morte, erotismo, cancelamento, afropessimismo e destransição; Resultados: A obra oferece uma reflexão provocativa sobre as brutalidades enfrentadas por travestis no Brasil, utilizando esses afetos para imaginar outros mundos possíveis e fortalecer os estudos trans, especialmente no campo do cuidado.
Nossos Corpos Não São Mais Os Mesmos: Narrativas de Mulheres Trans e Travestis sobre o Processo de Envelhecimento.	LIMA, 2019.	Tipo de publicação: Tese; Objetivo: Analisar como mulheres trans e travestis significam seu envelhecimento e como a violência enfrentada ao longo da vida marca esse processo; Metodologia: Pesquisa qualitativa; Resultados: O envelhecimento não se limita à idade cronológica, sendo impactado pela violência sofrida, que acelera e marca o processo de envelhecimento.

Título	Autoria	Tipo de publicação, Objetivos, metodologia e resultados
Travestis envelhecem?	ANTUNES, 2010.	Tipo de publicação: Dissertação; Objetivo: Investigar o impacto da categorização de gênero e os diagnósticos médicos sobre as travestis ao longo de suas vidas, com foco na transição para a velhice; Metodologia: Pesquisa qualitativa, focada no processo de envelhecimento e velhice das travestis; Resultados: O estudo revelou que as travestis enfrentam condições precárias de vida, sendo invisibilizadas desde a infância. Suas expectativas de vida são baixas, e aquelas que atingem a velhice são vistas como sobreviventes.

Fonte: Elaboração Própria, 2024.

OLHARES SUJOS, RACHADURAS E OUTRAS POROSIDADES

O pânico moral em torno dos corpos dissidentes de gênero e sexualidade sempre foi intenso. Esses corpos produzem afetos variados, desde encantamento até medo e aversão. Existe um horror ao que é considerado negativo, ao que ameaça contaminar. Estes são os elementos centrais ao refletir sobre uma ciência que se pretenda “suja”, impura e imunda. Como coloca Cavalcanti (2022, p. 10), “se impuro é o signo que a norma se vale para delimitar o limite de fora, delimita também certa zona de contaminação e encantamento”. Trata-se de sujeitas que não se encaixam e cuja existência não encontra cabimento na normatividade.

É necessário lembrar que os avanços do século XX consistiam em grande parte no trabalho de intelectuais que buscavam desconstruir a dualidade mística⁴ e consolidar teorias que abordassem gênero e sexualidade como campos distintos. Anteriormente, havia uma perspectiva egoica que confinava esses campos à esfera íntima, como se fossem atributos que o ser humano possuísse e exercesse (CAVALCANTI, 2022).

⁴ Cavalcanti (2022) e Favero (2022) discutem que a dualidade mística consiste em adentrar um campo que contrapõe percepções de o bem versus o mal, à civilização frente à barbárie e escolhidos contra os(as) considerados(as) inferiores(as). De maneira semelhante, Santos (2018) também levanta essa discussão ao abordar a dualidade do humano/objeto e homem/natureza, ressaltando como essas dicotomias fundamentam práticas de dominação e exclusão.

Gradualmente, gênero e sexualidade passaram a ser vistos como algo que define o ser humano, construídos como plataformas de subjetivação nas quais sujeitos(as) se constituem. Contudo, é essencial destacar que explorar os territórios das dissidências não ocorre sem custos. Como pontua Favero (2022, p. 37), “falar sobre eles é esbarrar em forças a que muitas vezes sequer temos acesso e de cujas existências sequer nos damos conta”.

O gênero e a sexualidade, agora compreendidos como construções que não estão inscritas na natureza, mas que incidem sobre o corpo, são artifícios que se sobrepõem à materialidade corporal. Dessa forma, é ético questionar quais são esses gêneros e papéis que as pessoas são instruídas a desempenhar. Esse questionamento aponta para a heterossexualidade e a cisgeneridade, revelando a “limitada capacidade de circulação” (FAVERO, 2022, p. 38) que o mundo impõe às pessoas. Portanto, a indagação que se apresenta não é mais sobre o que são os seres humanos, mas como se tornaram “miseravelmente fechados à vida” (FAVERO, 2022, p. 39).

Não são apenas os pensamentos humanos que estão obstruídos, mas também as formas possíveis de pensar e de construir a própria existência. Não se pode enxergar além dos destinos permitidos pelas estruturas vigentes. Assim, torna-se necessário perguntar quem são os sujeitos que produzem o pensamento. Quem faz a ciência, a quem ela se refere e quais histórias ela retrata? Deixar de falar sobre esses valores permite que eles se perpetuem, mascarados por uma suposta imparcialidade, imbricada por uma linguagem heterossexual e cisgênera (FAVERO, 2022).

Existe uma violência cisgênera e cisnormativa? Favero (2022) afirma que a experiência da violência cisgênera não é apenas desconhecida, mas também impronunciável. Sem palavras que a designam, torna-se impossível identificá-la e nomeá-la. Quem são seus perpetradores? Ela é anônima, sem autoria, sem assinantes. Como argumenta a autora, essa violência é “apócrifa” (p. 53). A partir dela, só resta algo turvo, desencorajado, que atravessa e interpela os sentidos (FAVERO, 2022).

Pfeil e Pfeil (2022, p. 1) identificam esse fenômeno como a “ofensa da nomeação”. A cisgeneridade, ao se posicionar como universal e normativa, frequentemente nomeia e patologiza identidades trans-travestis. No entanto, quando é designada e questionada em sua posição de privilégio,

reage com ofensa e resistência, evidenciando uma recusa em reconhecer sua própria localização social e os mecanismos de poder que perpetua.

A violência cisgênera tem como produto inicial a cisnormatividade, que não é apenas um trauma, mas um componente de um sistema violento. A trans-travestilidade também pode ser vista como trauma, mas apenas a partir da lógica cisgênera. Sobre isso, Favero (2022) pontua:

[...] em nossa presença, pessoas cis recorrem a afetos destrutivos, mortíferos, abjetos, que direcionam a nós quase como se fossem incapazes de se controlar. Sentem nojo, ojeriza, repugnância [...]. Desejam, consomem, objetificam. Rompem seus pactos matrimoniais, escondem e se penalizam pelas suas satisfações libertinas. Consideram-se promíscuas após estarem conosco. Entram em transe. Perdem os recursos para ler o mundo (FAVERO, 2022, p. 55, 56).

O que é comum à trans-travestilidade? Se o que se considera comum são os clichês de que vivê-la é uma experiência marcada por tragédia, dor e dificuldades extremas, pouco se fala sobre o quão doloroso e trágico seria não vivê-la (FAVERO, 2022). E como se pode viver sob a consciência de tais pressupostos? Restaria aos corpos e corpos dissidentes apegar-se ao ressentimento por não viverem uma vida digna, constantemente sobrecarregada por opressões?

De acordo com as considerações de Kehl (2020), o ressentimento — ou o ato de ressentir-se — implica atribuir a terceiros(as) a responsabilidade pelo sofrimento vivido, pela causa da dor. No senso comum, refere-se à impossibilidade de deixar para trás, de esquecer ou de superar uma dificuldade. Para a autora, o ressentimento é também um fenômeno político e um sintoma social (KEHL, 2020).

Ao colocar o ressentimento como sintoma social, Kehl (2020) recorre às reflexões de Giorgio Agamben (2002), que argumenta que o Estado, em seu exercício de soberania, detém o poder de decidir sobre a vida e a morte dos seres humanos. Nessa lógica, determinadas vidas humanas perdem suas condições de cidadania, sendo qualificadas como “vida nua”, desprovidas de garantias e direitos, até mesmo o direito de viver. Essas agências sociais são reduzidas à condição de “coisa”, tornando-se “vítimas absolutas do

arbítrio do outro” (p. 13). Partindo dessa categoria, a autora alega que o ressentimento nada tem a ver com estar ou ser derrotado.

Rubin (1984/2006) argumenta que as dinâmicas de poder em torno da sexualidade são estruturadas por normas sociais e culturais que categorizam práticas sexuais como “aceitáveis” ou “desviantes”, com base em uma hierarquia moral. Essas normas são politizadas e utilizadas para controlar o comportamento sexual, sendo frequentemente ligadas a uma moral repressiva que estigmatiza as sexualidades não heteronormativas. A autora aponta que, dentro deste contexto, as relações de poder sobre a sexualidade são constantemente desafiadas e renegociadas, com práticas sexuais sendo reguladas e disciplinadas conforme as disputas entre diferentes grupos, ideologias e contextos políticos.

Essa estrutura de disputa e negociação também pode ser vista como uma manifestação do ressentimento, onde as práticas e identidades que desafiam as normas cisnormativas e heteronormativas geram tensões políticas e sociais. Sobre isso, Kehl (2020, p. 14) pontua:

O ressentimento não se confunde com a revolta silenciada nem com a resignação forçada que se produz sob regimes totalitários ou em sociedades fortemente estratificadas. A *vida nua* não produz ressentimento; ela é a vida humana desprovida de condições de humanidade, limitada à reprodução da sobrevivência biológica – como na escravidão, nos campos de concentração ou em situações de extrema miséria.

Assim, a “vida nua” pode gerar abatimento e resignação, mas não necessariamente ressentimento. Não há direito ao ressentimento para aqueles(as) despojados(as) da humanidade. A promessa de igualdade social nas democracias liberais é feita, porém não se cumpre. Para que as “vidas nuas” ou aqueles acometido(a)s pela inferiorização possam sentir ressentimento, é necessário que exista, ao menos simbolicamente, uma igualdade entre o opressor e a pessoa oprimida. O ressentimento, na verdade, refere-se à posição de submissão, à ocupação de um lugar abaixo do outro (KEHL, 2020).

Não há igualdade entre as trans-travestilidades velhas, desumanizadas, que carregam as marcas de uma vida sem garantias básicas quando comparadas àquelas que têm acesso às biotecnologias que promovem uma

velhice mais saudável e longeva (NERY, 2019). As trans-corpo-nuas são colocadas no espaço do ressentimento, mas sem possuir os direitos e a igualdade necessários para tal. São elas as “degeneradas, descontínuas, destrambelhadas, desaplaudidas” (FAVERO, 2022, p. 48).

Portanto, ainda hoje é necessário cuidado ao falar dessas corpos dissidentes, pois pisar nesse terreno delicado é tocar em “uma ferida aberta, infeccionada” (FAVERO, 2022, p. 44). Assim, surge o impasse de abordar essa população vulnerável sem reforçar ainda mais suas vulnerabilidades. Além disso, discutir as velhices trans-travestis não significa apenas colocá-las como agências, como se respeitar seus pronomes de acordo com sua identidade de gênero, feminilidades e existências fosse suficiente. Embora esses aspectos sejam importantes, não são a totalidade do que está em jogo. Como afirma Favero (2022, p. 45), “não pode ser somente isso”.

Diante disso, não há mais necessidade de tentar explicar a trans-travestilidade, ou qualquer outra forma de nomeação. As pessoas trans-travestis não desejam mais isso (FAVERO, 2022). A necessidade de nomeação se apresenta, neste contexto, como uma imposição cisgênera — um desespero de autopreservação em face da dissidência. As exaustivas tentativas de definição colocam a trans-travestilidade em um lugar de “desacontecimento” (FAVERO, 2020, p. 58), onde não há espaço para sua existência plena. Segundo Favero (2022, p. 58), “[...] não há. O que há em seu lugar é Deus, a Ciência, a Estrutura Psíquica Adequada, a Socialização Correta, a Família Saudável”.

O desespero da cisgeneridade em se autopreservar busca destruir toda e qualquer dissidência possível. Quando o foco recai sobre aquilo que não precisa ser nomeado — a trans-travestilidade —, a cisgeneridade permanece intacta, incapturável, mantendo a ilusão de sua inexistência, mesmo que “ela se produza, se diga, se coloque muita coisa” (FAVERO, 2022, p. 58).

Portanto, para refletir sobre estratégias e resistências à violência cisgênera no contexto do envelhecimento e da velhice, bem como sobre as vulnerabilidades e precariedades produzidas e expostas na discussão deste estudo, é necessário se guiar pelos territórios da sujeira, da “Psicologia Suja” proposta por Favero (2022). Dessa forma, é possível explorar outras vias, outros espaços que apontam para uma compreensão das produções

dos “corpos sujos” ou das “vidas nuas” — do abjeto, do(a) inapresentável, daquele(a) que é suscetível ao repúdio. Este é um convite a olhar o mundo pelas lentes das sujeiras e dissidências, mas sem o desespero ou o desejo de purificá-las.

A “Psicologia Suja” busca afirmar as identidades marginalizadas como possíveis, produtivas e plenamente capazes de carregar seus investimentos emocionais e de resistir às imposições da cisnormatividade. Como expressa Favero (2022, p. 194), “se o sujo é o valioso sentido compartilhado por alguns, para aprender esse idioma será necessário abrir mão de uma moral asséptica: não ver como engano, promiscuidade, toda e qualquer coisa que não pareça tocada pelo divino”.

Sujar as ciências do envelhecimento surge como uma aposta e proposta ética. A partir de uma “Gerontologia Suja”, pode-se obter novas perspectivas para enfrentar as violências impostas pelo próprio Estado e por sua governança da vida, bem como para fortalecer as articulações entre e com as sujeitas que são construídas como o Outro. Essas possibilidades promovem rupturas com as colonizações do saber e retiram vidas do espaço da precariedade. Por meio dessa abordagem, é possível ouvir as vozes que foram silenciadas e fornecer ferramentas para dar visibilidade a essas narrativas.

ENTRE SUJEIRAS E PAJUBÁS: EXPLORANDO O ENVELHECIMENTO POR OUTRAS LENTES

Sobre as representações contidas no envelhecimento e trajetória de vida de trans-travestilidades, é imperativo explorar os sentidos e interligações construídos por essas próprias sujeitas. Isso implica adotar uma perspectiva de conhecimento não colonial, mergulhando em um oceano repleto de representações singulares que delineiam a pluralidade de suas vivências, muitas vezes contra-hegemônicas e contranormativas. São vivências e experiências em pajubá, próprias de seus espaços de sociabilidade, sobrevivência e articulações (IAZZETTI, 2021).

Segundo o “Pequeno Vocabulo pajubá Palmaense”, de autoria de Rodrigues e Andrade (2023), a linguagem é uma ferramenta de extrema importância para o reconhecimento de grupos e coletividades. Portanto, ela se apresenta como “um dos elementos essenciais de reconhecimento

de um povo. Instrumento de comunicação que nos reconhece e nos une em torno de um sentimento comum de pertencimento” (RODRIGUES; ANDRADE, 2023, p. 6). Nesse contexto, o pajubá surge com o objetivo de promover o senso de pertencimento às sociabilidades de trans-travestilidades.

Embora seja frequentemente rotulado como um dicionário gay e/ou LGBTQIA+, é crucial destacar que o pajubá (também conhecido como Bajubá e, em algumas regiões, como dicionário Aurélia) emergiu das ruas e dos espaços de sobrevivência das pessoas trans-travestis (RODRIGUES; ANDRADE, 2023). Esse vocabulário, de natureza profundamente subjetiva, tem raízes em línguas de algumas sociedades de África e também incorpora elementos das liturgias de religiões afro-brasileiras e indígenas (IAZZETTI, 2021).

O pajubá, enquanto ferramenta de resistência das trans-travestis, foi concebido como “um código de segurança”, destinado a garantir a sobrevivência dessas sujeitas em ambientes hostis, onde o uso desse vocabulário tornaria incompreensível suas conversas para pessoas de fora (RODRIGUES; ANDRADE, 2023, p. 6). Logo, exerce uma função fundamental na formação de sociabilidades na comunicação, na resistência e nas experiências dessas atrizes sociais.

Além disso, ele foi utilizado como forma de resistência contra a repressão policial e desempenhou um papel crucial na “desorientação do conservadorismo” (RODRIGUES; ANDRADE, 2023, p. 6). Acima de tudo, o pajubá é:

[...] ciência transviada, é grito de guerra para guerreiros de uma luta quase inglória. O Pajubá é cultura para aculturados, como assim ainda deve pensar os oligarcas da heteronormatividade. O Pajubá é norte de conhecimento, de amor, de descontração, de intuição e, principalmente, de luta (RODRIGUES; ANDRADE, 2023, p. 6).

Dentro deste espaço de sociabilidade, as experiências das trans-travestilidades foram se organizando, redefinindo-se e tornando-se possíveis em suas próprias realidades (RODRIGUES; ANDRADE, 2023). Seja por meio de termos como “Irenes”, “Mariconas”, “Monas”, “Bichas car-teirão”, “Nefertiti”, “Tias” e outros – que servem para lançar luz às suas

referências de envelhecimento e velhice em uma variedade de contextos e singularidades – o processo de envelhecimento é uma realidade inegável neste cenário.

A partir do Pequeno Vocabulo Pajubá Palmaense, é possível trazer algumas falas que exemplificam esse processo:

- Irene – S. 1. Velho. “Ele adora uma irene” (RODRIGUES; ANDRADE, 2023, p. 22). O termo aqui pode estar associado a uma vivência longa, sugerindo que, mesmo na velhice, essas identidades permanecem visíveis e valorizadas em certos contextos.
- Maricona – S. 1. Gay velho. 2. Gay idoso. “Aquele bar está cheio de maricona” (RODRIGUES; ANDRADE, 2023, p. 23). O uso do termo aqui representa um ponto de encontro onde as pessoas mais velhas se reúnem. A fala indica a existência de um espaço específico onde o envelhecimento e velhices são localizáveis.
- Nefertiti – S. 1. Gay idoso. “Não faça a nefertiti hoje hein” (RODRIGUES; ANDRADE, 2023, p. 24). O termo pode ser usado para demarcar comportamentos mais tipicamente associados à velhice, como a fragilidade ou a retração, e reprovar certos comportamentos vistos como “fora de lugar” para essa faixa etária, funcionando assim como um mecanismo social de regulação.

Essas expressões não apenas refletem as experiências de envelhecimento no contexto das trans-travestilidades, mas também podem ser interpretadas como uma busca por reconhecimento dentro de outras siglas da comunidade LGBTQIA+, como uma resposta às ausências de representações da velhice nos próprios territórios da identidade trans. O uso desses termos também podem destacar a necessidade de criar espaços próprios, onde as pessoas trans-travestis idosas possam afirmar suas identidades sem o peso da invisibilidade ou da marginalização histórica (ANTUNES, 2010; LIMA, 2019).

É preciso desenvolver uma ciência do envelhecimento comprometida com as experiências e vivências do envelhecimento e da velhice trans-travesti em suas diversas realidades. Refletir sobre esta discussão é reiterar a possibilidade de outros fins que não a morte, reconhecendo a existência significativa de pessoas trans-travestis durante a velhice. É fundamental

que exista um “existir” que vá além da sobrevivência, um espaço de vida digna para essas pessoas em sua trajetória de envelhecimento.

As corpos trans-travestis, subordinadas a estigmas desde a juventude, continuam a enfrentar a linearidade do preconceito ao envelhecer, quando têm a oportunidade de alcançar a velhice (FERREIRA; MARCONDES, 2024). Este processo de envelhecimento, frequentemente marcado por discriminação e invisibilidade, demanda a criação de novas narrativas que valorizem essas existências.

Quando falam de suas sexualidades e da própria eroticidade, as experiências de muitas sujeitas são frequentemente desqualificadas e estigmatizadas. Já foi dito por Favero (2022) que as apresentações dessas corpos como “degeneradas, descontínuas, destrambelhadas, desaplaudidas” demarcam suas chegadas, mas também são elas associadas a expressões como “assanhado(a), safado(a), tarado(a), nojento(a)” (p. 48). Tais estigmas precisam ser enfrentados por meio da valorização das experiências e do reconhecimento dos direitos dessas pessoas ao envelhecimento com respeito, dignidade e liberdade.

Como afirmam Ferreira e Marcondes (2024), as identidades são transitórias e acompanham o percurso de vida das pessoas, não devendo ser delimitadas por definições imutáveis impostas por terceiros. O reconhecimento da plasticidade e da multiplicidade das identidades trans-travestis ao longo da vida é um passo fundamental para construir uma Gerontologia que respeite e valorize essas trajetórias, assegurando direitos e visibilidade. Que a velhice, então, não seja tão somente uma resistência, mas também uma celebração de existências livres de violências cisgêneras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, este estudo evidencia a urgência de repensar a Gerontologia valorizando as experiências trans-travestis, propondo uma Gerontologia Suja e em Pajubá como abordagem inovadora para incluir essas vozes e reconhecer sua riqueza cultural e resistência. É fundamental que a Gerontologia assuma um compromisso ético com a inclusão e a diversidade, promovendo rupturas com as colonizações do saber e valorizando identidades marginalizadas. Este estudo convida, portanto, à reimaginação da ciência, reconhecendo a importância de uma Gerontologia que fale a

língua trans-travesti como passo crucial para construir uma ciência mais justa e representativa da diversidade humana.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ANTUNES, P. P. S. *Travestis envelhecem?*. 2010. 258 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://is.gd/NvhBj2>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- CAVALCANTI, C. Prefácio. In: FAVERO, S. *Psicologia suja*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Devires, 2022. p. 9-17.
- FAVERO, S. *Psicologia suja*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Devires, 2022.
- FERREIRA, V. M.; MARCONDES, G. Outros fins que não a morte: o existir para pessoas trans* e travestis durante a velhice. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP, 32., 2024, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: UNICAMP, 2024. Disponível em: <https://is.gd/Fx1EdG>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- IAZZETTI, B. D. Existe ‘universidade’ em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans. 2021. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://is.gd/TH7JZS>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- IAZZETTI, B. D.; MASCARENHAS, R. Do “Cisminário Queer” ao “Caso Miskolci”: traçando controvérsias. *Revista Anômalas*, v. 4, n. 1, 2024. Disponível em: <https://is.gd/25MWdQ>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- KEHL, M. R. *Ressentimento*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- LIMA, A. P. de S. *Nossos corpos não são mais os mesmos: narrativas de mulheres trans e travestis sobre o processo de envelhecimento*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Cuiabá, 2019. Disponível em: <https://is.gd/T0MJP4>. Acesso em: 7 out. 2024.
- NERY, J. W. *Velhice transviada: memórias e reflexões*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- RODRIGUES, P. R. A.; ANDRADE, K. S. *Pequeno vocabulário pajubá palmense*. Palmas: Editora Scienza, 2022. Disponível em: <https://editorascienza.com.br/ebook/pajuba.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- RUBIN, G. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. (mimeo) Texto original: Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. Culture, Society and Sexuality, 2006, Routledge, 1st Edition, 38 p. Disponível em: <https://is.gd/NzrB7F>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L. A cisgeneridade em negação: apresentando o conceito de ofensa da nomeação. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade – REED*, v. 3, n. 9, p. 143-148, 2021. Disponível em: <https://is.gd/U9uUbu>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SANTOS, V. M. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, e200112, 2018. Disponível em: <https://is.gd/DbGNhj>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SILVA, H. S.; ARAÚJO, L. F. *Envelhecimento e velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais*. Campinas: Alínea, 2020.

SILVA, K. P. A.; SILVA, S. P. C.; VASCONCELOS, E. C. F. R.; SILVA, J. V. A.; LEITE, R. C. N.; MACIEL, M. J. L.; TAVARES, L. K. B. A velhice LGBT sob a ótica da mídia. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, v. 97, ed. esp., p. e, 2023. Disponível em: <https://is.gd/Bm3434>. Acesso em: 19 maio 2024.

A COMPLEXIDADE DO FEMININO E A CLÍNICA DO LIMITE: DESAFIOS NA PRÁTICA PSICANALÍTICA

Elizabeth Fátima Teodoro¹

Wilson Camilo Chaves²

INTRODUÇÃO³

A prática clínica psicanalítica frequentemente se depara com dimensões subjetivas que desafiam as categorizações e estruturas simbólicas tradicionais. Entre essas experiências, destaca-se a subjetividade feminina, amplamente estudada na teoria psicanalítica freudiana e lacaniana. Inicialmente, Freud abordou o feminino como uma dimensão psíquica definida pela “falta” em relação ao masculino, colocando a mulher em uma posição estrutural de “um *a menos*” (TEODORO, 2021, p. 123). Nesse modelo, a sexualidade feminina é interpretada pela ausência do pênis, tomando o órgão genital masculino como referência central. Com o desenvolvimento da noção de falo, Freud (1925/2018) amplia essa visão, transpondo o sentido anatômico para uma representação simbólica que estrutura o desejo e as identificações em ambos os sexos.

Ao retomar e expandir esse conceito de falo, Lacan (1972-1973/1985) posiciona o feminino em relação ao real, como algo que escapa à simbolização plena e à lógica fálica. Nesse sentido, o feminino emerge como um enigma que desafia a capacidade do simbólico de capturar a totalidade da experiência psíquica. Esse caráter irrepresentável do feminino encontra um ponto de interseção com a clínica do limite, termo aplicado a sujeitos cuja estrutura psíquica oscila entre o simbólico e o real, o que limita a elaboração simbólica de suas experiências. Na clínica do limite, o analista encontra pacientes que vivenciam o psiquismo de maneira fragmentada, manifestando oscilações entre o representável e o inominável, e uma dificuldade em estabelecer narrativas coesas.

¹ Doutoranda em Psicologia (UFSJ). Psicóloga (UEMG). CV: <http://lattes.cnpq.br/5201570313366152>

² Doutor em Filosofia (UFSCar). Professor (UFSJ). CV: <http://lattes.cnpq.br/1498920976592034>

³ Financiamento: o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Assim, tanto a clínica do feminino quanto a clínica do limite desafiam o analista a sustentar uma escuta que acolha a multiplicidade, a fragmentação e o que não se submete a definições estáveis. O desafio é acolher essas dimensões como expressões de uma subjetividade que resiste à simbolização, exigindo uma escuta analítica que vá além das traduções simbólicas e valorize o irrepresentável como parte constitutiva do sujeito.

Explorar a interseção entre o feminino e a clínica do limite é relevante para compreender as demandas dos pacientes contemporâneos com estruturas psíquicas fragmentadas, cujas questões de identidade e desejo se aproximam do feminino e do limite. Esses pacientes requerem uma clínica que respeite o que é fragmentário, o inominável e o fluido, possibilitando ao analista uma escuta que acolha a pluralidade de identificações e o caráter singular do desejo.

O objetivo deste trabalho é investigar como a clínica psicanalítica pode acolher as dimensões do feminino e do limite, reconhecendo-as como expressões da subjetividade que desafiam a lógica fálica tradicional e a simbolização plena. A partir dessa análise, busca-se oferecer subsídios teóricos para que o analista valorize o fragmentário e o múltiplo como aspectos essenciais da subjetividade e da identidade psíquica. Para desenvolver essa análise, adotamos uma leitura teórica das obras psicanalíticas de Freud e Lacan, com ênfase nas noções de feminino e falo, além de incluir contribuições contemporâneas sobre o manejo clínico de pacientes limítrofes, que exploram o acolhimento da multiplicidade e da fragmentação subjetiva.

Ao adotar uma postura clínica que reconhece o feminino e o limite como dimensões que resistem à simbolização, a prática psicanalítica amplia suas possibilidades de escuta, permitindo ao sujeito explorar e ressignificar suas experiências, sem a necessidade de ajustá-las a uma estrutura simbólica rígida.

A COMPLEXIDADE DO FEMININO NA PSICANÁLISE: DA FALTA À RESISTÊNCIA SIMBÓLICA

Freud (1905/2016) começou a investigar a sexualidade feminina a partir de uma perspectiva anatômica, tratando a mulher como definida

pela ausência do pênis, o que a colocava em uma posição de “falta” e a subordinava à lógica fálica masculina. Nesse modelo, a subjetividade feminina era vista em comparação à masculina, não captando as particularidades do desejo e da identidade das mulheres. Conforme Freud (1905/2016), o pênis era o único órgão com valor psíquico na infância, funcionando como referência universal para a diferenciação sexual, de modo que a sexualidade feminina parecia apenas um reflexo opositivo da masculina.

Posteriormente, Freud (1923/2018) desloca a centralidade do pênis para o falo, agora como um conceito simbólico que organiza o desejo e as identificações em ambos os sexos. O falo, mais do que uma representação anatômica, assume uma função simbólica central no inconsciente, estruturando o complexo de Édipo e a castração. Assim, ele percebe que a estruturação do desejo feminino não segue o padrão do masculino: a sexualidade feminina possui uma trajetória própria, com fantasias e identificações distintas das masculinas.

Freud (1925/2018) observa que, para as mulheres, o primeiro objeto de amor é também a mãe, o que estabelece uma ligação pré-edípica tão fundamental que torna o complexo de Édipo uma formação secundária para a psique feminina (POMMIER, 1987). Essa ligação reflete a problemática da identificação feminina, uma vez que, no inconsciente, o falo é simbolicamente representado pelo órgão sexual masculino, enquanto falta um referente para o feminino, levando as mulheres a se apoiarem em identificações fálicas.

Na tentativa de desvendar os aspectos verdadeiramente femininos, Freud (1925/2018) associa a maternidade à feminilidade, mas essa relação não resolve o problema, somente reforça a conexão da mulher com a lógica fálica, subjugando-a à estrutura masculina e mantendo-a como “mãe fálica” sem um traço próprio de identificação feminina. A mulher, então, encontra-se dividida entre a “demanda de ligação materna” e a “referência paterna ao falo”, refletindo a ausência de uma referência simbólica clara para o feminino no inconsciente.

Esse reconhecimento leva Freud (1933/2018) a admitir que o feminino constitui um campo em grande parte irrepresentável, ultrapassando a lógica comparativa com o masculino e representando uma dimensão

enigmática da sexualidade. A partir dessa constatação, ele começa a perceber que a estruturação da subjetividade feminina não pode ser plenamente explicada nem pela ausência do pênis, nem pela lógica fálica. Ao mesmo tempo, o feminino se configura como uma singularidade que desafia as tentativas de categorização simbólica, não se submetendo às mesmas estruturas teóricas construídas em torno do falo e da castração.

Esse caráter irrepresentável faz do feminino um campo complexo e instável, que se esquia das referências psíquicas estáveis encontradas no masculino. Ao não encontrar um traço identificatório fixo, a subjetividade feminina expressa a falta de uma inscrição simbólica que defina seu desejo e suas identificações de modo semelhante ao masculino. Nesse sentido, Freud (1933/2018) conclui que a sexualidade feminina, embora ancorada nas mesmas estruturas universais da psicanálise, apresenta uma resistência singular à simbolização e permanece, em muitos aspectos, como uma incógnita que desafia o pensamento psicanalítico e deixa em aberto a questão “o que é uma mulher?”, permitindo a expansão contínua da teoria psicanalítica no entendimento da feminilidade.

Seguindo essa linha de raciocínio, Lacan (1958a/1998), em “A significação fálica”, retoma as formulações freudianas e aprofunda a noção de falo como um “significante privilegiado” que estrutura desejo e identidade ao unir sexualidade e linguagem. Com isso, o falocentrismo permanece no inconsciente, e nenhum ser humano escapa à lógica fálica, pois o falo representa o desejo e a carência, refletindo aquilo que falta a cada indivíduo. Zalcberg (2007) explica que “o falo é, pois, um símbolo de desejo daquilo que nunca alcançamos e daquilo a que temos que renunciar para nos tornarmos homens e mulheres” (p. 27).

Prosseguindo, Lacan (1958b/1998), em “Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina”, discute que, embora a mulher não possua o falo, ela não está fora de sua circunscrição, mas participa dela de forma “não-toda” – uma submissão parcial à lógica fálica. A questão da diferença dos sexos, localizada por Freud (1925/2018), permanece em Lacan (1958b/1998), e a distinção entre os sexos se relaciona à forma como cada um é regido pela lei do falo.

Lacan esclarece que o pênis não é o falo, mas reconhece que ele serve como um suporte imaginário, permitindo ao homem subjetivar-se

como “eu tenho” (ZALCBERG, 2007, p. 27), algo que a mulher não encontra de modo equivalente no inconsciente, pois lhe falta um representante próprio que a designe. Isso explica por que Freud (1933/2018) sustentava que o homem já nasce homem, enquanto a mulher precisa “tornar-se mulher”.

Lacan (1972-1973/1985) avança ainda mais em “Seminário 20: mais, ainda”, formalizando a “lógica do não-todo” para o entendimento do feminino. Ele teoriza um “mais-além” do Édipo, em que o feminino passa a representar uma dimensão não totalizável, uma alteridade que ultrapassa as definições edípicas. Nesse contexto, afirma que “A mulher não existe”, explicando que “A mulher” só pode ser escrita barrando-se o “A”, indicando a inexistência de uma mulher universal (p. 98). Esse aforismo implica que a mulher é um “outro” absoluto, um mistério sem completa simbolização, tornando o feminino sinônimo de alteridade e complexidade.

Para Lacan (1972-1973/1985), o feminino é uma dimensão que escapa à completude simbólica e se relaciona com o real – o irrepresentável no psiquismo. O feminino, assim, resiste às categorias psicanalíticas tradicionais e à definição falocêntrica, mantendo-se como uma dimensão irrepresentável e essencial à compreensão da subjetividade em sua complexidade. Ao operar fora da lógica fálica, o feminino sugere uma subjetividade plural, fragmentada e aberta, questionando as convenções simbólicas e apontando para uma clínica que valorize o fragmentário como aspecto legítimo do psiquismo feminino.

A CLÍNICA DO LIMITE E A COMPLEXIDADE DA SIMBOLIZAÇÃO

A clínica do limite na psicanálise aborda pacientes que vivenciam o mundo interno de forma fragmentada, com dificuldades em organizar experiências e emoções dentro das estruturas psíquicas convencionais (GARCIA; CARDOSO, 2011). Embora Freud não formule diretamente o conceito de limite, sua definição da pulsão como um conceito-limite, permitindo a transição entre o somático e o psíquico, fundamenta essa ideia. Ao transformar algo biológico em representações psíquicas, a

pulsão possibilita a passagem entre os registros corporal e psíquico, que Green (2017) define como uma “fronteira movediça e flutuante” (p. 122). Esse limite não é uma estrutura fixa, mas um processo dinâmico de simbolização.

Assim, esse conceito de pulsão ressalta a instabilidade da “pele psíquica” dos pacientes-limite, dificultando a construção de uma identidade consistente e firme. A ausência de um limite claro implica falhas na simbolização, ou seja, na capacidade de dar sentido psíquico às experiências ao transformá-las em representações. Para os pacientes-limite, essa função é prejudicada, levando-os a buscar experiências físicas e sensoriais como compensação para o vazio simbólico.

Além disso, a clínica do limite explora o conceito do irrepresentável, descrito por Winograd (2018) como uma experiência que inicialmente surge como um obstáculo à simbolização. O irrepresentável possui, no entanto, uma “dupla potencialidade”: ele tanto pode desorganizar o psiquismo quanto estimular um processo criativo de reconfiguração psíquica, que sustenta a diferenciação subjetiva e o surgimento de novos limites. Essa ambiguidade desafia o psiquismo a um trabalho de transformação, ou “trabalho do negativo” (GREEN, 2010), por meio do qual o irrepresentável se torna uma força potencial de criação.

O “trabalho do negativo”, conceito amplamente discutido por Green (2010), refere-se aos processos psíquicos pelos quais experiências irrepresentáveis ou traumáticas, inicialmente não simbolizáveis, passam por uma transformação que permite novas significações. Esse trabalho envolve a capacidade da psique de lidar com o “negativo” – o que é ausente, vazio ou destrutivo –, transformando-o em uma presença potencialmente criativa, sem necessidade de suprimir ou reprimir tais experiências. Na clínica dos estados-limite e na relação com o real, esse conceito é particularmente relevante, pois auxilia na compreensão de como indivíduos enfrentam e simbolizam aspectos da experiência que desafiam as fronteiras do eu.

No contexto dos casos-limite, é comum observar dificuldades na construção de narrativas internas, sendo recorrente o surgimento de sintomas como *acting out*, somatizações e comportamentos impulsivos.

Green (2017) observa que essa “fragilidade da fronteira psíquica” faz com que esses indivíduos oscilem entre o simbólico e o real, resistindo à transformação de suas experiências emocionais em representações.

Na prática clínica, o *acting out* surge frequentemente quando sentimentos de raiva ou desamparo acumulados não conseguem ser simbolizados, manifestando-se, então, em ações impulsivas. Por exemplo, um paciente que se sente ignorado pelo analista pode reagir ausentando-se das sessões ou adotando comportamentos de risco. Em vez de transformar a dor em uma narrativa simbólica, esses pacientes buscam alívio imediato através da ação, sem, no entanto, resolver o conflito e consequente sofrimento.

Outro elemento essencial para a compreensão da clínica dos casos-limite é a compulsão à repetição, descrita por Freud (1920/2020). Incapazes de simbolizar e transformar a experiência traumática em uma narrativa, esses pacientes revivem compulsivamente o trauma, em um ciclo que reforça a identificação com o sofrimento e o desamparo, dificultando a construção de vínculos estáveis e a simbolização dos conflitos.

A função do analista nesse contexto é essencial para apoiar a construção de uma experiência simbólica que permita ao paciente criar novos significados para suas vivências (GARCIA; CARDOSO, 2011). Green (2017) ressalta a importância do *setting* psicanalítico e da postura do analista, que deve funcionar como um “continente” para as experiências fragmentadas do paciente. O silêncio e a abstinência técnica, características fundamentais da psicanálise, funcionam como metáforas da ausência, proporcionando ao paciente um espaço no qual possa confrontar seu vazio interno sem imposições interpretativas. Winograd (2018) observa que essa ausência possibilita que o vazio e a fragmentação, derivados do irrepresentável, ativem um potencial criativo que favorece a simbolização e a construção de novos significados.

Esse enfoque também destaca o papel do analista em sustentar esse “vazio” como um espaço potencial (WINNICOTT, 1975), permitindo ao paciente explorar o irrepresentável sem a necessidade de interpretações imediatas. Dessa forma, a clínica do limite se aproxima de uma prática de presentificação, na qual o analista acolhe as manifestações não sim-

bolizadas do paciente, seja através de ações ou experiências repetitivas, como expressões do trabalho do negativo e da resistência ao insuportável (WINOGRAD, 2018).

Assim, a clínica do limite pode ser vista como uma “clínica da presentificação” ou da apresentação, na qual as manifestações diretas e imediatas da experiência psíquica têm mais destaque que a representação simbólica, substituindo a representação plena e atuando como via de comunicação do inconsciente. Para esses pacientes, vivências internas frequentemente se expressam como afetos e sensações “em estado bruto,” que não conseguem transformar-se em símbolos. Diferentemente da clínica tradicional, voltada para a interpretação simbólica, a clínica da presentificação acolhe gestos, ações e silêncios como expressões diretas do mundo interno, permitindo ao paciente “apresentar-se” sem a pressão de transformar suas experiências em linguagem estruturada. Esse contato direto facilita o acesso do paciente a emoções primitivas, respeitando suas limitações na capacidade de simbolizar.

Por fim, os casos-limite refletem uma condição de identidade indefinida e a ausência de fronteiras internas claras, com defesas primitivas, como clivagens e projeções, que dificultam a integração de experiências emocionais em uma narrativa coesa. Nesse contexto, o analista deve acolher a fragmentação do paciente sem impor uma estrutura simbólica, permitindo que ele explore um espaço de escuta no qual suas experiências possam ser gradualmente transformadas em representações. A clínica do limite exige uma postura adaptativa e flexível para manejar as falhas de simbolização e o irrepresentável, permitindo ao paciente desenvolver progressivamente uma subjetividade a partir do que antes era apenas fragmentação e vazio.

CLÍNICA DO FEMININO E CLÍNICA DO LIMITE: INTERSEÇÕES E DESAFIOS

A clínica do feminino e a clínica do limite convergem no desafio de acolher o que escapa à simbolização e às estruturas psíquicas tradicionais. Ambos os campos confrontam o analista com aspectos “não-representáveis” da experiência psíquica, exigindo uma escuta que ultrapasse a busca

por uma compreensão linear. Na clínica do limite, Green (2017) descreve pacientes cuja estrutura psíquica frágil expressa-se em uma subjetividade fragmentada, situada entre o simbólico e o real, em que falta uma narrativa interna coesa. Paralelamente, o feminino, conforme articulado por Lacan (1972-1973/1985), também opera no real, resistindo à lógica fálica e à completude da simbolização. Essa qualidade “não-toda” do feminino relaciona-se à fragmentação dos estados-limite, em que as experiências psíquicas transcendem categorizações rígidas.

Um exemplo ilustrativo é o caso de Sidonie, ou Margarethe Csonka, paciente de Freud. Em “Desejos secretos: a história de Sidonie C., a paciente homossexual de Freud”, Rieder e Voigt (2008) mostram como Sidonie expressava desejos fragmentados e desconexos da norma fálica. O desejo dela é uma manifestação do que Lacan (1969-1970/1992) denomina “gozo Outro” – uma forma de satisfação que escapa ao falo e ao “gozo fálico” estruturado pela linguagem e pela falta. Esse gozo feminino se alinha ao real e ao “não-todo”, revelando uma satisfação que resiste à ordenação simbólica. No contexto clínico, acolher essas manifestações exige do analista uma escuta aberta que valorize o irrepresentável e respeite a fluidez da subjetividade do paciente.

Para trabalhar com conteúdos fragmentados e irrepresentáveis, é essencial que o analista desenvolva uma escuta não-linear. Essa escuta implica acolher o discurso do paciente em sua forma desordenada, sem pressionar por uma sequência lógica ou interpretativa imediata. O analista deve se dispor a receber o conteúdo como ele surge – por meio de silêncios, gestos, repetições – e sustentar o campo no qual o sentido não é facilmente acessível. Diferente de uma escuta tradicional, a escuta não-linear permite que a subjetividade do paciente se expresse em fragmentos, silêncios e atos (WINOGRAD, 2018).

Outro aspecto crucial é a contenção oferecida pelo analista enquanto “continente” seguro. Nessa função, o analista acolhe estados psíquicos primitivos sem impor interpretações ou demandar coerência. Ao criar um *setting* analítico não-intrusivo, o analista oferece um espaço de segurança no qual o paciente pode confrontar o irrepresentável e explorar áreas de sua subjetividade que, de outra forma, poderiam permanecer inacessíveis.

Esse espaço de contenção permite que o paciente viva o irrepresentável em si mesmo, sentindo-se livre para explorar e expressar conteúdos inomináveis com a confiança de que o analista está presente para sustentar a experiência sem forçar uma forma ou narrativa definida.

Green (2017) descreve o real como uma dimensão que resiste à integração simbólica, sendo marcada pela repetição e pela dificuldade de ser transformada em palavras. O contato com o irrepresentável pode gerar angústia, mas também liberta o paciente de normas simbólicas, promovendo uma nova relação com o próprio desejo e consigo mesmo. Tanto o feminino quanto o limite, portanto, exigem um manejo analítico que aceita a incerteza e reconhece o fragmentário como parte constitutiva do sujeito. Nesse contexto, a prática da escuta aberta, sem uma organização interpretativa linear, permite que o paciente encontre formas próprias de significação, respeitando a singularidade de seu desejo e de sua identidade.

O MANEJO CLÍNICO ENTRE O IRREPRESENTÁVEL E O DESEJO

Como dito anteriormente, na prática clínica, o manejo da escuta do feminino e dos casos-limite demanda do psicanalista uma postura de abertura para o que é inominável e para as nuances de uma subjetividade que não encontram facilmente um lugar nas categorias simbólicas existentes. O desafio consiste em sustentar a escuta sem impor significações fálicas, permitindo que o sujeito explore e ressignifique suas experiências sem a necessidade de ajustá-las a um padrão pré-definido (ARROSI; SILVA, 2022).

Para lidar com o irrepresentável e o desejo fragmentado, o analista pode recorrer a estratégias específicas para criar “espaços de sentido” – momentos em que o paciente é encorajado a explorar aspectos de sua subjetividade ainda que não formem uma narrativa completa ou coesa. A sustentação do “não dito” e a aceitação da fragmentação do discurso permitem ao analista oferecer ao paciente uma sensação de continuidade sem forçar uma linearidade. A prática desses espaços de sentido visa

proporcionar ao paciente “ilhas de significado” que, embora desconexas, ajudam-no a construir sentido em uma experiência emocional autêntica, ainda que fragmentária.

Outro aspecto essencial desse manejo é a exploração das experiências do desejo na clínica. O desejo, em sua forma “não-toda” ou associada ao gozo Outro de Lacan (1969-1970/1992), emerge de forma não-linear, resistindo às tentativas de organização fálica. Esse tipo de desejo não busca uma falta a ser completada, mas uma satisfação que escapa à linguagem e ao simbolizável. Na clínica, o analista favorece uma relação autêntica com essa experiência subjetiva, permitindo que o paciente se mova através de seus próprios impasses e contradições, sem que essas expressões precisem ser contidas por um significado fixo. Ao legitimar essa forma de gozo e acolher seu movimento fragmentado, o analista oferece um campo no qual o paciente pode vivenciar e expressar o desejo de maneira aberta, múltipla e fluida.

Além disso, o contato com o irrepresentável tem um impacto emocional significativo para o próprio analista. Sustentar o campo do real, no qual o simbólico não se encaixa plenamente, desafia o analista a suportar a incerteza e a falta de uma compreensão imediata. Manter uma escuta não-linear implica que o analista deve renunciar a respostas interpretativas imediatas, confiando que, com o tempo, o processo terapêutico revelará novas formas de sentido que fazem jus à experiência única do paciente. Esse manejo envolve uma disposição para encontrar o “não compreensível” com uma abertura que favorece a relação terapêutica, na qual o analista assume uma postura de acolhimento e tolerância ao desconhecido, reconhecendo que, para certos conteúdos, não haverá uma tradução simbólica completa.

Conforme Lacan (1972-1973/1985) observa, o feminino envolve uma pluralidade de identificações e uma relação com o desejo que não se define pela busca de um único traço identificatório. Da mesma forma, a clínica do limite exige um trabalho em que o desejo do sujeito e sua subjetividade possam se desenvolver em uma multiplicidade de direções. Essa multiplicidade reflete uma resistência ao fechamento, que se expressa em pacientes que apresentam uma estrutura de limite e na experiência do feminino, ambos demandando uma clínica de abertura e acolhimento do que não é facilmente simbolizável.

Essa prática clínica permite ao paciente vivenciar sua singularidade sem a necessidade de ajustá-la a uma narrativa ou identidade unificada, respeitando o que permanece fragmentado e irrepresentável em sua subjetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou iluminar como as experiências do feminino e as características dos casos-limite desafiam e expandem as práticas psicanalíticas tradicionais. A partir de uma investigação teórica das concepções freudianas e lacanianas, observou-se que tanto o campo do feminino quanto os casos-limite evocam aspectos irrepresentáveis da subjetividade, os quais frequentemente resistem a uma estruturação simbólica e desafiam o modelo interpretativo linear. O feminino, em seu vínculo com o real e o conceito de “não-toda”, bem como as manifestações fragmentárias dos pacientes-limite, exige do analista uma postura de escuta não-linear e uma contenção que respeite a singularidade e a complexidade dessas experiências.

A análise ressaltou a importância de um manejo que privilegie a construção de “espaços de sentido” e a aceitação da fragmentação sem imposição de coerência interpretativa. Ao sustentar o campo do irrepresentável e do desejo fragmentado, o analista facilita um ambiente no qual o sujeito pode experimentar novas formas de significação e explorar sua subjetividade de forma autêntica, sem a necessidade de enquadrá-la em uma identidade unificada ou narrativa coesa. Tal prática possibilita ao paciente habitar um espaço analítico que acolhe o múltiplo e o não-simbolizável como aspectos válidos e constitutivos do seu ser.

REFERÊNCIAS

ARROSI, K. E.; SILVA, M. da R. A escuta em psicanálise: Abstinência e neutralidade em questão. *Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 121-143, 2022.

ASSOUN, P.-L. *Freud e a mulher*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FREUD, S. A feminilidade – Conferência XXXIII (1933). In: _____. *Obras incompletas de Sigmund Freud – Amor, sexualidade, feminilidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 313-348.

FREUD, S. Além do princípio de prazer (1920). In: _____. *Obras incompletas de Sigmund Freud – Além do princípio de prazer (Jenseits des lustprinzips)*. Autêntica, 2020, p. 57-220.

FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). In: _____. *Obras incompletas de Sigmund Freud – Amor, sexualidade, feminilidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 259-276.

FREUD, S. A organização genital infantil (1923). In: _____. *Obras incompletas de Sigmund Freud – amor, sexualidade, feminilidade*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 237-246.

FREUD, S. Batem numa criança: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais (1919). In: _____. *Obras completas – História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”)*, *Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Vol. 14, p. 220-246.

FREUD, S. Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina (1920). In: _____. *Obras completas – Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Vol. 15, p. 101-133.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: *Obras completas*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Vol. 6, p. 13-172.

GARCIA, C. A.; CARDOSO, M. R. (Orgs.). *Limites da clínica. Clínica dos limites*. Rio de Janeiro: Cia de Freud/Faperj, 2011.

GREEN, A. *A loucura Privada: Psicanálise de casos-limites*. São Paulo: Escuta, 2017.

GREEN, A. *Pourquoi les pulsions de destruction ou de mort?* Paris: Ithaque, 2010.

KNOBLOCH, F. *O tempo do traumático*. 2. ed. INM Editora, 2022.

LACAN, J. A significação do falo (1958a). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 692-703.

LACAN, J. Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina (1958b). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 734-745.

LACAN, J. *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. *O seminário, livro 20: mais, ainda (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

POMMIER, G. *A exceção feminina – os impasses do gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

RIEDER, I.; VOIGT, D. *Desejos secretos: a história de Sidonie C., a paciente homossexual de Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TEODORO, E. F. *A paixão do feminino: elementos de metapsicologia para uma erótica feminina*. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

WINNICOTT, D. W. O lugar em que vivemos. In: _____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 165-174.

WINOGRAD, M. A dupla potencialidade do irrepresentável e a negatividade necessária: trauma e pulsão de morte. *Tempo psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 215-244, dez. 2018.

ZALCBERG, M. *Amor paixão feminina*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

USO DE REDES SOCIAIS E QUESTÕES DE GÊNERO: ENTRE O DISCURSO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Lorena França Leal¹

Thiago Augusto Galeão de Azevedo²

INTRODUÇÃO

As redes sociais no Brasil exercem um papel crucial na discussão de questões de gênero, servindo como espaços importantes para dar visibilidade a grupos historicamente marginalizados, como mulheres e pessoas fora das normas tradicionais de gênero. Essas plataformas viabilizam a conscientização sobre os desafios enfrentados por diversos grupos, promovendo debates e ações em prol da igualdade.

Além de proporcionarem um meio eficaz para disseminação de informações e campanhas de conscientização, as redes sociais permitem a construção de comunidades de apoio. São espaços onde pessoas com interesses e preocupações comuns se conectam, gerando suporte emocional e organizando-se para ações coletivas. Entretanto, o ambiente digital também traz desafios, como a propagação de desinformação, estereótipos e violência de gênero, ressaltando a necessidade de educação digital e responsabilidade das plataformas na moderação de conteúdo.

Cientificamente, o estudo das redes sociais e suas dinâmicas de gênero revela-se um campo promissor, ampliando a compreensão sobre as percepções sociais contemporâneas. Ao mesmo tempo em que promovem a liberdade de expressão, essas plataformas precisam ser ambientes inclusivos e seguros, especialmente para mulheres e minorias que frequentemente enfrentam formas específicas de violência e discriminação. Esse projeto examina como as redes sociais podem ser aliadas ou obstáculos para a igualdade de gênero, propondo reflexões e soluções para os desafios presentes.

¹ Graduanda em Direito (UFAM). CV: <http://lattes.cnpq.br/2409244584129165>

² Pós-doutorado em Direito (UnB). Doutorando em Direito (UnB). Professor (UFAM). CV: <http://lattes.cnpq.br/5496674400879290>

Nesse sentido, em que medida as redes sociais ao propiciarem o reconhecimento da voz das mulheres e minorias LGBTQIA+ também contribui para a violação dos direitos desses grupos?

Temos, como objetivo do resumo, a análise de como a Internet, as redes sociais e o mundo virtual, no geral, podem influenciar a vida e o cotidiano das mulheres, podendo tornar-se até um meio de manipulação. A partir desse debate, investigar a maneira que a internet é usada, pois a partir da compreensão de como ela de fato é, é possível balancear os impactos negativos e positivos da mesma na sociedade.

Por meio disso, identificar de que forma o gênero se expressa e, ao mesmo tempo, é violado nas redes sociais, compreender o conflito entre a liberdade de expressão e a proteção dos direitos fundamentais no contexto do uso de redes sociais, conhecer os direitos das mulheres no âmbito virtual e como eles podem ser mantidos e/ou exigidos e rever estratégias de mudanças no modo em que a Internet e as redes sociais são usadas, pelo conhecimento do seu funcionamento.

Na seguinte pesquisa optou-se pelo método hipotético-dedutivo com abordagem qualitativa, com a finalidade de compreender como o uso da internet e, principalmente, de redes sociais afetam o cotidiano das mulheres e dos grupos em minoria, podendo ser um espaço em que podem se expressar e ter voz ao mesmo tempo em que sofrem violências no mesmo.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa básica, tendo em vista que este possui como objetivo o aprimoramento das teorias científicas existentes e, conseqüentemente a melhor compreensão dos fenômenos estudados. Enquanto procedimento, este estudo realizar-se-á por meio da pesquisa bibliográfica e documental.

UM BREVE ENTENDIMENTO SOBRE GÊNERO

O conceito de gênero é essencial para compreender as dinâmicas de poder e desigualdade nas sociedades contemporâneas. Na teoria de gênero, diferencia-se “gênero” de “sexo”: enquanto o sexo é geralmente atribuído com base em características biológicas, gênero refere-se aos papéis e identidades construídos socialmente. De acordo com Judith Butler, o gênero é uma “performance” moldada por atos repetitivos que reforçam normas

sociais e culturais, argumentando que “o gênero é sempre um fazer, ainda que não seja feito por um sujeito que tenha ou ostente o gênero como atributo” (Butler, 1990).

Simone de Beauvoir, com sua análise em *O Segundo Sexo*, expressa a ideia de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, sugerindo que as identidades de gênero são construídas e moldadas pelas expectativas sociais (Beauvoir, 1949). Nesse contexto, a teoria queer e a interseccionalidade surgem como abordagens que desafiam normas tradicionais e reconhecem as intersecções de gênero com raça, classe, orientação sexual e outras características sociais (Crenshaw, 1989; Butler, 1990). Esses entendimentos são fundamentais para abordar questões de gênero em redes sociais, onde essas construções são constantemente negociadas e redefinidas.

Feministas contemporâneas, como Bell Hooks e Judith Lorber, expandiram essa visão, explorando como as intersecções de raça, classe e sexualidade influenciam a experiência de gênero (Hooks, 1984; Lorber, 1994).

A teoria *queer*, que emergiu nos anos 90, desafia as normas heteronormativas e binárias de gênero e sexualidade. Ela propõe que tanto o gênero quanto o sexo são fluidos e não fixos, e que as categorias tradicionais de macho/fêmea e masculino/feminino são insuficientes para capturar a diversidade das experiências humanas (Halperin, 1995). Butler argumenta que “a distinção entre sexo e gênero é um artifício que mantém as normas heteronormativas e que ambos são construções discursivas que podem ser desconstruídas” (Butler, 1990).

A interseccionalidade é um conceito fundamental nas teorias feministas e queer contemporâneas. Introduzido por Kimberlé Crenshaw, ele enfatiza como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo, e heteronormatividade, se intersectam e afetam a experiência individual de gênero e sexo (Crenshaw, 1989). Essa abordagem interseccional permite uma análise mais abrangente e inclusiva das desigualdades sociais. Crenshaw (1989) observa que “a análise interseccional permite uma compreensão mais abrangente das desigualdades sociais, reconhecendo a complexidade das interações entre diferentes formas de opressão” (p. 142).

A distinção entre gênero e sexo é fundamental para compreender como as identidades e as experiências humanas são moldadas socialmente.

As teorias feministas e queer fornecem ferramentas críticas para desconstruir as concepções tradicionais e explorar a complexidade das relações de poder que permeiam as construções de gênero e sexo. Reconhecer essas distinções e a fluidez desses conceitos é crucial para promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

AS MARCAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA SOCIEDADE

A violência de gênero se configura como uma manifestação de poder e controle que resulta em danos físicos, psicológicos e sociais para as vítimas. A Organização Mundial da Saúde define violência de gênero como “qualquer ato de violência que resulte, ou possa resultar, em dano físico, sexual ou psicológico” (OMS, 2012). A socióloga Garcia-Moreno (2006) argumenta que a violência de gênero, em especial contra as mulheres, está enraizada em normas patriarcais que buscam controlar e subjugar.

As causas da violência de gênero são variadas e interligadas. Estudos mostram que a violência contra a mulher é frequentemente enraizada em normas sociais que sustentam a desigualdade de gênero (Garcia-Moreno et al., 2006). A cultura patriarcal, que perpetua a ideia de superioridade masculina, é uma das principais causas da violência de gênero. Essa cultura é reforçada por diversas instituições sociais, incluindo a família, a educação e a mídia.

O Instituto Maria da Penha (2019) destaca os efeitos devastadores da violência de gênero na saúde mental e física das vítimas, que são muitas vezes perpetuados por uma cultura de tolerância à violência contra a mulher. Hooks (2000), ao examinar a interseccionalidade de raça, gênero e classe, aponta que a violência de gênero atinge especialmente as mulheres marginalizadas, evidenciando que políticas públicas de prevenção devem considerar essas múltiplas dimensões.

As consequências da violência de gênero são devastadoras e de longo alcance. Além dos impactos imediatos à saúde física, como lesões e incapacidades, as vítimas de violência de gênero sofrem de problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (Who, 2013). A violência de gênero também tem implicações socioeconômicas, afetando a capacidade das mulheres de participar plenamente na vida econômica e social.

Segundo Butler (1990), a violência de gênero é uma forma de manter a ordem patriarcal, reforçando as normas tradicionais de gênero. De acordo com Pesquisa nacional realizada em 2023 pelo Instituto de Pesquisa DataSenado mostra que 46% das brasileiras acreditam que, em geral, as mulheres não são tratadas com respeito no Brasil, e que outras 46% acreditam que as mulheres são tratadas com respeito apenas às vezes. Para a menor parte delas (7%), as mulheres são, sim, tratadas com respeito no país.

Atualmente, no contexto da violência de gênero, observa-se que a internet frequentemente reflete desrespeito em relação às expressões das mulheres e reforça expectativas sobre o que seria um “comportamento feminino apropriado”. Essa visão não está dissociada da realidade fora do ambiente virtual. Os espaços online reproduzem discriminações socialmente construídas e podem intensificar violências contra as mulheres, como no caso de ameaças de divulgação de conteúdo sexual. As redes sociais virtuais eliminam barreiras geográficas e temporais, criando novos padrões de relacionamento. Nesse sentido, os novos padrões de ética, a ruptura de paradigmas e a valorização da estética e do consumo que levam à lógica das paixões consumistas e efêmeras, repercutem de modo a afetar os vínculos afetivo-sexuais. (Bruns; Santos, 2006).

O USO DAS REDES SOCIAIS PARA A DISSEMINAÇÃO DE DISCURSOS DE ÓDIO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E OUTROS GRUPOS MINORITÁRIOS

As redes sociais, enquanto plataformas de expressão, infelizmente também são utilizadas para a disseminação de discursos de ódio e violência. Segundo Sobral (2019), o alcance e a rapidez das redes sociais potencializam o impacto de mensagens prejudiciais, expondo grupos vulneráveis a assédio e discriminação em escala global. A violência de gênero é uma das formas mais comuns de abuso nas redes sociais, onde mulheres e minorias são constantemente alvo de comentários misóginos, ataques pessoais e ameaças, o que representa uma violação de seus direitos fundamentais (Silva et al., 2011).

Embora os desafios associados à conduta ilícita e à violação de direitos não sejam novos, eles assumem uma dimensão mais complexa e urgente no contexto das redes digitais.

Brugger (2007) explora o conceito de “vitimização difusa” em que, além das vítimas diretas, o discurso de ódio online afeta o grupo ao qual essas pessoas pertencem, criando um ambiente hostil e inseguro. Esse tipo de violência digital demanda uma atuação mais rigorosa das plataformas e do Estado, que precisam criar e implementar políticas de proteção e moderação de conteúdo para garantir o respeito aos direitos humanos no ambiente digital (Silva, 2011).

Ainda, segundo Santos e Silva (2013, p. 3) “o ódio é uma questão factual e sua intensidade como movimento transformador na sociedade dependerá de como ele é divulgado. O discurso do ódio é uma forma especial de propagação do mal e meio informacional tem papel fundamental no atual contexto histórico”.

Outro aspecto preocupante é a perpetuação de estereótipos prejudiciais e preconceitos por meio desses discursos. As redes sociais podem amplificar e reforçar narrativas negativas sobre mulheres, grupos étnicos, religiosos ou LGBTQ+ que contribuem para a discriminação sistemática e a desigualdade. Isso mina os esforços para alcançar a igualdade de gênero e a inclusão de minorias, alimentando um ciclo de preconceito e intolerância.

Para Silva (2011):

Quando uma pessoa dirige um discurso de ódio a outra, a dignidade é vulnerada em sua dimensão intersubjetiva, no respeito que cada ser humano deve ao outro. Mas não só isso. No caso do discurso odiento, vai-se além: é atacada a dignidade de todo um grupo social, não apenas a de um indivíduo. Mesmo que este indivíduo tenha sido diretamente atingido, aqueles que compartilham a característica ensejadora da discriminação, ao entrarem em contato com o discurso odiento, compartilham a situação de violação. Produz-se o que se chama de vitimização difusa. Não se afigura possível distinguir quem, nominal e numericamente, são as vítimas. Aquilo que se sabe é que há pessoas atingidas e que tal se dá por conta de seu pertencimento a um determinado grupo social.

A complexidade desse problema é evidenciada pela questão da liberdade de expressão. Este é um direito fundamental que deve ser protegido em uma sociedade democrática, permitindo que as pessoas expressem suas opiniões e ideias, mesmo que sejam impopulares. No

Brasil, a liberdade de expressão é prevista na Constituição de 1988 em seu artigo 5, inciso IX:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

No entanto, como mencionado anteriormente, a liberdade de expressão não é absoluta e encontra seus limites quando colide com outros direitos igualmente importantes, como a dignidade da pessoa humana e a segurança pública.

Para lidar com esse desafio, é necessário um esforço multidisciplinar que envolva governos, empresas de tecnologia, organizações da sociedade civil e indivíduos. A regulamentação cuidadosa e equilibrada é uma parte importante da solução, mas deve ser complementada por medidas educacionais que promovam a alfabetização digital, a empatia e o respeito. As empresas de redes sociais têm um papel crucial na implementação de políticas de moderação de conteúdo que sejam transparentes, consistentes e eficazes, garantindo que os discursos de ódio e violência sejam combatidos sem prejudicar indevidamente a liberdade de expressão.

Por isso, o uso das redes sociais para disseminar discursos de ódio e violência contra mulheres e grupos minoritários é um problema sério e crescente que exige uma resposta firme e coordenada. A proteção dos direitos fundamentais, incluindo a dignidade da pessoa humana, deve ser priorizada, mesmo que isso signifique impor limites à liberdade de expressão quando necessário.

O CONFLITO ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DO USO DE REDES SOCIAIS

O conflito entre a liberdade de expressão e a proteção dos direitos fundamentais é um ponto de debate no contexto das redes sociais. A

liberdade de expressão é essencial para uma sociedade democrática, mas, segundo Vilhena (2022), deve ter limites quando se trata de discursos que incitem ódio ou violação da dignidade humana. Este dilema exige que o Estado e as plataformas digitais busquem soluções equilibradas, permitindo que as redes sociais promovam a diversidade de opiniões sem fomentar abusos.

No entanto, essa liberdade não deve ser vista como um direito ilimitado. Em muitos países democráticos, a liberdade de expressão está sujeita a restrições legais, especialmente quando a expressão entra em conflito com outros direitos e valores. É aqui que surge o conflito no contexto das redes sociais.

As redes sociais proporcionaram um palco global para a livre expressão de ideias, o que é uma conquista significativa em termos de acesso à informação e participação democrática. No entanto, essas plataformas também têm sido usadas para a disseminação de discursos de ódio, desinformação, incitação à violência e discriminação. Quando os discursos online ultrapassam os limites da difamação, da incitação ao ódio ou da violação dos direitos de outros indivíduos, o conflito entre a liberdade de expressão e a proteção de direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana e a segurança pública, se torna evidente.

Desta maneira, destaca Silva e Bolzan (2016, p. 149):

A liberdade de expressão é um direito humano fundamental, essencial não só para o desenvolvimento de uma sociedade plural, onde a livre troca de ideias é assegurada, mas também para a preservação do funcionamento das democracias modernas. Contudo, esta constatação é posta em dúvida quando este direito é utilizado como difusor de ideias odiosas, desprezíveis e ofensivas, que fomentam a discriminação, o preconceito e a prática de atos violentos contra determinados grupos ou segmentos da sociedade, através do que chamam de “discurso de ódio” ou “hate speech”.

A regulamentação de discursos de ódio e violência nas redes sociais, quando aplicada de forma razoável e proporcionada, pode ser uma medida eficaz para enfrentar esse desafio. Segundo Melo e Silva (2020, p. 24) “a regulamentação legal dos discursos do ódio na internet reduz

a discricionariedade judicial, visto que cria parâmetros e preferências abstratas em relação a cada direito fundamental, sem menoscar a análise do caso concreto”. Essas regulamentações devem ser baseadas em princípios universais, transparentes e sujeitas a revisão. Além disso, é importante promover a educação digital, a alfabetização mediática e o pensamento crítico para capacitar as pessoas a discernir informações prejudiciais e enganosas.

Diante disso, fica evidente que o conflito entre a liberdade de expressão e a proteção dos direitos fundamentais no contexto das redes sociais é um desafio, visto que a liberdade de expressão é um direito fundamental, mas não absoluto, e deve ser conciliada com a proteção da dignidade da pessoa humana e outros valores democráticos. Por isso, a regulamentação equilibrada e a educação são ferramentas cruciais para enfrentar esse conflito e garantir que as redes sociais continuem a ser um espaço onde a diversidade de opiniões possa coexistir com o respeito pelos direitos e valores fundamentais da sociedade.

O PAPEL DAS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS NA PREVENÇÃO DA DISSEMINAÇÃO DE DISCURSO DE ÓDIO E VIOLÊNCIA E O MARCO CIVIL DA INTERNET

As plataformas de redes sociais desempenham um papel significativo na prevenção da disseminação de discurso de ódio e violência, e essa responsabilidade tem se tornado cada vez mais importante em um mundo digital altamente interconectado. Embora a liberdade de expressão seja um valor essencial, ela não deve servir como justificativa para a propagação de mensagens prejudiciais que ameaçam a dignidade da pessoa humana e a coesão social. Neste contexto, as plataformas de redes sociais têm a capacidade e a obrigação de adotar medidas eficazes para combater o discurso de ódio e a violência.

De acordo com Balkin (apud Fabriz e Mendonça, 2022, p. 143), a atuação de plataformas de redes sociais no controle da divulgação do discurso de ódio é decorrência de uma nova realidade, em que técnicas tradicionais de regulação do discurso baseada em penalidades criminais e responsabilidade civil não são suficientes e demandam a colaboração de infraestrutura criada nessas plataformas.

Uma das maneiras mais proativas pelas quais as plataformas de redes sociais podem prevenir a disseminação de discursos prejudiciais é através da implementação de políticas de moderação de conteúdo claras e consistentes.

Por exemplo, em 2018, o Facebook introduziu uma inovação ao estabelecer um órgão independente composto por indivíduos externos à empresa, encarregado de tomar decisões definitivas na área de moderação de conteúdo. Esse órgão, denominado comitê supervisor, opera como uma espécie de instância de revisão (Nitrini, 2021, p. 143, 145). Essas políticas devem definir claramente o que é considerado discurso de ódio e violência, proporcionando orientação para os usuários sobre o que não é tolerado. É importante que essas políticas sejam baseadas em princípios universais, evitando ambiguidades e arbitrariedades.

A moderação de conteúdo não se trata de censura, mas sim de estabelecer limites razoáveis para garantir que as plataformas de redes sociais sejam ambientes seguros e respeitosos para todos os usuários, visto que a remoção de conteúdo que viole essas políticas é uma medida preventiva que impede a amplificação de discursos prejudiciais e cria um ambiente online mais saudável.

Contudo, como corrobora Almeida (2022, p. 49):

A falta de transparência sobre o processo de tomada de decisão sobre moderação de conteúdo é mais um ponto de crítica. Nos últimos anos, isso vem sendo uma importante preocupação da regulação das plataformas, dando ensejo a instrumentos de regulação privada e estatal procurando aprimorar a prestação de contas, responsabilidade e transparência das plataformas sobre a moderação de conteúdo. As próprias plataformas, voluntariamente, têm adotado medidas com o objetivo de tornarem suas políticas e processo de decisão de moderação mais conhecidos pelos usuários e reguladores.

Além disso, a educação dos usuários desempenha um papel crucial na prevenção da disseminação de discurso de ódio e violência. As plataformas de redes sociais podem oferecer recursos educacionais, campanhas de conscientização e ferramentas para ajudar os usuários a identificar,

denunciar e combater discursos prejudiciais. Isso capacita as pessoas a serem cidadãos digitais responsáveis, promovendo um ambiente online mais seguro e respeitoso (Almeida, 2022).

No entanto, é fundamental que as medidas adotadas pelas plataformas de redes sociais sejam aplicadas com transparência, consistência e respeito aos direitos dos usuários. A revisão de decisões de moderação deve ser possível para evitar censuras injustas, e as políticas de moderação devem ser constantemente avaliadas e atualizadas de acordo com as mudanças nas dinâmicas online.

Segundo Almeida (2022, p. 49):

A falta de transparência sobre o processo de tomada de decisão sobre moderação de conteúdo é mais um ponto de crítica. Nos últimos anos, isso vem sendo uma importante preocupação da regulação das plataformas, dando ensejo a instrumentos de regulação privada e estatal procurando aprimorar a prestação de contas, responsabilidade e transparência das plataformas sobre a moderação de conteúdo. As próprias plataformas, voluntariamente, têm adotado medidas com o objetivo de tornarem suas políticas e processo de decisão de moderação mais conhecidos pelos usuários e reguladores.

No Marco Civil da Internet (MCI), a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, contribuiu para o combate ao discurso de ódio e violência nas redes sociais. O MCI prevê, em seu artigo 3º, que os provedores de conexão e de aplicações de internet devem adotar medidas para prevenir a disseminação de conteúdo ilícito, incluindo o discurso de ódio e violência, ou seja, medidas de moderação de conteúdo.

Além disso, o artigo 10 do MCI também estabelece que os registros de conexão e de acesso a aplicações de internet devem ser guardados por, pelo menos, seis meses, a fim de serem utilizados para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. Essa medida pode ser importante para identificar e responsabilizar os autores de discursos de ódio e violência nas redes sociais.

Ainda, o MCI também prevê, em seu artigo 19, que os provedores de aplicações de internet devem respeitar a liberdade de expressão, mas também devem adotar medidas para prevenir a discriminação e a violência.

Essa previsão pode ser interpretada como uma obrigação das plataformas de redes sociais de adotar políticas de moderação de conteúdo que sejam eficazes no combate ao discurso de ódio e violência.

Conforme o exposto, o papel das plataformas de redes sociais na prevenção da disseminação de discurso de ódio e violência é crucial para criar ambientes online mais seguros e respeitosos. A adoção de políticas de moderação de conteúdo, a educação dos usuários e a colaboração com especialistas são estratégias eficazes para combater esses problemas. Ao fazer isso, as redes sociais podem equilibrar a liberdade de expressão com a proteção dos direitos fundamentais, promovendo um ambiente online que respeite a dignidade da pessoa humana e promova a coesão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais, ao promoverem discussões sobre gênero e darem voz a grupos marginalizados, desempenham um papel fundamental na conscientização e avanço da igualdade. Essas plataformas oferecem um ambiente para compartilhar experiências, construir comunidades e mobilizar apoio em prol dos direitos de gênero. Contudo, o aumento da violência digital e a perpetuação de estereótipos representam desafios que precisam ser enfrentados com a colaboração de políticas públicas, empresas de tecnologia e sociedade civil.

A análise reforça que as redes sociais têm grande potencial transformador, mas é fundamental que a liberdade de expressão seja equilibrada com medidas que protejam os direitos humanos e a dignidade de todos. A implementação de ferramentas de moderação e campanhas de educação digital são essenciais para que esses espaços continuem sendo inclusivos e seguros. Assim, a pesquisa contribui para o entendimento da dualidade das redes sociais: enquanto plataformas de empoderamento, elas também necessitam de regulamentação e vigilância para mitigar riscos à integridade dos usuários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos. *Moderação de conteúdo e transparência no ambiente digital: análise do Comitê de Revisão do Facebook*. Cadernos de Direito e Tecnologia, v. 8, n. 1, p. 110-126, 2022.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. (Original de 1949).

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: <https://is.gd/iNbVHi>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- BRUNS, M. A. T.; SANTOS, C. Diversidades sexuais, corpos e desejos em transformação. Revista da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro – SPTM, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 105-108, 2006.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- GARCIA-MORENO, Claudia et al. Violence against women. *Science*, v. 310, n. 5752, p. 1282-1283, 2006.
- HOOKS, Bell. *Feminism is for everybody: passionate politics*. Cambridge: South End Press, 2000.
- INSTITUTO MARIA DA PENHA. Violência de gênero no Brasil: estatísticas e análises. Fortaleza: IMP, 2019.
- MELO, Ana Patricia Vieira Chaves; SILVA, Lucas Gonçalves da. Legitimidade do controle discurso do ódio nas redes sociais no brasil. *Percurso*, v. 3, n. 34, p. 21 – 25 nov. 2020.
- NITRINI, Rodrigo Vidal. Liberdade de expressão nas redes sociais: o problema jurídico da remoção de conteúdo pelas plataformas. Belo Horizonte: Dialética, 2021.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Violência contra a mulher: dados e prevenção*. Genebra: OMS, 2012.
- SANTOS, Marco Aurélio Moura dos; SILVA, Mônica Tereza Mansur. Discurso do Ódio na Sociedade da Informação Preconceito, Discriminação e Racismo em Redes Sociais. In: XXII Congresso Nacional do CONPEDI/UNINOVE - São Paulo-SP, 2013. In: Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade. Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 82-99.
- SILVA, José; ALMEIDA, Maria; SANTOS, Pedro. Direitos humanos e as redes sociais: desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Direito Digital*, v. 3, n. 1, p. 45-58, 2011.
- SILVA, Rosane Leal da; BOLZAN, Luiza Quadros da Silveira. Discurso de ódio: liberdade de expressão ou violação dos direitos humanos? *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre*, v. especial, n. 35, p. 149-170, dez. 2016.
- SOBRAL, Luiz. A propagação de discursos de ódio nas redes sociais e a violência de gênero. *Revista de Estudos Sociais*, v. 5, n. 2, p. 234-250, 2019.

VILHENA, Marcelo. Liberdade de expressão e proteção da dignidade nas redes sociais. São Paulo: Atlas, 2022.

Nota: capítulo desenvolvido no ano de 2024, perante a Universidade Federal do Amazonas-UFAM, sendo orientado pelo professor co-autor.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Marília Maia Lincoln Barreira¹

Tamyres Soares de Souza²

INTRODUÇÃO

Com o processo de miscigenação no Brasil, muito se especulou sobre o país viver em uma democracia racial. Essa ideia foi amplamente popularizada por Freyre (2003) em seu livro *Casa Grande e Senzala*. De acordo com Fernandes (1972), Freyre propôs que a mistura entre as raças negras, indígenas e brancas anulariam o pensamento inferior e racista no país advindo de anos de exploração, entretanto, o autor acredita que essa ideia difundida por Freyre, não condiz com a história do racismo no Brasil, visto que este é um tipo de preconceito extremamente difundido e enraizado em nosso país, ou, como muito se diz, é um preconceito estrutural em nossa sociedade.

O estudo estatístico realizado pelo Poder Data, em 2021, concluiu que 79% dos brasileiros acreditam que existe racismo no Brasil, contudo, somente 39% dos brasileiros se consideram racistas (Poder 360, 2021). Segundo Almeida (2019, p. 32) “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, [...]. O racismo é estrutural”.

Partindo para a esfera subjetiva e cultural os autores Barreto, Caccarelli e Lobo (2017) observam que as simbolizações sociais em volta da população negra ainda são invisibilizadas e estereotipadas, apontando aos meios de comunicação, uma grande participação na construção de estereótipos racistas no imaginário brasileiro, ao relacionar tudo que remete a negritude e suas características fenotípicas à desvalorização, violência e subalternidade; em contraponto, apesar de apenas 34% dos brasileiros se

¹Doutora em Psicologia (UNIFOR). Professora (UNIFOR). CV: <https://lattes.cnpq.br/9057525649682383>

²Psicóloga Clínica (UNINASSAU). CV: <http://lattes.cnpq.br/2169430968866046>

considerarem racistas, a mídia reforça cada vez mais a cultura dominante mantendo o corpo branco sendo pautado como modelo ideal a ser desejado em todas as suas esferas.

Analisar essas informações é evidenciar como as dinâmicas de desigualdades socioeconômicas no Brasil vem se arrastando até a contemporaneidade, compondo-se de um fator recorrente – a raça - considerando, como o racismo ergueu nuances sociais mais intrínsecas e que hoje fazem parte das relações institucionais e estruturais na qual são responsáveis por possibilitar a emancipação dessa comunidade.

Veiga (2019) reitera que, mesmo intelectuais negros produzindo conhecimento, a psicologia ainda é uma categoria elitista, construída com bases em saberes coloniais, ignora as subjetividades e problemáticas sobre os traumas e consequências psicossociais do racismo na população negra do Brasil, resultando com “pacientes negros serem vítimas de racismo pelos profissionais que deveriam acolhê-los” (Veiga, 2019, p. 245).

Desta forma, a área da psicologia escolar também é afetada por essas questões, sendo indispensável à essa categoria avaliar a conduta profissional, visto que, nesse contexto para além das intervenções de ensino e aprendizagem, o propósito do psicólogo deve ser o de atuar junto ao corpo docente e discente como incentivador de reflexões críticas sobre comportamentos discriminatórios que se manifestam nesse cenário e que são resultados da culturais, podendo por meio disso, contribuir com a transformação dessas atitudes (Andaló, 1984).

A escola é um dos pilares primordiais para a construção do sujeito, o espaço escolar é um dos primeiros contatos que temos com o mundo depois da família. Nela é possível ensinar sobre a pluralidade cultural do nosso povo, repassar valores morais e éticos, desenvolver formadores de opiniões e popularizar o conhecimento (Moreira; Candau, 2003). É importante evidenciar também que a escola é um espaço de inter-relações onde nessas interações se criam vínculos ou conflitos, dessa forma, esse local acaba “revelando-se como um dos primeiros espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas” (Gomes, 2019, p. 77).

Em 09 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei 10.639/2003 que aborda a obrigatoriedade de se trabalhar a cultura africana e afro-brasileira nas escolas, essa ação afirmativa foi aplicada após muita dedicação

do Movimento Negro e tem o objetivo de restituir e desmistificar preconceitos enraizados oriundos desde o período escravista sobre a história dessa comunidade. Apesar disso, Silva (2016, p. 81) em sua pesquisa, reitera que não há recursos necessários e nem motivação para trabalhar essa temática nas escolas, consequentemente, na execução dessa lei “não temos professores suficientes nem com a formação necessária para ensinar os novos conteúdos de história e cultura afro-brasileiras”.

Nessa mesma perspectiva, Munanga (2005) descreve que o racismo na escola pode se apresentar de diversas maneiras, como por exemplo, na invisibilidade de personagens negros nos livros didáticos, na discriminação direta cometida por estudantes e funcionários, na construção da grade curricular que privilegia diretamente a cultura hegemônica e na falta de capacitação de professores e gestores diante do manejo a temáticas respectivas as relações étnicas raciais.

Conforme a cartilha *Os efeitos Psicossociais do Racismo* desenvolvida pelo Instituto Amma Psique e Negritude (2008) todos esses fatores negativos sobre o corpo negro, presentes na escola, geram estresse e prejudicam diretamente a saúde mental e o desempenho escolar de alunos negros, provocando a sensação de não pertencimento, baixo rendimento escolar, evasão precoce, baixa estima e ansiedade. Explorando também como a escassez de representações positivas agregam em um grande déficit na construção da autoimagem, abalando diretamente a identidade desse grupo.

Diante disso, a participação da psicologia no âmbito escolar tem um papel fundamental quando se trata de mudança, nossa práxis é a conscientização, e uma das suas atribuições é auxiliar o sujeito a superar a barreira alienante onde ele se encontra e propor a transformação de sua realidade (Patto, 1997; 2004).

Acredita-se que um profissional de psicologia que capta as necessidades reais do enfrentamento ao racismo será capaz de desenvolver um espaço mais dinâmico e promover saúde para todo o corpo escolar. Desta forma, ao instituir um ambiente que traga um diálogo positivo sobre raça, abandonaremos os estigmas que ainda persistem em nosso corpo social e possibilitaremos, através da educação, um olhar crítico sobre essas problemáticas.

Por fim, essas ponderações ajudarão a avaliar como a Psicologia Escolar poderá contribuir como um componente crucial no contexto

escolar no que diz respeito ao combate à discriminação racial, assumindo com isso, o compromisso de analisar nossas posições e escolhas como um reflexo de nossas relações e colaborar com o rompimento da manutenção do racismo estrutural ao traçar estratégias de promoção de saúde que poderá auxiliar alunos vítimas de racismo.

DESENVOLVIMENTO

O contexto histórico da negritude no Brasil se inicia há mais de 500 anos com a vinda dos colonizadores e a implantação do regime escravocrata. A mão de obra escrava em nosso país foi composta em sua maioria na exploração de negros e indígenas. Esse período teve seu fim após muito confronto da comunidade negra e grande pressão vinda de potências internacionais. Chegado ao século 19, iniciou-se a implantação de leis que introduziram o que mais tarde seria a Abolição da Escravatura (Gomes, 2019; Souza, 2008).

Retratar como as dinâmicas legais foram se estabelecendo na época é relevante para assimilarmos sobre os limites e avanços destinados a essa população. A primeira lei foi aplicada em 1850, nomeada de Lei de Eusebio de Queiroz, esta ação tinha o intuito de reprimir o tráfico de africanos escravizados no estado; em 28 de setembro de 1871 foi implantada a Lei N° 2.040 apresentada como Lei do Ventre Livre, que pressupunha liberdade a todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data, mais tarde, essa cláusula seria editada propondo a libertação dessas pessoas somente após a idade de 21 anos; 14 anos depois foi sancionada a Lei 3.270, nomeada Lei dos Sexagenários (1885) que concedia liberdade a todos os escravizados com idade superior a 65 anos, no entanto, a estimativa de vida de um sujeito escravizado na época era em torno de 25 anos, por fim, veio a Lei Aurea em 13 de maio de 1888, que objetivava abolir a escravidão do Brasil, esses pleitos, entretanto, foram promulgados de forma tardia, permanecendo o Brasil como o último país das Américas a aderir as leis abolicionistas (Bertúlio, 2002).

Souza (2008) explica que a abolição não foi suficiente para garantir que essas pessoas em situação de escravidão tivessem sua integridade e dignidade assegurada. A constituição não apontava nenhum suporte econômico e intelectual para que essas pessoas recém libertas pudessem ser inseridas adequadamente na sociedade, como resultado, essa população teve que

sobreviver na margem social, fazendo com que muitos ainda se mantivessem em situação exploratória. Já para Barbosa (2006) pontua que a dificuldade de acesso à educação e ao domínio de terras foi outro fator que trouxe prejuízo para o avanço desses indivíduos, destinando-os somente a subalternidade.

Com o pós-abolicionismo, medidas de reforço jurídico foram aplicadas a fim conter essa população que se deslocava do interior do país em busca de oportunidades, com isso surge o Decreto nº 847 em 11 de outubro de 1890 denominado, Lei dos Vadios e Capoeiras que propunha a prisão dos indivíduos que estivessem em situação de rua, sem trabalho ou comprovação legal de residência. Assim como, pessoas que estivessem jogando capoeira, herança e prática cultural trazida pelos africanos em diáspora no Brasil. A partir da década de 20 iniciou-se uma grande movimentação liderada pela elite médica brasileira com finalidade de estudar o que se decorria pela mistura de raças e traçar um refinamento biológico em nossa população, embasados por estudos antropológicos, biológicos e psicológicos, dessa manifestação surgiu o movimento eugenista, implementado no Brasil pelo médico Renato Kehl (Bertúlio, 2002).

Os estudos que lançavam a ideologia de branqueamento no Brasil influenciaram diretamente nas políticas imigratórias e no incentivo do fluxo de migração europeia no país, essas medidas, para as lideranças estatais, tornariam o país civilizado e evoluído culturalmente, “entre 1890 e 1914, mais de 1,5 milhão de europeus cruzariam o Atlântico rumo a São Paulo, com a maioria (63,6%) das passagens pagas pelo governo do Estado” (Andrews, 1998, p. 98).

Conforme Andrews (1998), as teses de branqueamento social começaram a ser repensadas a partir da década de 30, onde estabeleceram-se novas interpretações sobre o cenário racial brasileiro visando converter a nação em um grande modelo de harmonia entre as raças, despontava a partir de então, as concepções de democracia racial lideradas por Gilberto Freyre, em nosso país.

Essa atual ideologia, todavia, alcançou uma nova problemática, o apontamento da não existência de racismo no Brasil, desprezando dessa maneira, todos os anos de exploração, ideologia de embranquecimento, falta de suporte estatal, etnocentrismo e propagação de discursos racistas, logo, não houve um real debate sobre a necessidade de políticas de reparação as desigualdades sociais na qual a população negra e indígena havia sido deixada (Andrews, 1998).

Por fim, Almeida (2019) compreende que através dessas práticas institucionais é possível assimilar como essas medidas contribuíram na disseminação das condutas racistas e discriminatórias que permeiam o imaginário de nossa sociedade. Dificultando com isso, que a população negra no Brasil, desde a sua chegada, se estabelecesse socioeconomicamente, impelindo como consequência, a sua estabilidade no cenário atual. Esses fatos estão marcados na história da sociedade brasileira e precisam ser reputados para que possamos ruminar caminhos que tragam mudanças para a realidade dessas pessoas.

Os dados apresentados sobre as condições atuais em que a população negra se encontra sinalizam que estes sujeitos estão entre os mais afetados pela desigualdade social no país, esse fato tem reflexo direto da negligência histórica e contínua do estado. Neste contexto, a comunidade negra é igualmente negligenciada no acesso aos serviços de saúde, dentre as barreiras presentes estão a má distribuição de ações integrativas que estimulem o acesso dessa população e o tratamento discriminação advinda dos profissionais dessa instituição (Silva; *et al*, 2020).

Correspondentemente, um ponto chave que contribui para o sofrimento psicológico dessa população são os legados herdados pelas teorias de embranquecimento implantadas no imaginário brasileiro. Essas ideologias atingem intimamente a percepção social e a construção identitária desses sujeitos que atravessados pela cultura hegemônica, tem como referência desde sua concepção que as características reconhecidas positivamente são as do ideal branco-europeu e que atributos fora desse padrão são subjugados e marginalizados, portanto, é como se esse sujeito vivesse em sofrimento dentro do próprio corpo (Gomes, 2019).

Souza (2008), sustenta que dinâmica de ser negro no Brasil passa por um processo de silenciamento e invisibilidade, ao ser impedido de acessar e valorizar a própria história, o racismo internalizado faz com que se conhecer e se autodeclarar negro converta-se em uma descoberta, uma vez que o primeiro sintoma de uma tentativa de aceitação hegemônica encontra-se na negação de sua cor.

Ciente disso, é determinante conjecturar que tais condições invocam violentos impactos psicológico nessa população, que ao se ver diante de tantas micro agressões cotidianas, situações subumanas e desamparo, vivenciam constantemente a sensação de desencaixe social, inferioridade, estresse e traumas em seu psicológico (Faro; Pereira, 2011).

Essas questões podem ter origem a partir da infância, quando uma criança negra começa a distinguir sobretudo, o tratamento entre ela e uma criança não negra; ao notar a omissão diante aos ataques direcionados a sua aparência e ao perceber a falta de representação nos espaços em que frequenta, a sua identidade vai sendo desorganizada (Gomes, 2019).

É importante classificar como as relações raciais construídas em nosso país influenciam no bem-estar psíquico dessa população, de modo a chamar atenção principalmente em como as práticas racistas colocam esse sujeito em um lugar desumanizado. As subjetividades negras precisam ser valorizadas e pautadas com criticidade, para que suas necessidades possam ser convertidas em políticas de saúde que proporcionem um tratamento mais equalitário e não discriminatório (Silva, 2016).

Mediante o exposto, as reflexões aqui colocadas se deram a partir da realidade de um estágio em Psicologia Escolar em uma escola particular de médio porte localizada no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza, CE. A demanda para esta intervenção surgiu durante um projeto de conscientização sobre *bullying* em que se presenciou a fala de um aluno de pele negra que relatava ter sido atacado com comentários negativos sobre a sua aparência e sua cor. A partir deste relato, observou-se a necessidade de uma ação inequívoca sobre o debate racial. Logo, essa questão foi discutida com a profissional responsável pelo setor de Psicologia da escola e em seguida, a pesquisadora teve oportunidade de ter conversas pontuais com o aluno, podendo conhecê-lo e obter mais informações sobre o acontecido. Com base nesse diálogo, emergiu a ação nomeada: *Vamos falar de negritude?* realizada somente uma vez, para a turma do 6º ano do Fundamental, em que o estudante estava matriculado.

Demandas de racismo são complexas e uma das causas do distanciamento das discussões sobre raça, é resultado da hegemonia europeia que é engendrada em nossas interações sociais, que contribui com o pensamento depreciativo em que a comunidade escolar atribuir a um aluno negro, não considerando a relevância da representação racial de sua história e a psicologia sendo uma profissão que possui um viés transformador perante ao comportamento humano deve em sua atuação escolar estar ciente sobre a camadas desde problema social.

Com a oportunidade de aprofundar a demanda com o aluno vítima de racismo, foi notável perceber como toda a situação de discriminação

lhe trazia sofrimento; ao ser questionado sobre sua imagem ele proferiu que não gostava de seu cabelo e usava blusa de capuz para escondê-lo. Indagado se gostava do tom de sua pele, o estudante demonstrou desinteresse diante da pergunta, no entanto, declarou que preferia ter nascido fenotipicamente branco como pai. Mediante essa atitude foi perceptível assimilar como o racismo está inconscientemente dificultando percepção e valorização que o discente tem de si mesmo.

A formação de uma identidade saudável é estabelecida através do olhar do outro, permitindo que possamos nos reconhecer como parte de um lugar e a partir desse sentimento de pertença eu amplio o olhar sobre mim.

Gomes (2019) percebe a identidade como um fator importante no desenvolvimento do indivíduo, pois ela traz consigo uma sensação de pertencimento de grupo, portanto, a escola como facilitador de acesso ao conhecimento, tem como papel essencial no desenvolvimento dessa identidade, principalmente, quando se trata de uma criança negra.

Analisar a perspectiva sócio-histórica onde esse indivíduo foi condicionado a negação de sua identidade, traz não só para a psicologia escolar como para psicologia de modo geral uma reflexão fundamental sobre como a submissão às situações de desvalor podem causar marcas profundas e irremediáveis na psique de um aluno negro. Dessa forma podemos citar como consequências somáticas, a depressão, a ansiedade e autodepreciação (Silva, 2016).

No dia referente a aplicação da intervenção, foi possível notar a discrepância entre alunos brancos e negros, ao todo somava-se 5 alunos negros em uma turma de 40 alunos, essa observação nos convida a considerar ainda mais sobre a relevância de debater e discutir assuntos referente a raça, posto que, trabalhar essa temática não se faz necessária somente para negros, mas sobretudo, para não-negros, que por estarem implicados em um estado que demarca suas desigualdades pela cor, poderá reproduz violências que trazem prejuízos na psique de uma pessoa negra e contribui para a manutenção da desigualdade social no país (Munanga, 2005).

Durante a intervenção foi interessante ver forma como os alunos interagiam a respeito da temática, logo no início da apresentação do slide, a frase “não somos descendentes de escravos, somos descendentes de reis e rainhas” em conjunto com as imagens que representavam o Rei africano

Mansa Mussa e a Rainha Nefertiti, introduziu o debate sobre representatividade. Ao serem questionados sobre a existência de reis e rainhas negros a negação da turma foi unânime, este foi momento importante para elucidar ideias relacionadas a cultura africana, ao apresentar informações sobre o impacto da cultura negra em nosso cotidiano. Conteúdos sobre a culinária, esporte, músicas, cultura pop e contribuições científicas permitiram desconstruir a imagem de escravo e submisso onde negro é veiculado dentro dos livros de história. Além disso, notou-se que as ideias em torno do continente africano eram banhadas de estereótipos, muitos viam a África como um lugar de miséria e fome, essa percepção é comumente propagada em nossa sociedade e ter a oportunidade de quebrar esses preconceitos denotando a riqueza histórica desse continente facilitou ampliar a admiração, o respeito cultural e social entre os educandos.

Outro importante tópico levantado na discussão foi o porquê de a maior parte das modelos de revistas serem brancas; ao propor que a turma respondesse, um aluno branco relatou nunca ter pensado nessa situação, assim, foi possível revelar como essas relações de poder são naturalizadas em nossas interações sociais, nos conduzindo muitas vezes para um pensamento de rejeição sobre o outro e sobre a nós mesmos.

Com as informações apresentadas, os alunos conseguiram refletir sobre a representatividade, movimento social, padrão de beleza e cultura negra. Os resultados dessa atividade já puderam ser percebidos logo na primeira semana com os professores e a coordenadora pedagógica afirmando uma melhora na interação do aluno que relatou o racismo, um tempo depois, a criança também deixou de usar o capuz para se esconder e relatou que estava deixando o cabelo crescer, transparecendo uma melhora em sua autoestima. Com os demais alunos, notou-se uma sensibilidade maior em relação ao debate racial, questionamentos sobre o porquê da maioria do corpo escolar ser branco ou o porquê de pessoas negras sempre estarem em posições subalternizadas foram trazidas durante as aulas de outros professores, nesta situação, observou-se pouco manejo dos docentes em trabalhar esses questionamentos, carecendo desta forma, uma ação que se estenda para toda comunidade escolar.

O contexto educacional é um espaço heterogêneo e que abrange diversas esferas sociais, nesse local percorre-se questões relacionadas a raça, sexualidade, gênero, deficiência e classe social, contudo, se pensarmos

nos modos interseccionais nos quais esses sujeitos se encontram, algumas vivências se apresentaram de maneiras distintas. Desta forma a práxis crítica e profissional do psicólogo escolar deverá ter preparo técnico para atender essas especificidades (Oltramari; Feitosa; Gesser, 2014).

É relevante frisar que tais condutas adotadas pelo profissional dentro do espaço escolar devem estar de acordo com a LEI Nº 7.716 que criminaliza práticas de racismo, a Lei Nº 10.639 que fundamenta o indispensável trabalho da cultura e história africana e afro-brasileira nas escolas. Por esse motivo, é importante traçar novas estratégias que contribuam na construção da identidade desse sujeito afetado pelo racismo, e a escola como sendo um espaço de formação social é o lugar ideal para o investimento de um plano voltado para uma educação positiva historicamente sobre o lugar da população negra.

Em parceria como o profissional de Psicologia Escolar, pode-se pensar em uma atuação educacional voltada à promoção do respeito à cidadania, com a responsabilidade de formar sujeitos éticos, proporcionando naquele espaço reflexões sobre aceitação, empatia e diversidade que conscientizem aqueles ali presentes. Assim, a escola cumprirá o seu papel de globalizar informações ao aplicar os saberes afro diaspóricos e de povos nativos não somente pelo seu compromisso legal, mas de forma a preservar a multiplicidade que existe na infância e no universo escolar, tornando pessoas emancipadas para criar seus pensamentos sobre as outras, estimulando a diversidade e podendo assim trabalhar as questões raciais de forma construtiva para assim criar um espaço democrático e saudável para os seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou vivenciar de forma profunda como o Psicólogo Escolar, através de uma conduta antirracista, tende a impulsionar alunos negros positivamente, podendo auxiliar na sua construção da identidade tornando-os autônomos e confiantes em seu ambiente escolar. Com a realização dessa atividade, tive a oportunidade de ampliar meus conhecimentos acadêmicos sobre a atuação da Psicologia Escolar, explorando informações e conteúdos carregados de riqueza histórico-cultural que infelizmente ainda é cercado por injustiças, sofrimento psíquico e violação de direitos.

A psicologia comprometida com o antirracismo pode atuar no resgate do (re)conhecimento e da (re)construção da identidade de alunos que sofrem racismo ao viabilizar o acesso a informações instrutivas que atingem diretamente a saúde mental e autoestima deles. É um dever como profissional de Psicologia ter como função, contribuir para o entendimento e a compreensão desse sujeito, podendo através da história traçar caminhos melhores para o futuro, bem como proporcionar saúde nas suas relações sociais.

Todavia, no que se discute psicologia e racismo, a acadêmica quando deixa de trazer o debate racial faz com que psicólogos, principalmente brancos não desenvolvam o recorte técnico necessário para atender esse contexto, dificultando o entendimento e seriedade do dano que o racismo pode causar. A psicologia é um grande pilar no enfrentamento ao racismo, não só no corpo escolar, mas em todas as suas áreas de atuação, levando através dessas atividades o comprometimento social, saúde, bem-estar, autonomia do ser humano e o resultante entendimento das pessoas para o melhor enfrentamento de suas realidades.

Por fim, relevância desse capítulo não impacta somente acadêmicos de psicologia, mas, toda sociedade, pois, permite uma reflexão a acerca das representações do racismo e suas repercussões, evidenciando com isso, a necessidade de dialogar sobre a temática não somente na escola mais igualmente em outros contextos, uma vez que, tais assuntos estão presentes no cotidiano dessas crianças e adolescentes, enfatizando sobretudo, como a nossa profissão pode atuar em sua prática como um facilitador de mudança ao firmar o seu comprometimento social no combate ao racismo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo, SP: Pólen Produção Editorial, 2019.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- BARRETO, Robenilson; CECCARELLI, Paulo Roberto; LOBO, Warlington Luz. O Negro e a Mídia: novas possibilidades de referências identificatórias nas redes sociais. *Conversas transversalizantes entre Psicologia Política, Social-Comunitária e Institucional com os campos da educação, saúde e direitos*, v. 7, p. 709-718, 1983. Disponível em: <https://is.gd/eWiHls>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BERTÚLIO, D.L.L. Direito e relações raciais: estratégias jurídicas de combate ao racismo no Brasil, reflexões. In: DORA, D.D. (Org.). *Direito e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos psicológicos* (Natal), v. 16, n. 3, p. 271-278, set.-dez. 2011.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

INSTITUTO AMMA Psique e Negritude. *Os efeitos psicossociais do racismo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 156-168, 2003. Disponível em: <https://is.gd/Wz05nd>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: UNESCO, 2005.

PATTO, M. H. S. (Org.). *Introdução à psicologia escolar*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

OLTRAMARI, Leandro Castro; FEITOSA, Ligia Rocha Cavalcante; GESSER, Marivete. *Psicologia Escolar e Educacional: processos educacionais e debates contemporâneos*. Florianópolis: Edição do Bosque, 2020.

PODER 360. 79% acham que há racismo no Brasil, mas só 39% se consideram preconceituosos. 2021. Disponível em: <https://is.gd/3okhdv>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SILVA, Nelma Nunes da; et al. Access of the black population to health services: integrative review. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0834>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVA, Wilson Honório da. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil Africano*. São Paulo: Ática, 2008.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, n. SPE, p. 244-248, 2019. Disponível em: <https://is.gd/1lkrxL>. Acesso em: 12 nov. 2021.

COMPORTAMENTOS DE AUTOLESÃO E NORMATIVIDADE DE GÊNERO: REVISÃO INTEGRATIVA

Michelle Luiza de Rosso¹
Elis Maria Teixeira Palma Priotto²

INTRODUÇÃO

A autolesão é a ação deliberada de causar danos ao próprio corpo, podendo ocorrer com ou sem intenção suicida. Esse comportamento, associado a prejuízos psicológicos e físicos, tem se tornado uma preocupação crescente em termos de saúde pública (Moreira et al., 2020; Bahia et al., 2018). Embora possa surgir em várias fases da vida, sua prevalência é maior na adolescência, frequentemente ligada a fatores sociais como conflitos familiares e eventos adversos (Moraes et al., 2020). Além disso, evidências apontam para a influência significativa de gênero e sexualidade, com uma maior incidência entre mulheres cisgênero e pessoas LGBTQIAPN+, especialmente pessoas transgêneras, com uma taxa de autolesão 30% a 50% maior do que entre seus pares cisheterossexuais (Batejan, Jarvi, Swenson, 2015; Williams et al., 2023).

Estudos têm mostrado que minorias sexuais e de gênero enfrentam riscos elevados de distúrbios psicológicos em comparação com pessoas cisheterossexuais, com destaque para o aumento do risco de autolesão e suicídio (Jadva et al., 2023; Williams et al., 2023). Apesar disso, ainda há lacunas no conhecimento sobre os fatores que contribuem para esse risco, especialmente no contexto da autolesão. A maioria das pesquisas foca nas experiências de pessoas cisgêneras, negligenciando as vivências de pessoas trans e o papel da cisnormatividade como um fator de violência (Liu et al., 2019).

A cisnormatividade é um sistema de normas que impõe uma divisão rígida entre os gêneros, associando a identidade de gênero ao sexo atribuído ao nascimento com base na anatomia genital. A cisnormatividade

¹ Mestranda em Ensino (UNIOESTE). CV: <http://lattes.cnpq.br/3045166550692189>

² Doutora em Ciências (USP). Professora (UNIOESTE). CV: <http://lattes.cnpq.br/7380387808307862>

naturaliza a ideia de que uma pessoa deve se conformar ao gênero que lhe foi designado ao nascer. Por outro lado, pessoas transgêneras adotam uma identidade de gênero diferente ou complementar àquela atribuída ao nascimento.

Sob essa ótica, compreendemos o gênero como uma construção social, formada ao longo do tempo por meio da repetição de gestos, movimentos e expectativas sociais (Cidade, 2016; Butler, 2017). Pessoas que desafiam a masculinidade hegemônica e o sistema sexo-gênero-desejo enfrentam violência social e mecanismos de correção de comportamentos desviantes. Isso aumenta suas vulnerabilidades psicológicas e físicas, especialmente para mulheres cis e pessoas trans. As identidades são construídas em relação a uma hegemonia opressiva, representada pelo homem branco cisgênero, perpetuando dinâmicas de dominação e desigualdade de gênero (Baére; Zanello, 2020).

Efetivamente, as discrepâncias nos desfechos de saúde entre as pessoas, com base em sua identidade de gênero, têm recebido uma crescente atenção nos últimos anos; os pensamentos e comportamentos de autolesão, não escapam a essa observação (Batejan; Jarvi; Swenson, 2015). No entanto, vários aspectos fundamentais da autolesão em populações de minorias de gênero, e sob uma lente crítica das identidades de gênero (trans e cis), permanecem notavelmente indeterminadas, especialmente no contexto latinoamericano.

MÉTODO

A pesquisa é uma revisão integrativa qualitativa da literatura, baseada nas seis etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2012): definição do tema e da questão de pesquisa; Critérios de elegibilidade; Coleta de informações; Avaliação dos estudos; Interpretação dos resultados e apresentação da revisão. O objetivo de uma revisão é sintetizar estudos sobre uma problemática específica de forma sistemática e organizada (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

A revisão integrativa foi norteadada pela pergunta: Como a literatura científica descreve a relação entre identidades de gênero e a manifestação de comportamentos de autolesão? Os critérios de elegibilidade foram definidos como, periódicos originais, completos, de acesso aberto, revisados

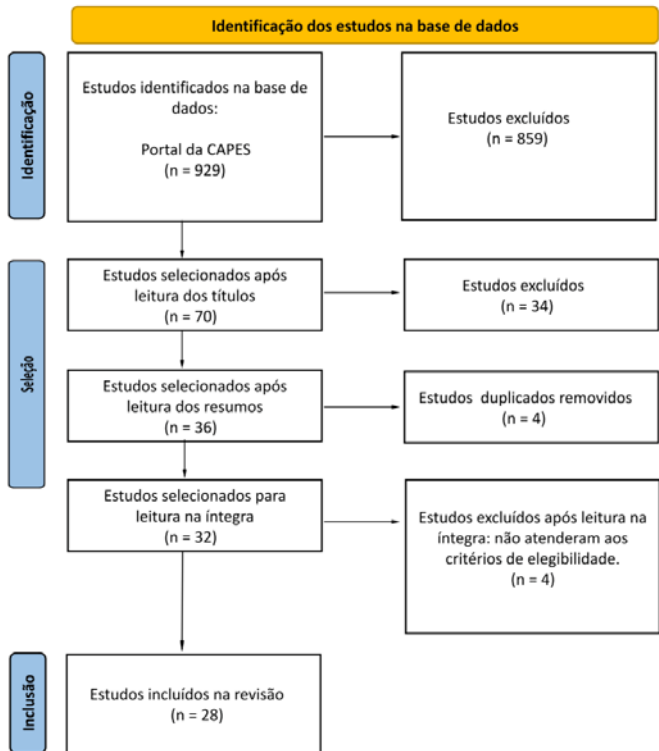
por pares e publicados em português, inglês ou espanhol, no período de 2013 a 2023, que apresentassem uma análise das questões relacionadas as identidades de gênero no surgimento de comportamentos de autolesão. Foram excluídos estudos de caso, teses, dissertações, manuais, capítulos de livros e estudos de revisão da literatura.

A busca bibliográfica foi realizada entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024, utilizando a base de dados *online* Portal da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A busca por artigos foi fundamentada na combinação dos descritores disponíveis na lista de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e nos termos MeSH (*Medical Subject Headings*). A chave de busca adotada para a seleção dos estudos foi combinada ao operador booleano: “*gender*” AND “*self harm*”.

A seleção foi realizada em três etapas: análise dos títulos, avaliação dos resumos e leitura completa dos artigos selecionados, utilizando uma planilha do *Microsoft Excel* para gerenciamento dos resultados no processo de busca manual dos estudos. Essas etapas foram realizadas por dois avaliadores independentes, cuja participação voluntária foi solicitada, e que possuíam domínio na temática e no método em questão. Foi empregada uma análise descritiva dos textos, fundamentada nas definições e conceitos delineados na introdução sobre comportamentos de autolesão, considerando a abordagem de uma análise sobre questões de gênero e sobre as normas que moldam essas percepções e construções, como proposto por Butler (2017).

Foram identificados um total de 929 artigos, sendo 909 em inglês, 14 em espanhol e 6 em português. Após a triagem inicial, verificou-se que 859 estudos não atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos, resultando em um corpus inicial de 70 artigos analisados pelos títulos. Desses, 4 artigos selecionados estavam duplicados. Posteriormente, durante a avaliação dos resumos, 34 artigos não se adequaram aos critérios de elegibilidade estabelecidos. Após a leitura dos textos na íntegra, elaboração e interpretação dos resultados, foram excluídos outros 4 estudos que não atenderam à pergunta da pesquisa. Como resultado, a amostra final totalizou 28 artigos. Todos os artigos selecionados foram publicados em língua inglesa. Conforme descrito na **Figura 1**.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos



Fonte: Elaboração das autoras adaptado via *PRISMA FLOW* (2024).

Visando o objetivo de fornecer uma contextualização mais completa, foi desenvolvido um quadro contemplando informações essenciais dos estudos selecionados, apresentado de forma detalhada na seção de desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO

Dos 28 artigos incluídos nessa revisão integrativa, 17 são quantitativos, 3 qualitativos e 8 estudos com método misto. O espectro temporal das publicações encontradas abrangeu o período de 2014 a 2023, com a maioria delas concentrada nos últimos cinco anos (2019-2023). Em relação à abordagem da identidade de gênero nos artigos, observou-se que, dos 6 publicados nos anos de 2014, 2017 e 2018, apenas 2 trataram das identidades

transgênero e não conformidades de gênero, sendo 1 deles em 2017 e 1 em 2018. No ano de 2014, somente 1 artigo foi publicado abordando a relação entre gênero e autolesão, por uma perspectiva ciscentrada, destacando a maior suscetibilidade de mulheres cis no desenvolvimento de comportamentos de autolesão. Até 2017, não foram encontradas publicações sobre o tema, no respectivo ano, 2 artigos foram publicados abordando identidade de gênero e autolesão, 1 deles adotou uma perspectiva binária. No período de 2018 a 2022, foram publicados 16 artigos sobre o tema, com variação de 3 a 4 publicações anuais. Destes, 6 adotaram uma perspectiva de gênero binário, enquanto 10 consideraram dissidentes de gênero. O ano de 2023 registrou o maior número de publicações sobre a temática, com 9 artigos, destes, 6 abordam a relação entre autolesão e gêneros dissidentes. No total, 17 artigos abordaram identidades de gênero diversas, enquanto 11 estudos adotaram uma perspectiva de gênero binária e excludente.

Os dados revelam um crescimento significativo no interesse pela temática ao longo do período analisado, o que destaca a importância crescente atribuída aos fenômenos de autolesão e uma tendência emergente na consideração da pluralidade das identidades de gênero. Os artigos analisados foram codificados e numerados em cada grupo e descritos no Quadro 1, em ordem crescente de ano de publicação, visando facilitar a discussão.

Quadro 1. Publicações analisadas segundo grupos populacionais, ano de publicação, autores e principais resultados.

Nº	Título do Artigo	Tipo de estudo/País/ Autores/Ano	Principais Resultados
1	Injured Body's Encounter with Cultural Discourses	Qualitativo Noruega (Fjellida-Soelber, 2014)	O estudo foi realizado com 12 mulheres jovens, explorando o impacto das expectativas culturais sobre a aparência e o comportamento delas no desenvolvimento de comportamentos de autolesão, ressaltando a pressão para se enquadrar a um ideal de feminilidade, a síndrome da "boa menina" e a automutilação como uma maneira de escapar ou desafiar tais expectativas.
2	A gender-specific analysis of suicide methods in deliberate self-harm	Quantitativo Índia (Kumar <i>et al.</i> , 2017)	O estudo constatou que, na Índia, as diferenças de gênero entre as pessoas que tentam autolesão são menos pronunciadas em comparação com outros países. A maioria das tentativas de suicídio ocorreu em indivíduos de 11 a 40 anos, com maior prevalência entre mulheres. Não houve diferenças significativas entre os gêneros em outras características sociodemográficas.

Nº	Título do Artigo	Tipo de estudo/País/ Autores/Ano	Principais Resultados
3	Mental Health Disparities Among Canadian Transgender Youth	Quantitativo Canadá (Veale <i>et al.</i> , 2017)	O estudo analisou 923 jovens transgênero e revelou que esse grupo enfrenta maior risco de sofrimento psicológico, autolesão, episódios depressivos graves e pensamentos suicidas. Cerca de 65% das pessoas trans entre 14 e 18 anos consideraram seriamente o suicídio no ano anterior, enquanto apenas um quarto relatou boa ou excelente saúde mental. Meninos/homens trans e jovens não binários eram mais propensos à automutilação.
4	Attention-deficit hyperactivity disorder and nonsuicidal self-injury in a clinical sample of adolescents: the role of comorbidities and gender	Quantitativo Hungria (Balázs <i>et al.</i> , 2018)	A amostra do estudo incluiu 202 adolescentes psiquiátricos internados, 103 (51%) meninas e 99 (49%) meninos. Entre os adolescentes diagnosticados com TDAH, uma parcela significativa estava envolvida em autolesão, sendo essa prevalência mais alta entre as meninas do que entre os meninos.
5	The Association Between Masculinity and Nonsuicidal Self-Injury	Quantitativo Estados Unidos (Green <i>et al.</i> , 2018)	Estudo com 912 adultos. Não foram observadas diferenças de gênero na prevalência de autolesão crônica nesta amostra, que era predominantemente composta por participantes brancos e heterossexuais. Cerca de 25,1% dos participantes estavam envolvidos em autolesão crônica, com taxas semelhantes entre homens (24,9%) e mulheres (25,4%). A adesão às normas de gênero masculino foi identificada como um preditor significativo de autolesão, sugerindo que a masculinidade pode influenciar os métodos específicos utilizados por alguns homens.
6	Risk and Protective Factors for Self-Harm in a Population-Based Sample of Transgender Youth	Quantitativo Estados Unidos (Taliaferro, McMorris & Eisenberg, 2018)	A amostra final incluiu 1.635 alunos trans e não conformes de gênero. Mais da metade (51,6%) desses adolescentes relataram ter se autolesionado no ano anterior. Os fatores que distinguiram consistentemente os jovens trans e não conformes de gênero que relataram autolesão, daqueles que não relataram, incluíram problemas de saúde mental, depressão, fugas de casa e uso de substâncias, como álcool ou cannabis.
7	Prognoses after self-harm in youth: exploring the gender factor	Quantitativo Suécia (Beckma <i>et al.</i> , 2019)	Houve interações significativas entre gênero e estado civil, paternidade, apoio ao desemprego e mortalidade, indicando que a autolesão afeta homens mais do que mulheres, em questões como desemprego e situação familiar. No entanto, não houve diferença de gênero no impacto da autolesão e no risco de suicídio, ressaltando a importância de considerar o risco de suicídio em mulheres jovens que se autolesionam.
8	Family, School, and Peer Support Are Associated with Rates of Violence Victimization and Self-Harm Among Gender Minority and Cisgender Youth	Quantitativo México (Ross-Reed <i>et al.</i> , 2019)	Os estudantes identificados como gênero diverso experimentaram taxas mais altas de violência e autolesão, além de níveis mais baixos de apoio em comparação com jovens cisgêneros. Entre os estudantes, o apoio familiar foi associado a menores chances de violência sexual e autolesão, enquanto o apoio escolar foi associado a menores chances de violência no namoro e autolesão. Observaram-se interações significativas entre gênero, violência e apoio.
9	Connections that moderate risk of non-suicidal self-injury among transgender and gender non-conforming youth	Quantitativo Estados Unidos (Taliaferro <i>et al.</i> , 2019)	O estudo analisou a relação entre conexões sociais e autolesão em jovens trans/não conformes de gênero. Descobriu-se que aproximadamente 55% dos estudantes não conformes de gênero estavam envolvidos em autolesão, com 40% relatando autolesão repetitiva. Conexões pró-sociais com pais e adultos não parentais, bem como segurança escolar, surgiram como fatores de proteção significativos.
10	Gender differences in self-harm and drinking behaviors among high school students in Beijing, China	Quantitativo China (Li <i>et al.</i> , 2020)	A prevalência de autolesão foi de 13,7%, sem diferença significativa de gênero. Houve uma diminuição na autolesão entre meninas com o aumento da idade. A autolesão foi associada ao consumo de álcool em meninos e meninas. Entre estudantes do ensino médio, o consumo de álcool esteve significativamente associado à autolesão, especialmente em meninas.

Nº	Título do Artigo	Tipo de estudo/País/ Autores/Ano	Principais Resultados
11	Comparison of suicide risk and other outcomes among boys and girls who self-harm	Quantitativo Suécia (Ohlís <i>et al.</i> , 2020)	O estudo investigou os resultados adversos em homens e mulheres que buscaram cuidados de saúde mental após autolesão na adolescência. Descobriu-se que ambos os sexos expostos à autolesão antes dos 18 anos tinham perfis de risco semelhantes para problemas como uso indevido de álcool e drogas, atendimento psiquiátrico subsequente, criminalidade e suicídio. A associação entre autolesão e suicídio foi observada em ambos os sexos. Embora as mulheres relatem mais autolesão, os homens também enfrentam riscos e tendem a procurar menos serviços de saúde e apoio.
12	Prevalence of self-harm among lesbian, gay, bisexual, and transgender adolescents: a comparison of personal and social adversity with a heterosexual sample in Ghana	Método misto Ghana (Quarshiee Waterman & House, 2020)	O estudo envolveu 444 adolescentes, 74 eram LGBT e 370 heterossexuais. A prevalência de autolesão foi maior entre os adolescentes LGBT (47%) em comparação com os heterossexuais (23%). No último ano, os adolescentes LGBT também relataram taxas mais altas de autolesão (45% vs. 18%). Além disso, os adolescentes LGBT enfrentaram mais adversidades sociais e relataram maior uso de álcool e outras substâncias, embora não apresentassem mais dificuldades em fazer amizades ou problemas escolares em comparação com os cisheterossexuais.
13	Predicting self-harm in an ethnically diverse sample of lesbian, gay and bisexual people in the United Kingdom	Qualitativo Reino Unido (Rehman, Lopes & Jaspal, 2020)	O estudo analisou uma amostra de 289 indivíduos e encontrou associações entre autolesão e características como gênero, orientação sexual e situação socioeconômica. Descobriu-se que mulheres lésbicas, pessoas com menor renda e mais jovens, tinham maior probabilidade de se autolesionar. Além disso, aqueles que se autolesionavam mostraram níveis mais altos de discriminação, vitimização, homofobia internalizada e sintomas depressivos.
14	Suicidality, self-harm, and their correlates among transgender and cisgender people living in Aotearoa/New Zealand or Australia	Quantitativo Nova Zelândia e Austrália (Treharne <i>et al.</i> , 2020)	O estudo com 700 adultos constatou que ideação suicida, tentativas de suicídio e autolesão ao longo da vida foram mais prevalentes entre participantes trans. A discriminação esteve associada a tentativas de suicídio e autolesão ao longo da vida. Os participantes cis mais jovens eram mais propensos a relatar autolesão ao longo da vida. A ideação suicida recente foi associada a menor apoio social entre os participantes transgêneros e menor resiliência entre os participantes cisgêneros.
15	Psychopathological symptom network structure in transgender and genderqueer youth reporting parental psychological abuse: a network analysis	Método misto China (Wan <i>et al.</i> , 2021)	Mulheres trans exibiram as taxas mais elevadas de depressão e ansiedade em comparação com homens trans e queer. Além disso, elas relataram maior risco de suicídio, autolesão, abuso psicológico parental, transtorno depressivo maior e ansiedade grave. Participantes que relataram abuso psicológico parental demonstraram maior incidência de depressão, ansiedade, risco de suicídio e autolesão, juntamente com baixa autoestima, especialmente entre homens e mulheres transgêneros.
16	The impact of the first three months of the COVID-19 pandemic on the Australian trans community	Método misto Austrália (Zwickl <i>et al.</i> , 2021)	O estudo, envolvendo 1019 participantes trans, revelou que 49% relataram pensamentos de autolesão ou suicídio. Esses pensamentos foram mais comuns entre aqueles que enfrentaram cancelamento ou adiamento de cirurgia de afirmação de gênero, experimentaram dificuldades financeiras ou se sentiram inseguras/as/es ou com medo em suas residências. As taxas de depressão clinicamente significativa e pensamentos de autolesão ou suicídio são consideravelmente maiores em pessoas trans do que na população em geral.
17	Hospitalization for Suicide Attempt and Self-Harm Among Youth Diagnosed with Gender Dysphoria	Método misto Estados Unidos (Apple <i>et al.</i> , 2022)	Jovens hospitalizados com diagnóstico relacionado à disforia de gênero têm uma prevalência significativamente maior de tentativa de suicídio e autolesão. Enquanto a prevalência de ideação suicida e tentativa de suicídio em toda a coorte foi de 2%, entre os jovens com disforia de gênero foi de 35,3%. Ao expandir a definição para incluir autolesão e tentativa de suicídio, a prevalência aumentou para 44,1%.
18	Suicidal and nonsuicidal self-harming thoughts and behaviors in clinically referred children and adolescents with gender dysphoria	Método misto Alemanha (Hartig <i>et al.</i> , 2022)	Crianças e adolescentes diagnosticados com disforia de gênero, especialmente aqueles que estão passando pela puberdade e identificados como do "sexo feminino" ao nascer, estão em alto risco de apresentar comportamento suicida e autolesão. Analisando os autorrelatos dos adolescentes, descobriu-se que 19% relataram frequentes comportamentos de autolesão e 26% relataram esses comportamentos às vezes (totalizando 45%).

Nº	Título do Artigo	Tipo de estudo/País/ Autores/Ano	Principais Resultados
19	Prevalence and Correlates of Suicidal Ideation and Deliberate Self-harm in Canadian Adolescents During the Coronavirus Disease 2019 Pandemic	Método misto Canadá (Turner <i>et al.</i> , 2022)	A pesquisa envolveu 809 adolescentes. Constatou-se que 44% dos participantes relataram ideação suicida desde o início da pandemia e 32% envolvimento com autolesão. Esses comportamentos foram mais prevalentes entre jovens que se identificaram como trans, não binários ou fluídos de gênero, não residiam com ambos os pais e relataram preocupações psiquiátricas ou uso frequente de cannabis.
20	The impact of gender and age on bullying role, self-harm and suicide: Evidence from a cohort study of Australian children	Quantitativo. Austrália (Ahmad <i>et al.</i> , 2023)	Mulheres apresentaram o maior risco em todas as categorias de comportamentos relacionados à autolesão e ao suicídio. As mulheres relataram uma probabilidade 24 vezes maior de tentativa de autolesão e 18 vezes maior de ideação de autolesão em comparação com os homens.
21	Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer, Intersex, Asexual, and Other Minoritized Gender and Sexual Identities-Adapted Telehealth Intensive Outpatient Program for Youth and Young Adults: Subgroup Analysis of Acuity and Improvement Following Treatment	Método misto. Estados Unidos (Berry <i>et al.</i> , 2023)	Dos 878 participantes, 62,8% foram identificados como LGBTQIA+. Os resultados indicaram que os pacientes LGBTQIA+ apresentavam sintomas mais graves de depressão, autolesão e ideação suicida. Dentro da amostra LGBTQIA+, não binários mostraram uma maior prevalência de autolesão em comparação com pessoas binárias, enquanto pessoa trans apresentavam pontuações de depressão significativamente mais altas.
22	The Mediating Role of Emotion Regulation on Self-harm among Genderidentity and Sexual Orientation Minority (LGBTQ+) Individuals	Método misto Reino Unido (Kapatais, Williams & Townsend, 2023)	Participantes de minorias de identidade de gênero e orientação sexual relataram maiores desafios na regulação emocional e tinham quase 7 vezes mais probabilidade de se autolesionar do que os não-LGBTQ+. Ser parte da comunidade LGBTQ+ foi correlacionado com uma frequência aumentada de autolesão, mesmo após ajustes para idade, renda e dificuldades na regulação emocional.
23	Predictors of self-harm and suicide in LGBT youth: The role of gender, socio-economic status, bullying and school experience.	Quantitativo Reino Unido (Jadva <i>et al.</i> , 2023)	O estudo revelou altas taxas de problemas de saúde mental entre jovens LGBT. Uma grande parte da amostra relatou autolesão (65,3%), ideação suicida (73,8%) e tentativas de suicídio (25,7%). Fatores demográficos de risco incluíam identificação como mulher, não binária ou trans, e pertencer a famílias de baixa renda. O bullying e o cyberbullying estavam associados a um aumento do risco para cada um dos resultados, enquanto uma experiência escolar positiva estava associada a um risco reduzido.
24	Why Is Non-Suicidal Self-Injury More Common in Women? Mediation and Moderation Analyses of Psychological Distress, Emotion Dysregulation, and Impulsivity	Qualitativo Reino Unido (Lutz <i>et al.</i> , 2023)	As mulheres jovens apresentaram uma probabilidade 2 vezes maior de relatar autolesão no ano passado em comparação com os homens (14,47% versus 7,78%). Esse aumento é em parte explicado pelos maiores níveis de sofrimento psicológico entre as mulheres, mas não pela forma como homens e mulheres respondem a essa angústia. As mulheres relataram maior sofrimento psicológico e menor sensação de urgência positiva do que os homens.
25	Gender and Age Influence on Emergency Department Visits for Non-Suicidal Self-Injuries in School Aged Children in Italy: An 11 Years Retrospective Cross-Sectional Study	Quantitativo Itália (Paladini <i>et al.</i> , 2023)	O estudo analisou as visitas ao departamento de emergência (DE) por autolesão em pessoas de 5 a 19 anos. A taxa geral de visitas ao DE permaneceu estável até 2019, mas diminuiu pela metade em 2020 e 2021. As visitas por autolesão aumentaram desde 2013, atingindo o pico em 2019, com uma taxa de cerca de 25 e 23 visitas de meninas e 76 e 69 de meninos por 100.000 visitas. Em 2020 e 2021, houve um aumento nas visitas por autolesão, especialmente entre meninas e adolescentes.

Nº	Título do Artigo	Tipo de estudo/País/ Autores/Ano	Principais Resultados
26	Examining the Mental Health Presentations of Treatment-Seeking Transgender and Gender Nonconforming (TGNC) Youth	Quantitativo Canadá (Stewart, Van Dyke & Poss, 2023)	Mulheres cis demonstraram uma maior tendência a problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade, risco de suicídio e autolesão, em comparação com os homens cis. Jovem trans e não conformes ao gênero (TGNC) mostraram uma probabilidade muito maior de se envolver em comportamentos de alto risco, como suicídio e autolesão, em comparação com homens e mulheres cisgênero. Essas descobertas destacam disparidades significativas de saúde mental na população TGNC.
27	Psychological distress, self-harm and suicide attempts in gender minority compared with cisgender adolescents in the UK	Quantitativo Reino Unido (White, Trinh & Reynolds, 2023)	Dos 10.247 participantes, apenas 113 (1,1%) identificaram-se como minoria de gênero. Esses participantes relataram níveis mais elevados de sofrimento psicológico, dificuldades comportamentais e emocionais, autolesão (incluindo cortes, queimaduras, overdose) e tentativas de suicídio em comparação com os jovens cis. A associação entre a identidade de gênero minoritária e esses problemas foi parcialmente explicada pelas diferenças na exposição à vitimização.
28	Understanding the processes underlying self-harm ideation and behaviors within LGBTQ+ young people: A qualitative study	Quantitativo Reino Unido (Williams <i>et al.</i> , 2023)	Aceitação pessoal como parte de minorias de identidade de gênero e orientação sexual influenciaram a manifestação de autolesão. A falta de linguagem adequada para expressar pensamentos e sentimentos, bem como o ódio em relação à própria identidade LGBTQ+, lidar com sentimentos disforicos de gênero e as dificuldades da transição médica, foram identificados como fatores que afetam negativamente a autoaceitação dos participantes, levando a autolesão e comportamento suicida.

Fonte: Elaboração das autoras (2024).

AUTOLESÃO, VIOLÊNCIA E GÊNERO

Os estudos revelam disparidades significativas na saúde mental de pessoas transgênero e pessoas não conformes com o gênero imposto socialmente, em contraste com pessoas cisgênero. Essas discrepâncias se refletem em taxas mais elevadas de sofrimento psicológico, ideação suicida (pensar ou planejar suicídio), tentativas de suicídio e recorrência de autolesão (Ahmad *et al.*, 2023; Apple *et al.*, 2022; Berry *et al.*, 2023; Hartig *et al.*, 2022; Jadva *et al.*, 2023; Kapatais; Williams; Townsend, 2023; Quarshie; Waterman; House, 2020; Ross-Reed *et al.*, 2019; Stewart; Van Dyke; Poss, 2023; Taliaferro *et al.*, 2018; Taliaferro; Mcmorris; Eisenberg, 2018; Treharne *et al.*, 2020; Veale *et al.*, 2017; Wang *et al.*, 2021; White; Trinh; Reynolds, 2023; Williams *et al.*, 2023; Zwickl *et al.*, 2021).

Entre pessoas LGBTQIAPN+ e dissidentes de gênero, a autolesão está fortemente associada a fatores adversos, como vitimização, discriminação, dificuldades interpessoais, baixa autoestima, desafios na construção de uma identidade positiva, obstáculos na transição médica, histórico de abuso sexual e psicológico, insegurança no ambiente familiar, *cyberbullying*, *bullying* escolar e comparação social. Além disso, essas

pessoas enfrentam maior violência e autolesão em comparação com seus pares cisgêneros, além de receberem menos apoio (Ahmad *et al.*, 2023; Apple *et al.*, 2022; Berry *et al.*, 2023; Hartig *et al.*, 2022; Jadvá *et al.*, 2023; Kapatais; Williams; Townsend, 2023; Quarshie; Waterman; House, 2020; Ross-Reed *et al.*, 2019; Stewart; Van Dyke; Poss, 2023; Taliaferro *et al.*, 2018; Taliaferro; McMorris; Eisenberg, 2018; Treharne *et al.*, 2020; Veale *et al.*, 2017; Wang *et al.*, 2021; White; Trinh; Reynolds, 2023; Williams *et al.*, 2023; Zwickl *et al.*, 2021).

As taxas de depressão e pensamentos suicidas são significativamente mais altas entre pessoas trans em comparação com a população geral (Zwickl *et al.*, 2021). Fatores como a falta de vocabulário adequado para expressar pensamentos e emoções, a aversão internalizada em relação à identidade LGBTQIAPN+, sentimentos disfóricos de gênero e os desafios da transição médica são destacados como riscos para a autolesão (Williams *et al.*, 2023). Além disso, jovens vítimas de *bullying* relacionado à sexualidade e identidade de gênero, incluindo *online*, têm maior propensão a apresentar comportamentos de autolesão (Jadvá *et al.*, 2023).

Os estudos revelaram diversas similaridades nas experiências de autolesão entre diferentes grupos de mulheres. Mulheres cisgênero (Balázs *et al.*, 2018; Fjellda-Soelberg, 2014; Kumar *et al.*, 2017; Lutz *et al.*, 2023; Paladini *et al.*, 2023; Stewart; Van Dyke; Poss, 2023) mulheres lésbicas (Rehman; Lopes; Jaspal, 2020), mulheres trans (Wang *et al.*, 2021) e mulheres jovens (Lutz *et al.*, 2023; Rehman; Lopes; Jaspal, 2020) foram identificadas como tendo maior probabilidade de se envolver em comportamentos de autolesão e suicídio, com taxas mais altas em relação a homens cisgênero e, no estudo de Wang *et al.* (2021), em relação a homens trans e queer. Essa tendência foi associada a níveis mais elevados de sofrimento psicológico, como depressão, ansiedade e sintomas depressivos (Lutz *et al.*, 2023; Rehman; Lopes; Jaspal, 2020; Wang *et al.*, 2021).

Jadvá *et al.* (2023) destacam que mulheres cis e trans apresentam um risco significativamente maior de comportamentos autodestrutivos, com as mulheres cis apresentando uma probabilidade quatro vezes maior de se envolverem em autolesão, 50% mais chances de ideação suicida e quase o dobro de tentativa de suicídio. Esse padrão pode estar relacionado à pressão social para que as mulheres se conformem aos ideais de

feminilidade, como descrito por Fjellda-Soelberg (2014), que aponta a “síndrome da boa menina”, onde mulheres buscam agradar aos outros em detrimento de suas próprias necessidades. No estudo de Ahmad et al. (2023), mulheres mostraram uma maior propensão à autolesão e suicídio, com uma probabilidade 24 vezes maior de tentativa de autolesão e 18 vezes maior de ideação de autolesão em comparação com os homens. No entanto, as pesquisas não exploram as diferenças entre as cisidentidades e transidentidades entre mulheres.

Há uma falta de concordância nos estudos sobre as variações da autolesão. Green et al. (2018) não encontraram disparidades de gênero na ocorrência de autolesão crônica, destacando que a conformidade às normas de gênero masculino pode influenciar os métodos adotados por alguns homens. Beckman et al. (2019) apontam que a autolesão afeta significativamente os homens, especialmente em contextos de desemprego e dificuldades familiares. Além disso, Ohlis et al. (2020) observam que, apesar dos homens enfrentarem riscos semelhantes de autolesão e suicídio em comparação com as mulheres, eles buscam menos serviços de saúde e apoio.

Contudo, é imprescindível considerar que os estudos que analisaram as disparidades de autolesão e indicam sua prevalência em mulheres cisgênero ou em homens cisgênero, foram conduzidos considerando uma perspectiva estritamente binária de gênero, ignorando a experiência de pessoas trans e/ou não conformes de gênero, o que pode limitar os resultados das pesquisas. Ainda assim, é possível observar que a cisnormatividade e os estereótipos de gênero exercem influência significativa no envolvimento de pessoas com comportamentos de autolesão.

Considerando uma perspectiva não ciscentrada, os estudos de Berry et al., (2023), Jadvá et al. (2023), Turner et al. (2022) e Veale et al. (2017), corroboram ao constatar que pessoas não binárias demonstram uma prevalência mais alta de autolesão em comparação com pessoas binárias, enquanto aqueles que se identificavam como transgênero, exibiam pontuações significativamente mais elevadas em medidas de depressão. Nesse contexto, é relevante observar que, mesmo as pesquisas analisadas que abordam mulheres e homens trans, não necessariamente contemplam a vivência de pessoas não binárias. O termo “trans” engloba uma ampla

gama de identidades, tanto binárias quanto não binárias, e essa diversidade pode impactar distintas experiências e desafios relacionados à saúde mental e autolesão. Conforme indicado por Jadva et al. (2023), pessoas trans binárias/as, como homens e mulheres trans, parecem enfrentar níveis de estresse comparativamente menores em relação aos não binários.

Outros estudos corroboram ao destacar a prevalência de comportamentos suicidas e autolesão entre jovens diagnosticados com “disforia de gênero” (Apple *et al.*, 2022; Hartig *et al.*, 2022; Turner *et al.*, 2022; Veale *et al.*, 2017). Esses comportamentos são particularmente evidentes entre aqueles que se identificam como meninos/homens trans, não binários ou fluides de gênero (Turner *et al.*, 2022). Além disso, crianças e adolescentes diagnosticados com “disforia de gênero”, sobretudo aqueles que atravessam a puberdade e foram designados como “sexo feminino” ao nascer, enfrentam um considerável risco de desenvolver pensamentos e comportamentos suicidas, incluindo a prática de autolesão (Hartig *et al.*, 2022; Stewart; Van Dyke; Poss, 2023).

O termo “disforia de gênero”, originado no século XX, reflete estigmas ao rotular não conformidades de gênero como transtorno. Derivado do grego, “disforia” significa “problema de carga”, mas, aplicado às identidades de gênero, perpetua marginalização e controle normativo. Preciado (2022) critica esse uso, destacando a necessidade de repensar a linguagem em saúde mental e pesquisas sociais para respeitar e não violentar experiências.

Os estudos analisados ressaltam os desafios enfrentados por pessoas transgêneras e não conformes com o gênero imposto socialmente, destacando disparidades significativas em comparação com a população cisgênero, especialmente no que se refere à saúde mental e à autolesão. A falta de reconhecimento e respeito pelas identidades dessas pessoas contribui para o estigma, intensificando o sofrimento psicológico e o risco de autolesão. Assim, é essencial adotar uma abordagem crítica e inclusiva nas pesquisas, no atendimento de saúde e no apoio social, questionando conceitos e terminologias que marginalizam essas comunidades, e reconhecendo a diversidade de experiências em relação às identidades de gênero e comunidade LGBTQIAPN+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão integrativa alcançou seu objetivo ao identificar na literatura científica a relação entre identidades de gênero e a manifestação de comportamentos de autolesão, ressaltando a relevância de estudos que considerem marcadores de gênero nesse contexto, considerando que se trata de um tópico ainda subexplorado.

A análise desses estudos revela uma série de tendências e marcadores importantes. Há uma clara indicação de disparidades significativas de saúde mental entre pessoas transgênero em relação a pessoas cisgênero, e de mulheres cis em relação a homens cis. Essas disparidades incluem taxas mais altas de depressão, ideação suicida, tentativas de suicídio, autolesão repetida e exposição a violências de gênero. Os estudos destacam a influência de fatores sociais e ambientais na manifestação da autolesão, como discriminação, bullying e a falta de apoio social, consistentemente associados a um maior risco de autolesão entre dissidentes de gênero e mulheres cis.

Considera-se uma limitação marcante da revisão a carência de pesquisas latinoamericanas, levando em conta que, dos 28 estudos analisados, apenas 1 teve como cenário essa área, o que torna desafiante a análise da relação entre identidades de gênero e fatores de risco subjacentes aos comportamentos de autolesão nesse contexto específico, restringindo a representatividade geográfica e cultural das pesquisas sobre saúde mental, identidades de gênero e autolesão.

Observa-se, ainda, uma lacuna em relação aos estudos sobre autolesão que considerem por uma perspectiva crítica a normatividade de gênero como vetor de sofrimento psíquico. Enquanto muitas pesquisas se concentram exclusivamente nas experiências cisgêneras, outras tendem a agrupar pessoas trans em uma perspectiva estritamente binária, ignorando as experiências de pessoas trans não binárias; essa abordagem limitada compromete a compreensão dos distintos desafios e experiências enfrentados por pessoas com identidades de gênero diversas. Além disso, é importante ressaltar a escassez de abordagens interseccionais na maioria dos estudos, as quais são fundamentais para examinar como diferentes marcadores sociais, como etnia/raça, classe e sexualidade, se sobrepõem e interagem com os padrões de autolesão e comportamentos suicidas em pessoas trans, cis e não conformes com o gênero.

A ausência de comunicação sobre essa temática e a falta de discussões que considerem a relação entre identidades de gênero e autolesão são aspectos que merecem atenção e denunciam a censura e a carência de reconhecimento das experiências de sujeitos que desafiam a cisheteronorma. Ademais, enfatizamos a necessidade contínua de pesquisas que possam informar medidas de intervenção e apoio, bem como políticas públicas direcionadas à saúde mental de pessoas não cisheterossexuais.

REFERÊNCIAS

- AHMAD K., et al. The impact of gender and age on bullying role, self-harm and suicide: Evidence from a cohort study of Australian children. **PLoS One**, v. 18, n. 1, e0278446, 2023.
- APPLE, D. E., et al. Hospitalization for suicide attempt and self-harm among youth diagnosed with gender dysphoria. **Journal of Adolescent Health**, v. 70, n. 4, p. S26, 2022.
- BAHIA, C. A., et al. Notificações e internações por lesão autoprovocada em adolescentes no Brasil, 2007-2016. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 2, 2020.
- BALÁZS, J., et al. Attention-deficit hyperactivity disorder and nonsuicidal self-injury in a clinical sample of adolescents: the role of comorbidities and gender. **BMC Psychiatry**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2018.
- BAÉRE, F.; ZANELLO, V. **Suicidal behavior in women of diverse sexualities: Silenced violence**, 2020.
- BATEJAN, K. L.; JARVI, S. M.; SWENSON, L. P. L. P. Sexual orientation and non-suicidal self-injury: A meta-analytic review. **Archives of Suicide Research**, 2015.
- BECKMAN, Karin et al. Prognoses after self-harm in youth: exploring the gender factor. **Social psychiatry and psychiatric epidemiology**, v. 54, p. 437-444, 2019.
- BERRY, K. R. et al. Lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, intersex, asexual, and other minoritized gender and sexual identities—adapted telehealth intensive outpatient program for youth and young adults: Subgroup analysis of acuity and improvement following treatment. **JMIR formative research**, v. 7, n. 1, p. e45796, 2023.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 13. ed. Civilização Brasileira, 2017.
- CIDADE, M. L. R. **Nomes (im)próprios: Registro civil, norma cisgênera e racionalidades do Sistema Judiciário**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- FJELLDAL-SOELBERG, C. An injured body's encounter with cultural discourses. **Journal of Comparative Social Work**, v. 1, p. 1-22, 2014.
- GREEN, J. D., et al. The association between masculinity and nonsuicidal self-injury. **American Journal of Men's Health**, v. 12, n. 1, p. 30-40, 2018.

HARTIG, A., et al. Suicidal and nonsuicidal self-harming thoughts and behaviors in clinically referred children and adolescents with gender dysphoria. **Clinical Child Psychology and Psychiatry**, v. 27, n. 3, p. 716-729, 2022.

JADVA, V., et al. Predictors of self-harm and suicide in LGBT youth: The role of gender, socio-economic status, bullying and school experience. **Journal of Public Health**, v. 45, n. 1, p. 102-108, 2023.

KAPATAIS, A.; WILLIAMS, A. J.; TOWNSEND, E. The mediating role of emotion regulation on self-harm among gender identity and sexual orientation minority (LGBTQ+) individuals. **Archives of Suicide Research**, v. 27, n. 2, p. 165-178, 2023.

KUMAR, K. K., et al. A gender-specific analysis of suicide methods in deliberate self-harm. **Indian Journal of Social Psychiatry**, v. 33, n. 1, p. 7-21, 2017.

LI, C. Q., et al. Gender differences in self-harm and drinking behaviors among high school students in Beijing, China. **BMC Public Health**, v. 20, p. 1-11, 2020.

LIU, R. T., et al. Prevalence and correlates of non-suicidal self-injury among lesbian, gay, bisexual, and transgender individuals: A systematic review and meta-analysis. **Clinical Psychology Review**, v. 74, p. 101783, 2019.

LUTZ, N. M., et al. Why is non-suicidal self-injury more common in women? Mediation and moderation analyses of psychological distress, emotion dysregulation, and impulsivity. **Archives of Suicide Research**, v. 27, n. 3, p. 905-921, 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MORAES, D. X., et al. “Caneta é a lâmina, minha pele o papel”: Fatores de risco da automutilação em adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020.

MOREIRA, E. de S., et al. Automutilação em adolescentes: Revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3945-3954, 2020.

RIBEIRO, J. D., et al. Self-injurious thoughts and behaviors as risk factors for future suicide ideation, attempts, and death: A meta-analysis of longitudinal studies. **Psychological Medicine**, v. 46, n. 2, p. 225-236, 2016.

OHLIS, A., et al. Comparison of suicide risk and other outcomes among boys and girls who self-harm. **European Child & Adolescent Psychiatry**, v. 29, p. 1741-1746, 2020.

PRECIADO, P. Dysphoria Mundi. **Editorial Anagrama**, 2022.

PALADINI, G., et al. Gender and age influence on emergency department visits for non-suicidal self-injuries in school aged children in Italy: an 11 years retrospective cross-sectional study. **International Journal of Public Health**, v. 68, 2023.

QUARSHIE, E. N.-B.; WATERMAN, M. G.; HOUSE, A. O. Prevalence of self-harm among lesbian, gay, bisexual, and transgender adolescents: A comparison of personal and social adversity with a heterosexual sample in Ghana. **BMC Research Notes**, v. 13, n. 1, p. 1-6, 2020.

- REHMAN, T., et al. Ethnicity and self-harm in youth: A meta-analysis. **Journal of Affective Disorders**, v. 286, p. 306-312, 2021.
- ROSS-REED, D. E., et al. Family, school, and peer support are associated with rates of violence victimization and self-harm among gender minority and cisgender youth. **Journal of Adolescent Health**, v. 65, n. 6, p. 776-783, 2019.
- SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: O que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, p. 102-106, 2010.
- STEWART, S. L.; VAN DYKE, J. N.; POSS, J. W. Examining the mental health presentations of treatment-seeking transgender and gender nonconforming (TGNC) youth. **Child Psychiatry & Human Development**, v. 54, n. 3, p. 826-836, 2023.
- TALIAFERRO, L. A., et al. Risk and protective factors for self-harm in a population-based sample of transgender youth. **Archives of Suicide Research**, v. 23, n. 2, p. 203-221, 2019.
- TALIAFERRO, L. A.; MCMORRIS, B. J.; EISENBERG, M. E. Connections that moderate risk of non-suicidal self-injury among transgender and gender non-conforming youth. **Psychiatry Research**, v. 268, p. 65-67, 2018.
- TREHARNE, G. J., et al. Suicidality, self-harm, and their correlates among transgender and cisgender people living in Aotearoa/New Zealand or Australia. **International Journal of Transgender Health**, v. 21, n. 4, p. 440-454, 2020.
- TURNER, B. J., et al. Prevalence and correlates of suicidal ideation and deliberate self-harm in Canadian adolescents during the coronavirus disease 2019 pandemic. **The Canadian Journal of Psychiatry**, v. 67, n. 5, p. 403-406, 2022.
- VEALE, J. F., et al. Mental health disparities among Canadian transgender youth. **Journal of Adolescent Health**, v. 60, n. 1, p. 44-49, 2017.
- WANG, Y., et al. Psychopathological symptom network structure in transgender and gender queer youth reporting parental psychological abuse: a network analysis. **BMC Medicine**, v. 19, n. 1, p. 1-15, 2021.
- WHITE, J.; TRINH, M. H.; REYNOLDS, C. A. Psychological distress, self-harm and suicide attempts in gender minority compared with cisgender adolescents in the UK. **BJPsych Open**, v. 9, n. 5, e138, 2023.
- WILLIAMS, A. J., et al. Understanding the processes underlying self-harm ideation and behaviors within LGBTQ+ young people: A qualitative study. **Archives of Suicide Research**, v. 27, n. 2, p. 380-396, 2023.
- ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação**. Editora Appris, 2020.
- ZWICKL, S., et al. Factors associated with suicide attempts among Australian transgender adults. **BMC Psychiatry**, v. 21, n. 1, p. 1-9, 2021.

Nota: parte do capítulo foi apresentado no evento CIAIQ realizado na Espanha, e foi submetido a um periódico, aguardando avaliação para a publicação.

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Sabrina Fernandes Pereira Lopes¹
Raquel Quirino²

INTRODUÇÃO

Estudos de revisão têm demonstrado que o debate acerca da diversidade sexual e de gênero, embora tenha um percurso robusto no campo da educação, ainda é muito recente quando se trata da Educação Profissional e Tecnológica (Tavares, Oliveira e da Paz, 2022; Oliveira e Tavares, 2022). Tais pesquisas apontam que, a lacuna, descrita por Avelino Neto, Natália Cavalcanti e Jacques Gleyse (2018, p. 16) ao debaterem as “(in) visibilidades” no debate sobre corpo, gênero e sexualidade na produção do conhecimento em educação profissional, ainda está longe de se extinguir.

Os estudos sobre políticas em instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) apontam mudanças lentas quando o assunto é gênero e sexualidade. Ao analisarem ações de ensino, pesquisa e extensão em uma instituição de EPT, Andreia Esteves e Liliane Prestes afirmam que seus resultados “demonstram os avanços e, ao mesmo tempo, aponta os desafios para a abordagem de tais temáticas nos diversos níveis e modalidades de ensino, em particular, no contexto da educação profissional” (2020, p. 610). Sinaliza-se ainda para a insuficiência de algumas ações institucionais frente ao desconhecimento da comunidade acadêmica e a carência de iniciativas de comunicação e formação (Cavalcanti e Silva, 2022).

Várias questões se destacam na práxis educativa da EPT com relação às vivências LGBTQIA+³, passando, além das mencionadas, pela persis-

¹ Doutora em Educação (UFJF). Pedagoga (UFMG). CV: <http://lattes.cnpq.br/0165195251357013>

² Doutora em Educação (UFMG). Professora (CEFET-MG). CV: <http://lattes.cnpq.br/3286747885641896>

³ A sigla que representa a comunidade de pessoas cujas identidades não estão representadas por padrões cisheteronormativos passa por constantes mudanças que buscam acompanhar sua complexidade. No presente estudo adotou-se aquela que nomeia também a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. As letras se referem a identidades lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais e outras.

tência do preconceito velado por parte de docentes (Costa, e Osti, 2021); a necessidade de uma assistência estudantil que aja para o combate de “opressão e violência LGBTfóbicas” (Nascimento, Cruz e Santos, 2020, p. 640) e, enfim, a constituição de “escolas-armário Brasil afora, orientadas por heteronormatividade e cisnormatividade” (Gemaque, Cavalcanti e de Jesus, 2021, p. 17). O que nos leva a indagações sobre a postura que essas instituições expõem publicamente sobre o assunto e se/como planejam modificar esse cenário.

Quando foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a lei nº11.892 de 29 de dezembro de 2008 dava um prazo de 180 dias para que os reitores pro-tempore elaborassem e encaminhassem ao Ministério da Educação as propostas de estatutos e de planos de desenvolvimento institucional das instituições que surgiam, prevendo a participação da comunidade acadêmica na construção dos documentos. A partir de então, essas instituições têm elaborado periodicamente seus PDIs seguindo as instruções para tal. Os documentos analisados, que no momento da coleta de dados se encontravam vigentes, se orientam ainda pelo decreto nº 9235 de 15 de dezembro de 2017, que, em seu artigo 21 elenca os elementos mínimos que os planos devem conter, entre eles estão missão, objetivos e metas da instituição, projeto pedagógico e organização administrativa.

Pesquisas realizadas com documentos dessa natureza têm problematizado seu processo de elaboração (Guedes e Scherer, 2015), o cumprimento dos itens que os normativos preveem durante a elaboração dos PDIs (Dal Magro e Rausch, 2012) e, em especial, avaliam seu efetivo uso no planejamento estratégico, questionando se seriam elaborados meramente para cumprir deveres legais (Lima et al., 2020). Ainda que persista a dúvida sobre o quanto as instituições “orientam sua gestão e políticas institucionais pelo PDI” (Cavalcanti e Guerra, 2024, p. 17), considera-se relevante compreender como e se essas mesmas instituições, diante da exigência imposta de elaborarem o plano, nele incluem a diversidade sexual e de gênero. Assim, sendo, questionamos, em face à necessidade de produzir, com apoio de toda a comunidade acadêmica, uma publicação em que figuram seus princípios, objetivos e organização, essas instituições consideram relevante incluir a comunidade LGBTQIA+, sua diversidade e direitos em seu planejamento?

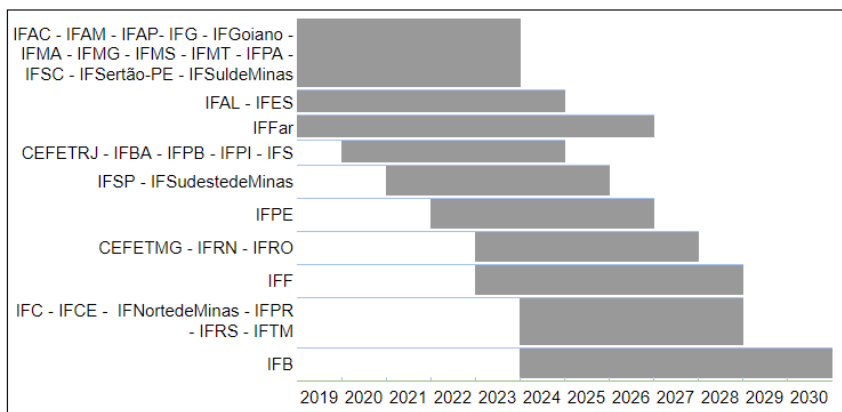
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa ora apresentada pode ser enquadrada, quanto à natureza das fontes utilizadas, como documental, uma vez que no propomos a investigar os Planos de Desenvolvimento Institucional publicados por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e de Centros Federais de Educação Tecnológica. Consideramos essa abordagem especialmente adequada, além do fato de “que os documentos constituem fonte rica e estável de dados” (Gil, 2002, p. 30), porque possibilita compreender como tais instituições se posicionam publicamente no cenário recente configurado na sociedade brasileira em que observamos a mobilização de setores conservadores e fundamentalistas em acelerado ataque a pessoas e instituições que debatem os direitos relacionados à diversidade sexual e gênero, como bem explicitam Leonardo Nogueira, Maysa Pereira e Rafael Toitio (2020). Nesse sentido, se torna particularmente relevante investigar como se as instituições educacionais assumem, ainda que em âmbito puramente formal, algum compromisso com a garantia dos direitos de pessoas LGBTQIA+.

Considerando tal propósito, foi realizada uma busca nos sites de todos os Institutos e Centros componentes da RFEPCT⁴. Considerando que os sites de algumas dessas instituições apresentaram problemas, tais como página fora do ar ou links quebrados, através desse procedimento foi possível coletar 37 PDIs. As vigências dos documentos, como pode ser observado no gráfico 1, englobam o período de 2019 a 2030. Alguns dos documentos apresentam previsão de vigência até o fim de 2023, porém foram incluídos por não estarem disponíveis versões que os substituam nos sites das respectivas instituições, ou mesmo haja manifestação formal de extensão desse prazo.

⁴As buscas foram realizadas entre março e abril de 2024.

Gráfico 1 - Vigências dos PDIs analisados



Fonte: Elaborado pelas autoras com bases nos PDIs das instituições consultados

A análise dos dados incorporou técnicas próprias da análise de conteúdo como elaborada por Laurence Bardin (2016) e também das proposições de sua aplicação no campo da educação feitas por Maria Laura Franco (2018). Assim, o texto dos PDIs foi explorado em busca de referências à diversidade sexual e de gênero, bem como diretamente à população LGBTQIA+. Procedemos à codificação temática e à categorização dos excertos encontrados com auxílio do software *atlas.ti*. Na seção a seguir, o recorte feito apresenta e discute os resultados obtidos focando principalmente na análise de elementos principais dos PDIs: o perfil institucional, o projeto pedagógico e a organização administrativa.

PANORAMA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NOS PDIS

A seguir são apresentados os resultados encontrados após análise dos PDIs coletados para a investigação. Durante o processo de codificação foram localizadas nos documentos 156 trechos que correspondiam ao critério estabelecido, ou seja, contêm termos relacionados a diversidade sexual e de gênero.

Entre as citações encontradas e codificadas, 89 (57%) são passagens com longas enumerações de grupos minoritários sem um tratamento

específico de nenhum deles. Dessa forma, a diversidade sexual e de gênero aparece ao lado das questões étnico-raciais, de classe, das de pessoas com deficiência, de crença, etária, entre outros, o que não se converte necessariamente em objetivos traçados pelas instituições ou ações previstas em seus planos para cada uma delas.

Os termos com ocorrência mais frequente quando o tema aparece são aqueles relacionados à orientação e diversidade sexual, enquanto a identidade de gênero recebe menos menções. Essas informações podem ser observadas na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Número de ocorrência dos principais termos relacionados à diversidade sexual e de gênero nos PDIs analisados.

Termo	Número de ocorrências
Orientação Sexual	47
Diversidade Sexual	34
Identidade de Gênero	32
Diversidade de Gênero	19
Nome Social	19
Siglas (LGBT, LGBTQIA+, LGBTQIAPN+)	17
Homofobia / LGBTfobia	13

Quando examinamos a nomeação direta do grupo de interesse da pesquisa, que também aparece na tabela 2, observa-se que é designado com mais frequência pela sigla LGBT, seguida da explicação a que se refere cada letra (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Pessoas Trans). Versões mais atuais da sigla aparecem nos documentos mais recentes. LGBTQIAPN+ (que inclui, além das identidades já mencionadas, pessoas queer, intersexo, assexuais, pansexuais, de gênero não binário e outras) tem 4 ocorrências em 2 PDIs, ambos com vigência iniciando em 2024, o que evidencia um acompanhamento os debates ocorridos nos movimentos sociais acerca da nomeação do grupo de pessoas cujas identidades não são abarcadas por padrões cisheteronormativos. O uso da sigla deverá ser debatido na 4ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Tran-

sexuais que ocorrerá 14 a 18 de maio de 2025, conforme do Decreto nº 11.848 de 26 de dezembro de 2023, evento que, em sua primeira edição, ocorrida em 2008, pautou a mudança da sigla GLBT para LGBT.

Já nos trechos em que não há referência direta à comunidade LGBT, um fator dificultador para a análise foi a presença em vários planos de referências ao termo gênero sem especificação de tratar-se de relações de gênero no sentido do “produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres” (Cabral e Diaz 1998, p. 1) ou se, no contexto dos PDIs pretendem-se referir também ao conceito de identidade de gênero, ou seja, “gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento” (Jesus, 2012, p.24). A diferença dos usos do termo pode parecer pequena, mas podem suscitar e ações institucionais distantes. No primeiro caso, à preocupação com a desigualdade entre homens e mulheres que é bastante presente na educação profissional e tecnológica, como discutido em pesquisa anterior (Lopes e Quirino, 2017). Já no segundo trata-se da presença também de mulheres e homens trans, travestis e pessoas de gênero não-binário nesse espaço educacional, público para o qual historicamente “a escola tem atuado como espaço de desrespeitos, atrocidades, terror e de patologização das experiências que são dissidentes a heteronormatividade e à ambivalência de sexo-gênero” (Santos e Silva, 2017, p. 59).

Quando a análise se volta para as legislações e documentos normativos citados nos PDIs, aparece a Resolução CNE/CEB nº 06 de 20 de setembro de 2012 que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Nesse documento há uma breve referência à temática no artigo 6 que estabelece os princípios dessa modalidade, entre eles está o “reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo” (Brasil, 2012, p. 3).

Outro normativo citado múltiplas vezes é a Resolução CNCD/ LGBT nº 12 de 16 de janeiro de 2015 que:

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não

reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. (BRASIL, 2015, p. 1)

Ela prevê a garantia do uso do nome social nas instituições e redes de ensino o às pessoas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, incluindo adolescentes independente da autorização dos pais. Essa garantia se estende ao tratamento oral pelo nome social, à inclusão desse campo nos formulários e sistemas usados pela instituição, e seu uso exclusivo em instrumentos de identificação. Prevê ainda a utilização de uniformes e banheiros conforme o gênero com o qual a pessoa se identifica.

Entre os normativos internos, a situação é semelhante. Os PDIs, quando fazem esse tipo de referência, com frequência citam resoluções que tratam da adoção do nome social no âmbito institucional. O estudo realizado por Natália Cavalcanti e Jéssica da Silva (2022) sobre a percepção de uma resolução dessa natureza no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) chegou à conclusão de que a política constitui um grande avanço e tem o potencial de contribuir para a permanência de estudantes trans nos campi, mas, naquele contexto, permanecia sendo desconhecida de grande parte da comunidade acadêmica. Infere-se que a menção a ela nos PDIs é uma forma de favorecer sua divulgação, porém, conforme as autoras colocam, é necessária também a realização de outras ações, tais como “cursos, palestras, produção de materiais informativos, etc., dando amplitude ao conhecimento do tema e das práticas de combate à transfobia e de mais preconceitos de gênero e orientação sexual.” (Cavalcanti e Silva, 2022, p. 675).

Tendo em vista essa lacuna e como a comunicação se torna importante para que essas ações sejam conhecidas, uma das categorias analisadas na pesquisa foi como/se a diversidade sexual e de gênero aparecia nas políticas de comunicação institucional dos PDIs analisados. Foram encontradas quatro ocorrências, destaca-se aqui as constantes no Plano do Instituto Federal do Pernambuco (IFPE), que dedica uma seção aos Direitos Humanos e Comunicação Acessível e afirma:

Nos seus processos comunicacionais, o IFPE se compromete a garantir o tratamento adequado e promover os

direitos humanos de todos os grupos, especialmente dos que compõem as minorias sociais (mulheres, população LGBT, pessoas com deficiência, a população negra, a população idosa, indígenas, trabalhadores do sexo, moradores de localidades em situação de vulnerabilidade social, obesos, indivíduos portadores de doenças crônicas e/ou degenerativas, moradores de rua e ex-presidiários). Fundados sobre valores como respeito e dignidade, os direitos humanos são universais e avessos à discriminação, bem como inalienáveis, indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes. (IFPE, 2022, p. 99-100)

Além de incluir o trecho citado, se comprometendo a “tratar adequadamente, em toda a sua produção jornalística, textual, visual e audiovisual, as chamadas minorias sociais e garantir a representatividade desses grupos nas peças e ações de comunicação”. O referido Instituto também inclui, com indicativo de medição, entre seus objetivos estratégicos: “Ampliação de uma comunicação institucional atenta às questões de diversidade de gênero, sexualidades, raça/etnia, religiosidade, entre outras.”

AÇÕES AFIRMATIVAS, DIRETRIZES E INICIATIVAS VOLTADAS À DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NOS PDIS

Quando são enfocadas as ações, planejadas ou descritas, voltadas à diversidade sexual e de gênero nos PDIs analisados, observa-se que grande parte se concentra nas seções dos documentos destinados a explicitar suas políticas afirmativas (21 ocorrências). Essas ações vão, desde diretrizes menos específicas, que colocam que as minorias devem ser consideradas na formulação de tais políticas, até a previsão de cotas como ocorre no PDI do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) em que consta política de cotas nos cursos de graduação para inclusão de “negros (pretos e pardos), indígenas, pessoas com deficiência, pessoas em condição de vulnerabilidade socioeconômica, pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis), povos tradicionais, imigrantes e refugiados” (IFPR, 2024, p. 104).

Há ainda referência a ações voltadas especificamente para o desenvolvimento de servidores das instituições. Como alvo dessas ações figuram

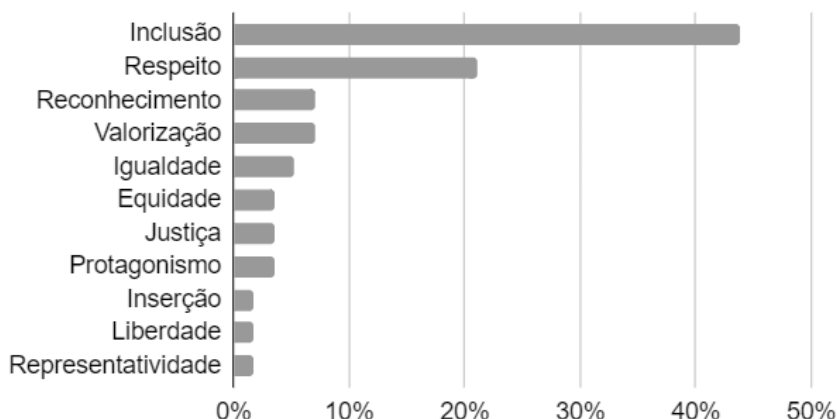
docentes e técnicos administrativos em educação em especial aqueles envolvidos com as ouvidorias, que, desde 2020, tem o titular designado, nomeado, exonerado, dispensado ou reconduzido ao cargo ou função a partir de critérios e procedimentos estabelecidos pela Portaria CGU nº 1.181/2020

Prevê-se ainda em alguns PDIs a inclusão da temática nos currículos de cursos ofertados pelas instituições. Em alguns casos essa definição aparece de forma transversal nos cursos de maneira geral, em outros direciona-se aos cursos de licenciatura e formação de professores que também são ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Um exemplo figura no plano do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Catarinense (IFC), que coloca como objetivo mensurável a ser futuramente aferido fomentar a inclusão e a valorização da diversidade na perspectiva dos direitos humanos o número de Planos Pedagógicos de Cursos que incluem, entre outras questões, aquelas relacionadas a gênero e a sexualidade.

Entre as demais iniciativas previstas estão a promoção de ações educativas, lançamento de editais de ensino, pesquisa e extensão voltadas a esse público das políticas afirmativas e articular parcerias com outros órgãos para discussões e ações conjuntas.

Quando a análise se volta aos objetivos dessas ações e as seções em que foram inseridas nos documentos, percebe-se que estão, em sua maioria, voltadas à busca de inclusão e respeito, o que demonstra que as preocupações ainda são as dificuldades de acesso e permanência na instituição, essas últimas frente às possíveis violências a que a comunidade LGBTQIA+ está exposta. Assim, sobressaem-se as iniciativas com o objetivo de combater discursos de ódio, violências e discriminações. Bem menos frequente são as referências que avançam no sentido da valorização e do protagonismo. Tais dados podem ser conferidos no gráfico 4.

Gráfico 2 - Principais Termos Utilizados nos Objetivos das Ações Voltadas a Diversidade de Gênero e Sexualidade nos PDIs



Fonte: Elaborado pelas autoras com bases nos PDIs das instituições consultados

Por fim, é importante destacar a presença dos Grupos e Núcleos que abordam a diversidade sexual e de gênero nos PDIs, com 27 ocorrências. Apesar de receberem nomes variados nas instituições, esses grupos, quando mencionados, estão envolvidos na promoção de estudos, pesquisas, ações educativas, debates e na escuta institucional das questões que afetam a comunidade LGBTQIA+. A forma consistente com que as ações voltadas para esse público são mencionadas e atribuídas a esses núcleos nos PDIs apoia os resultados da pesquisa de Natasha Nogueira, Natália Cavalcanti e Ilane Cavalcante, que buscou mapear tais núcleos na educação profissional e tecnológica, indicando que:

desempenham como instrumento político e social na luta pela democracia e igualdade de direitos fortalecendo os diálogos quanto às discussões sobre gênero e sexualidade, formação inicial e continuada, assim como, estabelecendo propostas de intervenção quanto à evasão escolar, sexismo, violência e a heteronormatividade no contexto educacional. (2021, p. 14)

Como demonstrado, os achados são heterogêneos, uma vez que o tratamento dado ao tema nos planos varia, desde aqueles em que ele está ausente, pouco presente ou é citado apenas em enumerações de minorias

sociais, até os em que é mencionado e enfatizado em ações objetivos e diretrizes e objetivos institucionais. De modo geral, os resultados apontam um avanço, principalmente quando levamos em conta que setores conservadores ainda persistem em instalar pânicos morais em torno de falácias como a de “ideologia de gênero” (Mikolsci e Campana, 2017, p. 725), contudo, os documentos deixam explícito também que há um longo caminho a ser percorrido em busca da plena efetivação dos direitos das pessoas LGBTQIA+

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a elaboração do presente trabalho, que teve como objetivo identificar como temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero são tratadas nos Planos de Desenvolvimento Institucional de Centros e Institutos que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foram investigados, mediante análise de conteúdo, 37 documentos vigentes. A pesquisa identificou a menção do tema na maioria deles, muito embora, trate-se majoritariamente de citação em meio a uma enumeração de grupos minoritários, sem um tratamento específico. Os dados evidenciam ainda uma maior preocupação com a promoção de inclusão e respeito, ficando em segundo plano objetivos como valorização e protagonismo, o que sugere uma realidade em que é mais urgente trabalhar ainda para que o público LGBTQIA+ tenha acesso e que sejam combatidas as violências praticadas contra ele. Destaca-se ainda a relevância dos núcleos e grupos voltados à formulação, debate e acolhimento das questões relacionadas a essa população.

A pesquisa apresentada cumpriu o papel de identificar como as instituições tratam o tema em tela em seu principal documento de planejamento. Reiteramos, contudo, a necessidade de que sejam realizadas mais debates e estudos em torno da efetividade dessas políticas, abarcando o ingresso, a permanência e também as trajetórias de egressos. Um importante ponto a se investigar é o impacto que elas têm na participação de pessoas da comunidade LGBTQIA+ no mundo do trabalho, que guarda um vínculo inerente com a educação profissional e tecnológica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 1. ed. Lisboa: Edições70, 2016.

BRASIL. Agência Brasil. Empresa Brasileira de Comunicação. **Escolas são importantes no combate à LGBTfobia, defendem especialistas**. 2024. Disponível em: <https://is.gd/UQrGV0>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Decreto n. 11.848, de 27 de dez. de 2023. Convoca a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras. **Diário Oficial da União**: 27 de dez. 2023. Disponível em: <https://is.gd/z3bhbJ> Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012. Disponível em: <https://is.gd/eT5o3I> Acesso em: 20 de maio de 2024.

BRASIL. **Resolução CNCD/LGBT nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais (...). Disponível em: <https://is.gd/daNdyZ>. Acesso em: 20 maio de 2024.

BRASIL. **Portaria CGU nº 1.181 de 10 de junho de 2020**. Dispõe sobre critérios e procedimentos para a nomeação, designação, exoneração (...). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.181-de-10-de-junho-de-2020-261759361>. Acesso em: 20 maio de 2024.

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação**: um novo olhar. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, p. 142-150, 1998.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Estado da arte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): levantamento da produção acadêmica e científica no Brasil. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 32, p. e0243976, 2024.

CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; DA SILVA, Jéssica Marcela Pedreira. O enfrentamento à transfobia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-Campus Belém: percepções sobre a Resolução 363/2017 CONSUP. **Revista Vértices**, v. 24, n. 2, p. 659-679, 2022.

COSTA, Elvio Carlos; OSTI, Andréia. CONCEPÇÕES ACERCA DA HOMOSSEXUALIDADE: Representações de professores da educação profissional. **RIOS - Revista Científica do Centro Universitário do Rio São Francisco**. v. 15 n. 30, p.385-410, 2021.

DAL MAGRO, Cristian Bau; RAUSCH, Rita Buzzi. Plano de desenvolvimento institucional de universidades federais brasileiras. Administração: ensino e pesquisa, v. 13, n. 3, p. 427-453, 2012.

ESTEVES, Andréia Schlick; PRESTES, Liliâne Madruga. Gênero e diversidade: estado da arte das ações de ensino, pesquisa e extensão no IFRS. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p. 610-627, 2020.

GEMAQUE, Robelania dos Santos; CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; JESUS, Jaqueline Gomes de. Nem Só Azul e Rosa: Diversidade Sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 21, 2021.

GEMAQUE, Robelania; CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; DE JESUS, Jaqueline Gomes. Nem Só Azul e Rosa: Diversidade Sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 21, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Editora Atlas SA, 2002.

GUEDES, Eleanara Pereira; SCHERER, Flávia Luciane. O processo de elaboração do plano de desenvolvimento institucional (pdi): Um estudo de caso. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v. 5, n. 2, p. 240-253, 2015.

IFC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024 - 2028**. Blumenal, 2024. Disponível em: <https://is.gd/EluKCE>. Acesso em: 20 maio 2024.

IFPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 - 2023**. Belém, 2019. Disponível em: <https://is.gd/gqWcKk>. Acesso em: 20 maio 2024.

IFPE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022 - 2026**. Recife, 2022. Disponível em: <https://is.gd/GDybJd>. Acesso em: 20 maio 2024.

IFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024 - 2028**. Recife, 2022. Disponível em: <https://is.gd/gyFuXZ>. Acesso em: 20 maio 2024

IRINEU, B. A.; OLIVEIRA, B. A. UM BALANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, emprego e renda para a população LGBT no Brasil e na Argentina (2004-2014). **Revista Direitos Humanos e Democracia**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 40-55, 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transsexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, v. 2, p. 42, 2012.

LIMA, Maurício Andrade et al. Estratégia ou Legitimidade? análise do papel dos Planos de Desenvolvimento Institucional nas universidades brasileiras. *Brazilian Business Review*, v. 17, p. 66-96, 2020.

LOPES, Sabrina Fernandes Pereira; QUIRINO, Raquel. Relações de gênero e sexismo na educação profissional e tecnológica. **Cadernos de gênero e tecnologia**, v. 10, n. 36, p. 58-71, 2017.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 725-748, 2017.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; CRUZ, Maria Helena Santana; SANTOS, Josiane Soares. Assistência estudantil no contexto da EPT: as necessidades de acesso e permanência e de enfrentamentos às práticas LGBTfóbicas no cotidiano escolar. **Revista Labor**, p 618 - 645, 2020.

NETO, Avelino Aldo; CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; GLEYSE, Jacques. (In) visibilidades epistemológicas: Corpo, gênero e sexualidade na produção do conhecimento em Educação Profissional. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 12, n. 19, 2018.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. Expressão Popular, 2020.

NOGUEIRA, Natasha Mendonça; CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Mapeamento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual na Educação Profissional e Tecnológica: as políticas de diálogos inclusão nos Institutos Federais. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 21, p. e13518-e13518, 2021.

OLIVEIRA, Raiane Lourenço; DO NASCIMENTO TAVARES, Andrezza Maria Batista. O ESTADO DA ARTE DA DIVERSIDADE SEXUAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL. **Epistemologia e Práxis Educativa-EPÉduc**, v. 5, n. 1, 2022.

SANTOS, Sandro Prado; SILVA, Elenita Pinheiro. O entrelaçamento entre educação escolar e transsexualidade em dossiês de periódicos nacionais brasileiros (1995-2017). **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, v. 23, n. 46, 2017.

TAVARES, Andrezza Maria; OLIVEIRA, Rayane; DA PAZ, Edna. A Sexualidade no Contexto da Educação Profissional nas Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN (2015-2020). **Revista FSA**, v. 19, n. 10, 2022.

Nota: versão preliminar desse texto foi apresentada no 9º Seminário Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente e IV Simpósio Educação, Formação e Trabalho.

SOBRE O ORGANIZADOR

CLEBER BIANCHESSI

Doutor em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Mestre em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Especialização em Mídias Integradas na Educação (UFPR); Especialização em Gestão Pública (UFPR); Especialização em Desenvolvimento Gerencial (FAE Business School); Especialização em Interdisciplinaridade na Educação Básica (IBPEX); Especialização em Saúde para Professores do Ensino Fundamental e Médio (UFPR). Graduação em Administração de Empresas (UNICESUMAR). Graduação em Filosofia (PUC-PR), Sociologia (PUC-PR) e História (PUC-PR).

E-mail: cleberbian@yahoo.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

ação afirmativa 9, 17, 110
agroecologia 5, 7, 23–24, 27–30, 32–38
alternativa para a proteção 5, 7, 53
anatomia genital 14, 121
Articulação Nacional de Agroecologia 23–24
Associação de Travestis e Liberados 12
ASTRAL 12

B

bullying escolar 129

C

Carta Política 28–30, 32, 34, 37
cidadania 9, 11–13, 20, 38, 53, 57, 72, 118
cisnormatividade 67–68, 72, 75, 121, 131, 138
comparação social 129
complexidade do feminino 5, 7, 81–82
comportamentos de autolesão 5, 8, 121–123, 125, 130–131, 133
conquistas 7, 9, 30, 34–35
corpas trans-travestis 78
cultura afro-brasileiras 111
cyberbullying 129

D

desigualdades sociais 97, 113
direitos fundamentais 7, 14, 95–96, 99, 101–103, 106
direitos humanos 9, 17–18, 21, 100, 106–107, 143–145, 149
discriminação 15, 18, 30, 33, 67, 78, 95, 99–100, 102, 105, 107, 111–112, 114–115, 129, 133, 144
discurso da liberdade 7, 95
discurso de ódio 100, 102–107

E

ECA 53, 57, 59
educação sexual 5, 7, 53–55, 59–60, 62–66
encontros nacionais 5, 7, 13, 23–24, 29, 34, 36
envelhecimento 67–70, 74–75,

77–80

eroticidade 78
Estatuto da Criança e do Adolescente 53, 56–57
existência feminina 5, 7, 39
experiência de estágio 5, 7, 109

F

falo 81–84, 89, 93
Freud 81–85, 87, 89, 92–93

G

garantia de direitos 5, 7, 53, 56
gênero 1–3, 5–8, 11, 14–15, 19–22, 24–29, 31–32, 35–38, 46, 63, 66–68, 70–71, 74, 95–100, 106–107, 117, 121–125, 129–134, 136–150
gerontologia 7, 67–68, 75, 78–79

H

heteronormatividade 76, 97, 138, 146

I

interseccionalidade 97–98
intolerância 33, 35, 60, 100

L

LGBTfóbicas 138, 150
LGBTQIA 67, 76–77, 137–141, 145–147
LGBTQIAPN 121, 129–130, 132, 141
liberdade de expressão 7, 95–96, 100–103, 105–108
lógica fálica 81–85, 89

M

Movimento de Travestis 10, 12, 14, 19–20, 22
Movimento Negro 111
movimento político 7, 9–12
Movimento Político de Travestis 10–11
mulher agricultora 24
mulheres cisgênero 121, 130–131
Mulheres Transexuais 10–12, 14, 19, 21

O

opressão de gênero 24, 46
Organização Mundial da Saúde 98, 107

orientação sexual 35, 66, 97, 141, 143

P

participação política 12, 25
perspectivas feministas 5, 7, 23
perspectivas sujas 5, 7, 67
pessoas trans 5, 7, 9–11, 14–17, 19–20, 69, 74, 76–77, 79, 121–122, 130–133, 141, 144
políticas afirmativas 5, 7, 9, 11, 14, 33, 36, 144–145
prática psicanalítica 7, 81–82
preconceito 63, 78, 100, 102, 107, 109, 138
processo de miscigenação 109
protagonismo feminino 24
psicólogo escolar 5, 7, 109, 118

Q

questões de gênero 5, 7, 32, 95, 97, 123

R

racismo 5, 7, 26, 33, 97, 107, 109–120
redes sociais 5, 7, 95–97, 99–108, 119
revisão integrativa 8, 121–122, 124, 133, 135–136
Revolução Verde 33–34

S

setor laboral 5, 7, 9
sexualidade feminina 81–84, 93

T

transfobia 9, 67, 143, 148
transgeneridades 7, 9–11, 14–18

U

universalidade do saber 5, 7, 67

V

violação de direitos 7, 95, 99, 118
violência cisgênera 68, 71–72, 74
violência de gênero 95, 98–99, 107
violência digital 100, 106
violência doméstica 25, 63
violências 5, 7, 53–55, 57–67, 75, 78, 96, 99, 116, 133, 145, 147
vitimização difusa 100



Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br